

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Jaqueline Abrantes Gonçalves

Fundos para investimento social das organizações do
terceiro setor

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

SÃO PAULO
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Jaqueline Abrantes Gonçalves

Fundos para investimento social das organizações do
terceiro setor

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para a obtenção do título de
Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr.
Luciano Antônio Prates Junqueira.

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora

“A democratização das nossas sociedades se constrói a partir da democratização das informações, do conhecimento, das mídias, da formulação e debate dos caminhos e dos processos de mudança.”

Betinho

AGRADECIMENTOS

À minha família, ao meu irmão José pela paciência e colaboração essencial no desenvolvimento do banco de dados, à minha mãe Maria por todo o carinho, e a minha tia Lourdes por todo o incentivo.

Ao professor Luciano Antônio Prates Junqueira, pela orientação precisa no desenvolvimento desta dissertação, por compartilhar seu vasto conhecimento e por apresentar ensinamentos relevantes.

Aos professores Rubens Famá e Luiz Carlos Merege, pelas importantes contribuições na qualificação deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC-SP, pela dedicação e preceitos transmitidos, e aos colegas por todo o apoio.

Às organizações consultadas, pelas informações cedidas a este estudo.

A todos que me ajudaram a trilhar o caminho e a concluir esta pesquisa.

Por fim, agradeço à CAPES, pela bolsa de estudos.

RESUMO

Para garantir sua missão e a qualidade dos serviços prestados, as organizações do terceiro setor necessitam captar recursos. É a prática de captação de recursos, seja através da formação de parcerias intersetoriais, seja através dos fundos de financiamento, que lhes permite alcançar sua sustentabilidade. Este estudo delinea o perfil dos fundos de financiamento que disponibilizam recursos financeiros para as organizações do terceiro setor, e os critérios para financiamento dos projetos sociais. Pressupõe-se que não haja variação entre as organizações beneficiadas pelos fundos de financiamento. A pesquisa realizada, de natureza quanti-qualitativa, abrange 83 (oitenta e três) organizações que realizam investimento social, e destas, 48 (quarenta e oito) que financiam projetos de terceiros. Constatou-se que não é possível definir um perfil único dos fundos de financiamento. Pela ausência de informações, não se pode inferir que os fundos beneficiam sempre as mesmas organizações. O número de fundos tem aumentado ao longo dos anos, proporcionando a criação de parcerias que geram alternativas inovadoras para a sustentabilidade do terceiro setor.

Palavras-chave: terceiro setor; investimento social; sustentabilidade; fundos.

ABSTRACT

Third sector organizations need to raise funds in order to guarantee their mission and the quality of services offered. Fundraising, whether through intersectoral partnerships or other sources of finance, enables their sustainability. This study profiles the sources of finance that provide financial resources to third sector organizations as well as the criteria behind the financing of social projects. The study assumed that there was no bias in the choice of organizations benefited by the sources of finance. The study conducted was both qualitative and quantitative, and it covered 83 (eighty three) organizations that deal with social investment. From these, 48 (forty eight) financially support projects from third parties. The study identified the impossibility of setting the sources of finance in a single category. Due to lack of information, the inference that the sources always benefit the same organizations cannot be made. The number of sources has grown through the years, providing the creation of partnerships that generate innovative alternatives to sustain the third sector.

Key Words: Third sector; social investment; sustainability; funds.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 – TERCEIRO SETOR E A SUA SUSTENTABILIDADE	07
1.1 TERCEIRO SETOR	08
1.2 SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR ...	18
1.3 CAPTAÇÃO DE RECURSOS	22
1.4 PARCERIAS INTERSETORIAIS	27
1.5 INVESTIMENTO SOCIAL	37
1.5.1 Fundos de financiamento	41
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA	47
2.1 CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM O TIPO DE RECURSO FINANCEIRO	51
2.2 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DO PERFIL DOS INVESTIDORES SOCIAIS E DOS FUNDOS DE FINANCIAMENTO	52
2.3 CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO	54
2.4 RESTRIÇÕES DA PESQUISA	58
CAPÍTULO 3 – OS FUNDOS DE FINANCIAMENTO	61
3.1 INVESTIMENTO SOCIAL	62
3.1.1 As organizações que investem na área social	63
3.1.2 As organizações por área de atuação	63
3.1.3 Origem dos recursos para o investimento social	65
3.1.4 Investimento social por tipo de projetos	66
3.2 PROJETOS PRÓPRIOS	67
3.2.1 Projetos próprios terceirizados para organizações do terceiro setor ...	70
3.3 FUNDOS DE FINANCIAMENTO	71
3.3.1 Áreas de atuação dos fundos	72
3.3.2 Origem dos recursos	74
3.3.3 Projetos apoiados pelos fundos de financiamento	74
3.3.3.1 Público beneficiado	75
3.3.3.2 Critérios para apoio de projetos das organizações do terceiro setor	76
3.3.3.3 Sistema de avaliação dos projetos	80
3.3.3.4 Projetos financiados a partir de 2002.....	81
3.3.3.5 A relação montante financiado por fundo de financiamento	86
3.3.3.6 Financiamento anual por área de atuação	87
3.3.3.7 Fundos por organizações do terceiro setor com projetos apoiadas	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
BIBLIOGRAFIA	97
APÊNDICES	105
ANEXOS	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área de atuação por natureza da organização	65
Tabela 2 – Área de atuação por natureza da organização que investe apenas em projetos próprios	69
Tabela 3 – Área de atuação dos fundos por natureza da organização	73
Tabela 4 – Público beneficiado pelos projetos apoiados	76
Tabela 5 – Critérios para financiamento de projetos	78
Tabela 6 – Avaliação do financiamento de projetos	80
Tabela 7 – Fundos de financiamento por período e por recursos financeiros.....	82
Tabela 8 – Fundos de financiamento por projetos financiados – 2002 a 2006	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das organizações por natureza.....	63
Gráfico 2 – Áreas de atuação - Investimento social.....	64
Gráfico 3 – Origens dos recursos para o investimento social.....	66
Gráfico 4 – Investimento social por tipo de projeto.....	67
Gráfico 5 – Distribuição das organizações que investem apenas em projetos próprios	68
Gráfico 6 – Áreas de atuação - Projetos próprios.....	69
Gráfico 7 – Origem dos recursos para o investimento em projetos próprios.....	70
Gráfico 8 – Distribuição dos fundos de financiamento por natureza.....	72
Gráfico 9 – Áreas de atuação – Fundos de financiamento	73
Gráfico 10 – Origem dos recursos para o financiamento de projetos de terceiros	68
Gráfico 11 – Financiamento (em R\$) nos anos de 2002 a 2006 – Fundos A, B, C, D e E	83
Gráfico 12 – Financiamento (em R\$) nos anos de 2002 a 2006 – Fundos A, B, C, D, E e F	83
Gráfico 13 – Financiamento (em R\$) nos anos de 2002 a 2006 – Fundos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K e L	84
Gráfico 14 – Financiamento (em R\$) 2002 a 2007 – Fundos A, B, C, D, F, H, I e K	85
Gráfico 15 – Financiamento (em R\$) 2002 a 2007 – Fundos A, B, C e D	86
Gráfico 16 – Montante financiado (em R\$) por fundo nos anos de 2002 a 2006	87
Gráfico 17 – Financiamento (em R\$) em projetos na área de educação – 2002 a 2006 – Fundos A, B e C	88
Gráfico 18 – Financiamento (em R\$) em projetos na área de educação – 2002 a 2006 – Fundos A, B, C, F e J	88

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Relação de organizações pesquisadas que promovem investimento social	106
APÊNDICE B – Questionário de pesquisa.....	108
APÊNDICE C – Relação dos fundos de financiamento	109

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Relação de organizações financiadoras do terceiro setor disponível no site da Prefeitura de Porto Alegre – Portoweb	170
ANEXO B – Relação de financiadores disponível nos sites do Senac Setor 3 – O terceiro setor em rede e no site da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	175
ANEXO C – Organizações que promovem investimentos sociais associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE – 05/06/2007 .	183

INTRODUÇÃO

Terceiro setor é um conceito que tem como significado as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. O primeiro setor é representado pelas instituições governamentais, responsáveis pelas questões sociais, enquanto o segundo é constituído pelas empresas privadas, responsáveis pelas questões individuais. Já o terceiro setor é o conjunto de organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que têm como objetivo gerar serviços de caráter público.

Na nova relação tricotômica de forças entre Estado – Mercado – Sociedade civil, destaca-se o papel da sociedade como participante efetiva na procura de alternativas frente aos problemas que afetam a humanidade. Segundo Oliveira (1999):

[...] o protagonismo, no plano internacional, dos cidadãos e de suas organizações é tributário de dois grandes fenômenos: o extraordinário crescimento e diversidade da participação cidadã nos planos local e nacional, combinados com o reconhecimento de que a grande maioria dos problemas que afetam a humanidade, neste fim de século, não só transcendem as barreiras e competências dos estados nacionais como não podem ser resolvidos apenas por ações de governo ou mecanismos de mercado.

Para levarem adiante sua missão e conseguirem se destacar pela qualidade de suas realizações, as instituições sem fins lucrativos precisam conseguir um equilíbrio financeiro que lhes permita manter a confiança da comunidade na execução de seus serviços. Assim, é preciso que seja elaborado um planejamento estratégico focando a gestão financeira de seus recursos captados, sendo de grande importância a escolha de práticas e ferramentas apropriadas de acordo com o tipo de instituição. Tais estratégias parecem ser mais bem desenvolvidas em poucas instituições, demonstrando a falta do conhecimento necessário na maioria das instituições para a realização de seus objetivos. Muitas organizações começam a desenvolver seus trabalhos com o objetivo de responder a necessidades de um determinado público, quando percebem que a demanda é maior do que a imaginada anteriormente: não só não estão preparadas, mas estão muito aquém dos recursos necessários ao atendimento dessa demanda. Muitas organizações acabam sobrevivendo na base do improviso, o que demonstra a necessidade do desenvolvimento de práticas de

gestão que possam atender a suas necessidades administrativas, principalmente quanto à captação de recursos.

Quando se fala em captação de recursos para organizações do terceiro setor, pensa-se na maneira como estas organizações buscarão sua sustentabilidade, ou seja, quais os recursos necessários para continuarem prestando serviços junto à comunidade.

Para realizar sua missão e atender às necessidades da comunidade, toda organização precisa de recursos, sejam eles de origem nacional ou internacional, advindos de fontes governamentais ou privadas (CRUZ e ESTRAVIZ, 2003).

Para a sustentabilidade das organizações do terceiro setor é necessário que haja empreendimentos e práticas apropriadas para este setor. Essas organizações têm desafios, entre eles o da confiabilidade e transparência das instituições. O que se pretende neste trabalho é discutir o desafio do desenvolvimento da sustentabilidade das organizações do terceiro setor.

A complexidade das relações econômicas existentes no mercado torna a atuação das organizações, independente de seu tamanho e segmento de atuação, complexa, transformando o correto entendimento das relações financeiras, em uma vantagem competitiva (TRINDADE, 2006).

Com a pesquisa sobre os fundos de financiamento, 48 (quarenta e oito) organizações que destinam recursos a organizações do terceiro setor brasileiro, pretendeu-se verificar o montante financeiro disponibilizado para as instituições do terceiro setor e os critérios para o acesso a esses fundos. Verificar, além disso, as características das organizações que têm acesso aos recursos dos fundos.

Em suma, este trabalho pretende verificar o perfil dos fundos de financiamento para as organizações do terceiro setor, proporcionando a estas o conhecimento necessário para a captação de recursos. Assim fica a questão: Qual o perfil dos fundos que disponibilizam recursos financeiros para as organizações do terceiro

setor?

As organizações estudadas neste trabalho colaboram para a melhoria da sociedade mediante o investimento social, que será aqui entendido como o conjunto de ações sociais externas que beneficia as organizações e a comunidade, alocando de maneira voluntária e estratégica os recursos da investidora, sejam eles financeiros, humanos, técnicos ou gerenciais. Da mesma forma, os fundos de financiamento serão aqui considerados como um meio de investimento social, conceituado como recursos financeiros de organizações com ou sem fins lucrativos, fundações ou institutos, ou empresas privadas ou estatais, que possuam tais recursos a serem destinados ao financiamento de projetos, programas ou manutenção das organizações do terceiro setor.

Com base na questão anteriormente definida, o objetivo geral desta dissertação consiste em identificar o perfil dos fundos de financiamento que disponibilizam recursos financeiros para as organizações do terceiro setor. E tem como objetivos específicos: identificar os principais fundos que financiam as organizações do terceiro setor; verificar os critérios para o financiamento de projetos das organizações do terceiro setor; verificar o montante financeiro disponibilizado pelos fundos, por área de atuação das organizações do terceiro setor.

A mobilização da sociedade civil através das instituições sem fins lucrativos possibilita à população unir-se para promover a viabilização de ações de bem-estar para a população, principalmente para alguns segmentos sem acesso à saúde, educação e lazer. Assim, pode-se observar que esta mobilização tem possibilitado o acesso de muitos cidadãos aos seus direitos, o que revela o desempenho deste setor na sociedade brasileira e no mundo.

As instituições sem fins lucrativos desempenham papel importante na sociedade, atuando de maneira eficiente nas lacunas existentes. Conseqüentemente, cada vez mais se exige destas organizações o aperfeiçoamento de sua gestão e de suas práticas, notadamente no que diz respeito ao controle de recursos.

Atualmente observa-se o desenvolvimento de uma prática extremamente interessante de acesso aos recursos, principalmente os financeiros, nas organizações do terceiro setor. Trata-se das parcerias, por meio das quais as instituições do terceiro setor se unem para que possam trocar informações e captar recursos. Isso também pode ser fortalecido com as redes das instituições do terceiro setor, o que proporciona a troca de informações entre elas e fortalecimento dos laços de confiança.

Em se tratando da sustentabilidade das organizações do terceiro setor, não se deve depender de uma única fonte de recursos. Daí a necessidade de oportunidades de arrecadação, mediante a realização de contato com diversos públicos. As fontes de recursos vão do Governo a empresas, a fundações (nacionais e internacionais) e mesmo à comunidade. As empresas disponibilizam recursos, muitas vezes, em função dos benefícios fiscais que as favorecem, criando oportunidades de melhorar sua imagem perante a sociedade, e agregando a seus produtos e serviços um valor a mais, o valor social.

Neste contexto, a solidariedade está presente nas relações interpessoais, nas redes de vizinhança e ajuda mútua, inspirando a ação de movimentos voltados para a melhoria da vida comunitária, defesa de direitos e luta pela democracia. Observa-se, portanto, a necessidade de conhecer novas fontes de recursos financeiros para que as organizações possam desenvolver suas atividades trazendo melhorias para a sociedade.

Esta dissertação estudará os fundos de financiamento, para identificar seu perfil e o tipo de projetos das organizações do terceiro setor que financiam. Verificar a existência e o volume de recursos financeiros e as áreas de atuação que concentram. Além disso, busca verificar quais os requisitos e critérios necessários para se conseguir tais recursos.

Por isso, considera-se relevante empreender um estudo sobre o perfil dos fundos de financiamento, de maneira a identificar como as instituições têm acesso a esses

recursos, proporcionando uma alternativa de conhecimento para que as instituições do terceiro setor desenvolvam sua sustentabilidade.

Os conceitos relevantes a este estudo serão apresentados no primeiro capítulo, que irá tratar do terceiro setor e de sua sustentabilidade. No segundo capítulo, será apresentada a metodologia da pesquisa, no terceiro, a análise das organizações que realizam investimento social e dos fundos de financiamento, e, finalmente, as considerações finais.

CAPÍTULO 1

TERCEIRO SETOR E A SUA

SUSTENTABILIDADE

Aqui serão discutidas as informações disponíveis e relevantes para o tema em estudo. Buscou-se, por meio das teorias relacionadas e entendimentos de estudiosos, conceituar terceiro setor e caracterizar a sustentabilidade de suas instituições por meio da captação de recursos, das parcerias intersetoriais, do investimento social e dos fundos de financiamento.

1.1 TERCEIRO SETOR

O surgimento do termo terceiro setor não governamental e não lucrativo redefine o Estado e o Mercado, além de instituir uma nova maneira de a sociedade civil lutar pelo bem-estar coletivo. Para Dowbor (1999), “um caminho renovado vem sendo construído através de parcerias envolvendo o setor estatal, organizações não-governamentais e empresas privadas.” Trazendo para as empresas conceitos de responsabilidade social e ambiental, o terceiro setor surge como uma alternativa de organização, podendo articular-se com o Estado e assegurar a participação cidadã, o que traz respostas inovadoras.

O desenvolvimento do terceiro setor decorre de várias pressões, demandas e necessidades advindas das pessoas como cidadãs, das instituições e até mesmo dos próprios governos, refletindo um conjunto nítido de mudanças sociais e tecnológicas. De acordo com Salamon (1998, p. 5):

Mudanças históricas de longo alcance abriram o caminho para que instituições alternativas possam atender melhor às necessidades humanas. Com sua pequena escala, flexibilidade e capacidade de canalizar a participação popular, as organizações privadas e sem fins lucrativos estão melhor capacitadas para atender esse espaço.

De acordo com Rothgiesser (2001), as ações filantrópicas que são inerentes à filosofia por trás do terceiro setor e da sociedade civil, começaram no Brasil no ano de 1543, com a primeira entidade do país criada para atender aos desamparados, a Irmandade da Misericórdia, instalada na Capitania de São Vicente. O Brasil era constitucionalmente vinculado à Igreja Católica e a utilização dos recursos,

principalmente os privados, passava por seu crivo. Até o final do século XIX, a filantropia foi desenvolvida pelas práticas de assistencialismo e caridade, com o predomínio da caridade cristã. Com a urbanização e a industrialização que chegaram ao país durante a revolução de 1930 e até 1960, moldou-se uma nova atuação econômica. A influência do Estado na gestão administrativa e no financiamento das organizações assistenciais e filantrópicas se intensificou, tornando-o mais poderoso, único portador do interesse público. Em 1935, editou-se a primeira lei brasileira regulamentando as regras para a declaração de Utilidade Pública Federal, e cujo artigo-primeiro dizia que as sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no país deveriam ter o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade. Em 1938, formalizou-se a relação do Estado com a assistência social através da criação do Conselho Nacional do Serviço Social. Paralelamente à atuação do Estado houve o surgimento de ações filantrópicas a partir de senhoras de famílias economicamente privilegiadas. No período entre as décadas de 1960 e 1970, o fortalecimento da sociedade civil se deu no bojo da resistência à ditadura militar. Quando o regime autoritário bloqueava a participação popular na esfera pública, pequenas iniciativas na base da sociedade foram criando novos espaços, inscrevendo-se neste momento os movimentos comunitários de apoio e ajuda mútua, voltados à defesa de direitos e à luta pela democracia, e que marcaram o encontro da solidariedade com a cidadania representadas pelas organizações não-governamentais (ONGs). Nos anos 90, entre os três setores da sociedade surgiu um novo padrão de relacionamento, através do qual Estado e Mercado passaram a desenvolver estratégias junto ao terceiro setor em busca do bem-estar coletivo.

Segundo Salamon (1998), além das crises existentes no século passado, ocorridas por volta da década de 70 - a crise do moderno *welfare state*, a crise do desenvolvimento econômico, a crise ambiental global e a crise do socialismo - dois motivos de mudanças estruturais explicam o crescimento do número de organizações do terceiro setor e da organização e mobilização das pessoas em busca de melhorias coletivas: o crescimento da taxa de alfabetização e a revolução da comunicação.

A comunicação entre capitais e regiões remotas ocorre agora em apenas alguns minutos, ao contrário de algumas décadas, quando poderia levar dias. Pessoas mobilizadas por uma causa social fortalecem sua convicção, trocam experiências, mantêm conexões com simpatizantes de sua causa, em seus próprios países e no exterior, de maneira mais fácil e rápida. A revolução da comunicação trouxe consigo o desenvolvimento das tecnologias da informação que facilitaram o acesso em menor tempo às informações, proporcionando assim o que Salamon (1998, p. 5) nomeou de revolução associativa global, que proporcionou como resultado um terceiro setor global: “uma imponente rede de organizações privadas autônomas, não voltadas à distribuição de lucros para acionistas ou diretores, atendendo a propósitos públicos, embora localizada à margem do aparelho formal do Estado.”

Para Junqueira (2003):

[...] o desenho da sociedade mudou. Não existe apenas a relação Estado e Mercado. A visão de que grupos de cidadãos se mobilizam apenas para cobrar ações do Estado foi modificada, porque eles tomam iniciativas próprias para resolver seus problemas. A cidadania significa participar na administração da cidade, para melhorar a escola, o hospital, enfim os equipamentos sociais, realizando trabalhos em prol do bem comum, seja de iniciativa do governo ou de uma organização da própria sociedade. As iniciativas privadas com fins públicos se multiplicam. Essas iniciativas estão redefinindo os padrões da relação Estado e Sociedade.

Em 2002, o CEMPRE (Cadastro Central de Empresas do IBGE) possuía registradas mais de 500 mil organizações sem fins lucrativos. Dessas, descartaram-se organizações a serviço de interesses corporativos como sindicatos, condomínios, partidos políticos, cartórios e clubes, entre outros, totalizando 275.895 fundações privadas e associações sem fins lucrativos, 171 mil (62%) das quais criadas a partir de 1990. O grande aumento do número destas instituições nesse período mostra a importância que elas adquiriram junto à sociedade. Tal fenômeno foi desencadeado pelo advento de conceitos como responsabilidade social das empresas e pelo fortalecimento de um senso de cidadania, cuja extensão ainda é experimentada pelo terceiro setor.

Para Hudson (1999, p. XI), os principais objetivos do terceiro setor são sociais, e têm como essência englobar instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias. Nas palavras do autor:

As organizações sem fins lucrativos existem em todo lugar em virtude de uma tendência humana a reunir pessoas para propiciar serviços para si e para os outros, além de lançar campanhas contra o abuso de pessoas e do meio ambiente. As pessoas querem um ambiente saudável, humanitário, de bem-estar, educação e cultura para melhorar o mundo em que vivem. Esperam que as organizações que proporcionam esses valores sejam não lucrativas e que não pertençam ao setor público.

Focados nas questões sociais, os objetivos das organizações do terceiro setor são trabalhados em função do bem estar coletivo e orientados por valores. Essas instituições não visam lucros financeiros, mas buscam um bem maior, a melhoria das condições de vida da sociedade. Porém, Fernandes (1994, p. 140) ao falar sobre valores lembra que “as pessoas são capazes de fazer a guerra e de fazer a paz por conta dos mesmos valores. Se os valores fossem a solução, já não haveria problemas para resolver.” O terceiro setor se distingue por seus valores formarem um terreno próprio e propício para o seu trabalho. Assim, no terceiro setor os valores devem estar integrados, focados nas chances da vida em comum, apostando-se na paz, no equilíbrio.

Os valores encarnados pelo terceiro setor é que o tornam singular. Sua inspiração pode ser espiritual, religiosa, moral ou política, e seus valores incluem compromisso com o direito de livre expressão, altruísmo, compaixão, além de sensibilidade para com os necessitados. Existem ainda duas idéias fundamentais sobre tais valores: a primeira, a iniciativa individual em prol do bem público, na qual as pessoas têm a capacidade e a obrigação de agir por conta própria para melhorar suas vidas e as dos outros, assumindo as rédeas para fomentar o bem estar geral, tornando o direito de criar organizações sem fins lucrativos um direito comum básico; a segunda, é o valor da solidariedade, no qual as pessoas têm obrigações não apenas consigo, mas também com o próximo e às sociedades maiores de que são parte, tornando a ação

organizada e voluntária mais importante do que a individual (SALAMON, 1997).

Para a melhoria da qualidade de vida coletiva, Dowbor (1999) afirma: “temos que aprender a construir uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável.” E, para isso, é preciso articular Estado e empresa no quadro de uma sociedade civil organizada, ou seja, é fundamental a articulação do conjunto.

O surgimento e expansão deste setor econômico ocorreram principalmente quando a sociedade civil percebeu a necessidade de desenvolver estratégias para a melhoria e crescimento da coletividade, partindo de iniciativas particulares e do apoio dos setores público e privado, além da comunidade envolvida. Para Salamon (1998), a força básica do extraordinário crescimento e abrangência do terceiro setor é a organização de pessoas comuns que tomam em suas próprias mãos a melhoria de condições ou a busca de direitos básicos.

O termo terceiro setor tem como suporte conceitual o Estado como primeiro setor e o Mercado como segundo, sendo, portanto, suas instituições privadas, mas de caráter público, ou seja, nem governamental e nem lucrativo, concentradas no terceiro setor. O conceito de terceiro setor é vasto e com várias interpretações. Para Fernandes (1994, p. 21), “o conceito denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos.” Estes produtos devem ser tipicamente de consumo coletivo, não gerar lucros e responder às necessidades coletivas, assim sendo, quaisquer excedentes devem ser reinvestidos nos meios para a produção das atividades-fim. Para este autor, o terceiro setor é constituído de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade a práticas tradicionais de caridade, de filantropia e de mecenato, e que vêm incorporando o conceito de cidadania em seu trabalho.

Segundo Marcovitch (1997, p. 124-5):

A cidadania inclui direitos e responsabilidades civis e políticas. Inclui, também, o direito à educação e à propriedade. Enfim, direitos que asseguram a realização de cada indivíduo como cidadão, membro ativo de uma estrutura social. [...] Cabe a essa estrutura social organizar-se e assumir iniciativas de interesse para o bem-estar coletivo. A criação de associações de interesse público, de redes de cooperação e de programas sociais no âmbito de empresas e universidades é indicador de maturidade política e cultural. A aliança estratégica entre essas iniciativas, e delas com o Estado, tem gerado resultados que podem tornar-se ainda mais expressivos. Os resultados alcançados têm legitimado tais iniciativas através do reconhecimento público da sua relevância.

Melo Neto e Froes (1999) reforçam a idéia de que o primeiro setor é representado pelas atividades Estatais que visam fins públicos; o segundo setor é representado pelas atividades da iniciativa privada que buscam atender a fins particulares; e o terceiro setor é representado por um conjunto de organizações que realizam atividades que são ao mesmo tempo, não governamentais e sem fins lucrativos.

O terceiro setor apresenta semelhança com o Estado por ter como objetivo e alvo de atuação o espaço público, mas diferencia-se do Governo por tratar-se de uma iniciativa da própria sociedade. Porém, o “terceiro setor não equivale à iniciativa privada (segundo setor), pois, apesar de não ser governamental, tem como objetivo não o benefício de algumas pessoas ou grupos muito reduzidos, mas o benefício de toda a sociedade em última instância” (TEODÓSIO, 2001, p. 2). No entanto, o conceito de terceiro setor engloba diferentes tipos de organizações, entre elas: associações comunitárias, organizações não-governamentais (ONGs), instituições filantrópicas, projetos de caridades, igrejas e seitas, fundações, organizações sociais (OS – conforme definição da proposta de Reforma do Estado), projetos sociais desenvolvidos por empresas, sindicatos.

Salamon (1997) define o terceiro setor como sendo composto de organizações estruturadas, localizadas fora do aparato formal do Estado, que não são destinadas a distribuir lucros auferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas, autogovernadas, envolvendo os indivíduos num significativo

esforço voluntário. Essa definição pode causar discussões por considerar apenas as organizações formalizadas, pois, de acordo com Fernandes (1994, p.127), “muitas não estão sequer registradas em qualquer instância jurídica, trabalham à margem dos controles formais.” Ainda segundo Fernandes (1994, p.141), na América Latina o conceito de terceiro setor não deve se restringir a institucionalização formal própria às dimensões legais da sociedade civil. “Se o terceiro setor não for capaz de comunicar-se além destes limites, permanecerá um conceito exclusivista, incapaz de abordar os problemas mais profundos.”

Para Cardoso (2000, p. 8), o “conceito de terceiro setor descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e de agir sobre a realidade social.” Este conceito é bem mais abrangente, inclui as instituições filantrópicas das áreas de saúde, educação e bem-estar social, compreendendo também as organizações voltadas à defesa dos direitos de grupos específicos da população, englobando o trabalho voluntário, a filantropia empresarial.

O surgimento do terceiro setor adquiriu um relevante papel para o desenvolvimento social, pois representa a quebra da dicotomia tradicional entre as esferas particular e pública. A definição do conceito de terceiro setor é ampla, pois abrange um grande número de entidades que têm em comum a característica de não ter como finalidade o lucro, mas o impacto social através das suas operações. Segundo Wolfe (1992), por marcar um espaço de integração cidadã, essa sociedade se distingue do Estado e, ao mesmo tempo, por promover interesses coletivos, ela também se distingue da lógica do mercado. Para Coelho (2000), a diversidade de denominações presentes no terceiro setor reflete a falta de precisão conceitual, revelando, assim, a dificuldade de enquadrar toda a diversidade de organizações em parâmetros comuns.

O terceiro setor segundo Melo Neto e Froes (1999, p.18), “abrange entidades sem fins lucrativos que desenvolvem ações sociais. Possui vários nomes, tais como: setor social, setor sem fins lucrativos. setor de promoção social, economia social, setor voluntário e muitos outros.” Tem como principais características a natureza

específica de suas ações, o caráter filantrópico e de investimentos em programas e projetos sociais, e alto grau de diversidade entre as entidades que dele fazem parte.

De acordo com Coelho (2000, p. 65), o terceiro setor assume uma forma mais ampla, tendo uma infinidade de associações, fundações, etc., que estão regidas sob a mesma legislação e, portanto, possuem as mesmas características: sem fins lucrativos, em função de um bem coletivo e não-governamental:

Elas têm finanças baseadas em doações, verbas governamentais e recursos provenientes da cobrança de taxas de serviço. [...] Os lucros que possam conquistar em suas atividades não são distribuídos entre seus membros, mas, em princípio, reinvestidos na própria organização para a melhoria da qualidade dos serviços. Elas existem com a finalidade de distribuir riquezas e bens coletivos a populações desservidas e negligenciadas, para advogar mudanças sociais e prestar serviços.

O terceiro setor é composto por uma grande variedade de organizações que vão desde entidades sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, até fundações, projetos sociais ligados a empresas, dentre outras. O terceiro setor pode ser conceituado como “o conjunto de organismos, organizações ou instituições dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento” (PAES, 1999, p. 46).

Por contemplar organizações tão heterogêneas, o conceito de terceiro setor torna-se muito abrangente. Essa multiplicidade é representada pela diversidade dos seguintes aspectos: “natureza destas organizações, forma e finalidade das intervenções sociais, tamanho e abrangência das organizações, estruturação dos processos gerenciais, acesso a recursos, condições de trabalho, direcionamento dos lucros, etc.” (TEODÓSIO, 2001, p. 12). É perceptível, segundo Falconer (1999), o fato de a definição de terceiro setor ser vaga, e a suas organizações serem atribuídos nomes que as definem por negação e por oposição: organizações não-governamentais ou sem fins lucrativos.

Segundo Ashoka e McKinsey&Company (2001), sob o aspecto legal, o Código Civil brasileiro apresenta duas formas tradicionais de organizações civis sem fins lucrativos: fundações e associações civis. E dentre as várias espécies associativas previstas no ordenamento legal brasileiro, as organizações não lucrativas podem constituir-se sob as seguintes formas: fundações públicas ou privadas; associações ou sociedades civis; cooperativas; cooperativas sociais. Ashoka e McKinsey&Company (2001) consideram como parte do terceiro setor “as organizações que tenham uma clara atuação social, em uma das suas mais diversas formas e que não tenham fins lucrativos, isto é, direcionam todo o superávit de suas operações para a própria organização.”

Kisil (1997, p. 142) afirma que, quando são analisadas as organizações do terceiro setor, geralmente tem-se como resultado as seguintes características mencionadas:

- elas não têm fins lucrativos, sendo organizações voluntárias, no sentido de que não são organizações estatutárias emanadas do setor governamental;
- são formadas, total ou parcialmente, por cidadãos que se organizam de maneira voluntária;
- o corpo técnico normalmente resulta de profissionais que geralmente se ligam à organização por razões filosóficas e têm um forte compromisso com o desenvolvimento social;
- são organizações orientadas para a ação; são flexíveis, inovadoras, rápidas e próximas a comunidades locais; e
- geralmente fazem um papel intermediário: ligam o cidadão comum a entidades e organizações que podem participar da solução de problemas identificados. Assim, se por um lado fornecem algum tipo de serviço à comunidade, por outro têm que procurar fundos para seus programas em diferentes fontes de financiamento (o público em geral, doações, governo).

Mas “a falta de dados sistemáticos, as variações terminológicas e a grande gama de papéis que desempenham tornam essas organizações difíceis de serem identificadas em cada lugar, dos inúmeros em que elas vêm emergindo” (SALAMON, 1998, p. 6). Essa dificuldade apresenta-se como um fator que prejudica a elaboração de análises sólidas, pois muitas instituições, por dificuldades financeiras ou técnicas, não se formalizam e continuam trabalhando na informalidade e de maneira precária. Devido a esta falta de padronização ocorre a carência de informações a respeito deste setor, acarretando uma crescente dificuldade em se delimitar o seu real

tamanho.

Costa Júnior (1998) afirma que esta impossibilidade de se determinar fielmente as dimensões do terceiro setor é resultante da invisibilidade que envolve as organizações deste setor. Sustenta também que os motivos desta invisibilidade são: a ausência de um consenso teórico sobre o terceiro setor, a falta de registro legal destas instituições, e a inexistência de informações sobre o terceiro setor nas contas nacionais. Esta deficiência em relação ao volume e qualidade das informações dificulta o desenvolvimento do setor, uma vez que reduz a sua capacidade de atrair parceiros e de superar os seus obstáculos.

Para as organizações do terceiro setor surgiu o confronto com o desafio de qualificar e expandir suas ações de promoção e solidariedade eficiente. Assim, é preciso identificar corretamente o papel do terceiro setor e definir sua identidade, bem como seus objetivos, para que seja possível que as instituições desenvolvam e definam políticas sociais adequadas, utilizando seus recursos tão escassos da melhor maneira.

O terceiro setor pode ser explicado através da existência de articulação da sociedade civil que tem como objetivo e compromisso fomentar ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população. Logo, as organizações do terceiro setor podem ser parceiras eficazes na execução das políticas sociais.

Ao se verificarem as definições dos principais autores quanto ao conceito de terceiro setor, foi possível identificar como principais características citadas por eles: instituições orientadas por valores; foco no bem-estar coletivo; atuação voluntária; caráter privado, mas sem fins lucrativos; não governamental; desenvolvimento de práticas de caridade e filantropia.

Após o estudo de alguns conceitos dos principais estudiosos e das principais características, a expressão terceiro setor, para a finalidade deste estudo, será entendida aqui como aquele setor constituído de um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos, sem fins

lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade a práticas tradicionais de caridade, de filantropia e de mecenato, e que vêm incorporando o conceito de cidadania no seu trabalho (FERNANDES, 1994).

1.2 SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Nas organizações do terceiro setor, a sustentabilidade ou auto-sustentabilidade refere-se à capacidade das instituições em captar os recursos necessários para o seu sustento, bem como dos projetos desenvolvidos. De acordo com o glossário do terceiro setor da FGV, tecnicamente, sustentabilidade é a possibilidade de uma organização garantir a sua continuidade.

Salamon (1997) traz quatro desafios críticos que precisam ser enfrentados pelo terceiro setor para que possa expandir e fortalecer sua atuação: legitimação junto à sociedade; demonstração da capacidade e da competência do setor; realização de parcerias com o Estado e o setor privado; sustentabilidade, buscando novas e criativas formas de financiamento. Para Salamon (1997, p. 106), no momento, o grande desafio do terceiro setor é o da sustentabilidade, que está em jogo em termos financeiros:

- muitas organizações do terceiro setor começaram como meros esforços pessoais ou graças ao apoio inicial de doadores estrangeiros, públicos ou privados;
- na medida em que crescem em escala e complexidade, no entanto, logo superam essas bases iniciais e vêem-se a braços com graves problemas de sobrevivência;
- cortes de assistência externa, em anos recentes, aprofundaram a crise fiscal do terceiro setor, sobretudo porque um número cada vez maior de organizações tem de competir por uma fatia cada vez menor do bolo.

Pode-se verificar, através dos dados do IBGE, que a cada ano o número de instituições do terceiro setor aumenta: até 1990 eram 61.970 instituições cadastradas no CEMPRE. Em 2002 este número aumentou para 275.895 instituições

cadastradas. Estas instituições têm criado e implementado soluções inovadoras para atenuar os problemas sociais.

Porém, a partir dos anos 90, com o grande crescimento do número de instituições e a redução dos financiamentos por meio da cooperação internacional e da busca por novos financiadores, foi possível observar outro fenômeno: os trabalhos têm sido desenvolvidos em parceria com os setores público e privado. Como condição para a sustentabilidade, devido ao contexto de grandes mudanças tecnológicas, econômicas, culturais e sociais, as organizações do terceiro setor têm sido desafiadas a se fortalecerem institucionalmente, desenvolvendo as práticas que melhor se adaptem a suas características. Considera-se que a sustentabilidade em termos financeiros seja um dos principais aspectos do funcionamento das organizações do terceiro setor, estando relacionada diretamente à capacidade de captar recursos junto a outras organizações.

De acordo com Cruz e Estraviz (2003, p. 21):

Encontra-se na agenda do terceiro setor a questão da sustentabilidade, ou auto-sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos. A auto-sustentabilidade é defendida por alguns financiadores por ser entendida como a não-dependência de terceiros, uma geração de todo o orçamento a partir de atividades próprias como, por exemplo, a venda de bens e serviços no mercado, o rendimento do patrimônio próprio, as taxas de associação.

A busca por sustentabilidade marca o fim do processo de dependência das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), implicando na necessidade de diversificar as fontes de financiamento, e desenvolver projetos de geração de receita, profissionalização dos recursos humanos e voluntariado, desenvolvimento de meios para atrair membros sócios das organizações, estabelecimento de estratégias de comunicação, avaliação de resultados e desenvolvimento de uma estrutura gerencial altamente eficiente (ASHOKA e MCKINSEY&COMPANY, 2001).

Apesar de as organizações do terceiro setor trabalharem conduzidas em grande parte pelo voluntariado e receberem doações de várias fontes, elas necessitam de

um resultado positivo na diferença entre a sua receita e a sua despesa, para ser reinvestido em suas atividades. Somente com esse resultado positivo elas conseguirão realizar as suas operações e alcançar a sustentabilidade financeira no curto, médio e longo prazo. Devido ao grande número de instituições existentes atualmente, tanto no cenário brasileiro quanto no mundial, é essencial que as organizações trabalhem de maneira responsável e transparente, garantindo sua sobrevivência e a credibilidade perante seus *stakeholders*. Assim, é necessário nos trabalhos da entidade a participação e apoio da sociedade, a aliança com a comunidade, um conselho atuante, e que os funcionários comentem o orgulho que têm em participar dessa causa (CRUZ e ESTRAVIZ, 2003).

A sustentabilidade geralmente é alcançada através da correta aplicação dos recursos captados por meio de estratégias desenvolvidas pela instituição. As instituições devem enfrentar os desafios de garantir condições para um desenvolvimento coerente de sua gestão, preocupando-se com sua profissionalização, por meio do planejamento estratégico, monitoramento, avaliação, captação de recursos, marketing, gestão administrativo-financeira e capacitação técnica dos recursos humanos. Associado a estes fatores, a instituição deve criar, através da base social, de transparência e de credibilidade, uma ação conjunta com organizações da sociedade civil, com o Estado e com as empresas privadas. Nesse sentido, há uma relação muito clara entre o trabalho da qualidade de gestão das ONGs e o fortalecimento da sociedade civil.

Cruz e Estraviz (2003) afirmam que a captação de recursos é fundamental para as organizações do terceiro setor, tendo em vista que é necessário obter recursos para garantir a sobrevivência e a sustentabilidade destas organizações, bem como de seus projetos. “A política de captação de recursos das instituições sem fins lucrativos deve estar em acordo com seus objetivos sociais e com o perfil das entidades” (MORAES, 2002).

Para Valarelli (2002), na busca pela sustentabilidade, muitas organizações brasileiras têm procurado capacitar-se. Mas é comum ver-se a captação de recursos

reduzida à captação de fundos financeiros, e restrita a duas grandes práticas: a elaboração de projetos de financiamento e a realização de ações permanentes ou campanhas para angariar contribuições financeiras de indivíduos ou empresas. Porém, uma política de captação de recursos não deve estar apoiada unicamente nestas duas modalidades, pois corre o risco de revelar-se muito limitada. A elaboração de projetos, por mais competente que seja, enfrenta o problema da finitude das fontes de financiamento e da escassez cada vez maior de recursos. Por sua vez, as campanhas visando à arrecadação de fundos ou contribuições permanentes exigem uma forte competência da organização em termos de planejamento, gestão e *marketing*, além de somente gerarem recursos a médio e longo prazos.

É indiscutível que obter recursos seja importante. Cruz e Estraviz (2003) afirmam que a captação de recursos é vital para as instituições do terceiro setor. Mas é imprescindível analisar como os projetos a que eles se destinam irão agregar valor à organização. Uma instituição deve ajudar a construir, por meio de suas iniciativas, a sua história, ao mesmo tempo em que cria as competências organizacionais necessárias para obter novos recursos ou para executar as ações relativas à natureza e à proposta institucionais (MORAES, 2002).

Para que as medidas de desempenho sejam satisfatórias, é necessário planejar para saber quais objetivos atingir, usar melhor os recursos, administrar os problemas atuais, fazer os processos funcionarem bem e olhar o presente com a visão do futuro (HUDSON, 1999).

Deste modo, as organizações do terceiro setor devem buscar a sustentabilidade observando o contexto em que estão inseridas e não restringindo seus processos apenas à busca de financiamentos. É essencial a criação de vínculos com os financiadores, além de uma prestação de serviços que traga credibilidade à organização, a fim de que seus objetivos sejam alcançados.

1.3 CAPTAÇÃO DE RECURSOS

As organizações do terceiro setor enfrentam grandes desafios para viabilizar a prestação de seus serviços. A captação de recursos, fundamental para um bom desempenho da organização, apresenta-se como um dos mais importantes, pois é através dela que as organizações buscam a sustentabilidade de seus projetos e da instituição.

Ao tratar-se deste tema deve-se ter ciência de que não se trata apenas da captação de recursos financeiros, mas também de recursos humanos, materiais, tecnológicos, entre outros. Será através do conjunto destes recursos que a organização estará pronta para atender a seus objetivos. Para que a captação seja bem sucedida é preciso que se desenvolvam estratégias bem estruturadas e fundamentadas nas metas e objetivos da instituição. A organização precisa ser bem gerenciada, para que possa deter maior confiabilidade junto aos demais atores sociais - Governo, Mercado, sociedade civil, comunidade em que se encontra inserida, e agentes financiadores.

De acordo com o GETS (2002), captação ou mobilização de recursos é um termo utilizado para descrever as várias atividades de geração de recursos realizadas por organizações sem fins lucrativos, para apoiar sua finalidade principal, independente da fonte ou do método utilizado para gerá-los. Nos últimos anos, a expressão mobilização de recursos vem ganhando força, porque tem em si um sentido mais amplo, além da captação de recursos. Mobilizar recursos não diz respeito apenas a assegurar recursos novos ou adicionais, mas também a otimizar os recursos existentes, conquistar novas parcerias e obter fontes alternativas de recursos financeiros.

Segundo Assis (2005), mobilizar recursos, apesar de preocupação antiga e muito presente nas organizações do terceiro setor, passou a ser encarado de forma mais profissional e séria. Tem como desafio o desenvolvimento e a diversificação dos recursos para garantir sua atuação junto à sociedade civil. “Portanto, ampliar as

fontes de financiamento e recursos se tornou necessário para que as organizações, além de sobreviver, possam ser efetivas no cumprimento de sua missão organizacional junto aos diversos atores.”

O crescente número de organizações do terceiro setor e o processo de adoção de políticas e ações de responsabilidade social pelas empresas tem marcado o atual cenário sócio-econômico, onde se torna cada vez maior a participação de todos na resolução dos problemas sociais. Porém, segundo afirmação de Adulis (2002), com o crescimento da concorrência para obter financiamento e a redução das fontes financiadoras, as organizações do terceiro setor dependem cada vez mais de um plano de captação de recursos bem estruturado, através de estratégias que reduzam a vulnerabilidade e a subordinação destas organizações em relação aos seus financiadores, permitindo aos seus gestores conciliar as demandas da organização, com os esforços necessários para atingir sua missão.

O desafio da captação de recursos financeiros torna-se cada vez mais presente devido a uma maior exigência e burocracia por parte dos financiadores. Valarelli (2001) afirma que os recursos governamentais e da cooperação internacional vêm sendo reduzidos ou, em sua maioria, tornando-se restritos a certos temas, regiões ou a projetos, ao invés de apoiar a organização de maneira institucionalizada. E que, além disso, a valorização do papel das ONGs e das organizações sem fins lucrativos ocorrida nos anos 90 incentivou a proliferação de iniciativas e de novas organizações, que passaram a disputar estes mesmos recursos. Ampliar as fontes de recursos torna-se crucial para que as organizações possam, além de sobreviver, desempenhar um papel relevante junto aos seus públicos e à sociedade em geral.

Hudson (1999) e Cruz e Estraviz (2003), afirmam que a principal fonte de financiamento da organização influencia significativamente sua sobrevivência, bem como sua liberdade estratégica. Esta afirmação justifica a importância da diversificação das fontes de recursos para garantir a sustentabilidade e, ainda, evitar o desvio da missão organizacional.

Devido a problemas como crescimento do número de organizações, redução do volume de financiamentos por parte do Governo e da cooperação internacional, burocracia, financiamentos destinados a projetos e não à manutenção da entidade, muitas organizações do terceiro setor têm procurado desenvolver alternativas estratégicas de captação de recursos, para que possam levar adiante sua missão e conseguir destaque pela qualidade de seus trabalhos. As organizações do terceiro setor conhecem bem as dificuldades que enfrentam e sabem que precisam conseguir um equilíbrio financeiro que lhes permita manter a credibilidade perante seus financiadores e a comunidade na execução de seus serviços.

Além do desafio para desenvolver novas estratégias de captação de recursos e garantir um equilíbrio financeiro, existe também a exigência da profissionalização das organizações do terceiro setor tanto na gestão quanto na captação desses recursos, pois muitas organizações costumam agir no improviso. Cruz (1998) corrobora esta afirmação ao relatar que atualmente, nas organizações do terceiro setor, tem ocorrido um crescimento significativo na demanda pela profissionalização e institucionalização do processo de captação de recursos, pois estas organizações começam a preocupar-se também com os princípios éticos que norteiam esse processo. Para a autora, uma gestão profissionalizada requer a estruturação da área de captação de recursos por parte da entidade do terceiro setor. A organização precisa levantar o histórico de seu processo de obtenção de recursos financeiros, porque é importante ter conhecimento de quem podem ser os financiadores, quais as fontes que podem crescer, quais podem diminuir e aquelas que mais se identificam com a instituição. Este procedimento tem como intuito buscar a diversificação do portfólio de financiadores da entidade, evitando, assim, sua dependência financeira a uma única fonte. É importante que se identifiquem os pontos fortes e fracos quanto à captação de recursos, para que seja possível selecionar os mais eficientes e também os que proporcionam os resultados esperados.

Para Marcovitch (1997, p. 126):

Clara definição da missão, revisão permanente das estratégias, flexibilidade das estruturas e aperfeiçoamento contínuo das competências são necessários para a mobilização de recursos locais. Salvo honrosas exceções, essas entidades carecem das qualificações profissionais que viabilizariam um salto qualitativo em busca de novo patamar institucional.

É necessário que haja um autoconhecimento por parte da organização para que se possam implementar de maneira correta e efetiva as iniciativas para a captação de recursos. Silva (2000) afirma que a falta de recursos pode não ser a causa dos problemas de uma entidade, mas reflexo de outros problemas de mais difícil percepção. Para evitar tais problemas, a captação de recursos deve estar vinculada às demais estratégias da organização, para que possa viabilizar suas atividades.

De acordo com o GETS (2002), o dirigente de uma entidade sem fins lucrativos que promove a captação de recursos acredita que:

[...] a missão da organização é importante; para executá-la, é preciso recursos; é necessário ter uma base de doadores; é preciso permitir aos doadores a oportunidade de investir; existe uma relação de troca entre o doador e a entidade sem fins lucrativos; três grupos de pessoas têm igual importância para a entidade sem fins lucrativos: os funcionários, os voluntários e os doadores.

Para Amaral (1999), atualmente percebe-se que a idéia de captação de recursos tem evoluído bastante, desde as organizações sem fins lucrativos às organizações financiadoras, sejam elas agências internacionais, organismos do Estado ou empresas privadas. Exige-se a profissionalização por parte das organizações que necessitam obter recursos para dar sustentação a seus projetos institucionais.

Após a compreensão de que os indivíduos são movidos por uma causa, ideal ou movimento a que pessoas ou grupos se dediquem, sejam eles a deficiência física ou mental, a infância, o meio ambiente, o socialismo, os direitos humanos, alguns requisitos devem ser seguidos pelas organizações sem fins lucrativos. Para muitos é a causa, somada à missão específica, que os leva a buscar uma organização sem

fins lucrativos, seja para doar dinheiro, bens ou trabalho voluntário. É preciso posicionar-se firmemente na busca e manutenção de recursos necessários à sustentabilidade. A organização do terceiro setor deve estar literalmente com a “casa arrumada”: a contabilidade; as finanças; o cadastro dos atuais e/ou possíveis doadores; a definição de uma pessoa que elabore e faça cumprir o programa de captação, de acordo com as necessidades e os valores não só financeiros, mas também éticos, que reflitam as bases da missão proposta e vivida pelos membros da organização. Só depois disso começa o processo de exteriorização da organização para alcançar os recursos esperados. Como primeiro item da lista dos motivos dos doadores encontra-se mais um movimento importantíssimo a ser desenvolvido para o sucesso do programa de captação de recursos, a comunicação. Os doadores e a comunidade em geral devem estar informados quanto às atividades desenvolvidas e como os recursos estão sendo geridos, demonstrando a sua transparência (CRUZ, 2003).

A captação de recursos permeia os quatro momentos gerenciais necessários à obtenção da sustentabilidade de uma instituição, através das funções gerenciais essenciais da administração: planejamento, organização, direção e controle. No planejamento, a organização traça seus objetivos e define os recursos e os meios necessários para atingi-los. Na organização, estabelece atribuições e responsabilidades, distribuindo os recursos e definindo formas de trabalho. Na direção, conduz e motiva as pessoas a realizar os objetivos. E, no controle, compara os objetivos estabelecidos e os recursos previstos com os resultados atingidos e os recursos realmente gastos, a fim de tomar medidas corretivas ou mudar os rumos fixados (TENÓRIO, 2001).

No processo de captação de recursos financeiros a atração de fundos será tão mais eficaz quanto mais ampla for a noção dos recursos da instituição, e quanto mais diversificada e adequada às suas características e ao ambiente externo for a ação de obtenção dos recursos. Valarelli (2002) aponta a conceituação de captação como sendo diversas ações com este fim, através de patrocínios, doações, parcerias, prestação de serviços, venda de produtos, entre outras, não limitando a obtenção de

fundos a práticas de caráter mais permanente como é comum acontecer.

Pode-se observar um consenso entre os autores no que tange à captação de recursos para as organizações do terceiro setor: eles afirmam que, para que a captação possa ser bem sucedida em relação à sustentabilidade da organização, é necessária a diversificação e ampliação das fontes de recursos, tendo como suporte a profissionalização do pessoal encarregado desta função.

1.4 PARCERIAS INTERSETORIAIS

Para que uma organização do terceiro setor possa garantir a sua sustentabilidade é necessário que esteja consciente de quanto é imprescindível a captação de recursos. Partindo deste ponto, temos como uma das estratégias de mobilização de recursos financeiros as parcerias e alianças estratégicas que são formadas com Estado, Mercado, órgãos internacionais, comunidade e até mesmo com outras organizações do terceiro setor, e que viabilizam os recursos necessários para a sustentabilidade do terceiro setor. Estas parcerias possuem características e critérios distintos a serem definidos em comum acordo com os parceiros. Podem ser de curto ou longo prazo, determinadas por objetivos a serem atingidos, seja para um projeto desenvolvido pelas partes envolvidas, seja onde uma parte irá dispor apoio técnico e financeiro, enquanto a outra desenvolverá e implementará o projeto. De acordo com Salamon (1998) e Melo Neto e Fróes (1999), esta nova organização social, formada a partir do surgimento do terceiro setor, representa uma grande modificação nas relações entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil. Segundo Fischer (2002), no Brasil verificaram-se mudanças em relação às alianças intersetoriais na virada da década de oitenta para noventa, quando as empresas começaram a se diferenciar por estabelecerem políticas de preservação do meio ambiente e renovação de recursos naturais, criando serviços de atendimento ao cliente e códigos de respeito ao consumidor. Para Dowbor (1999) “um caminho renovado vem sendo construído através de parcerias envolvendo setor estatal, organizações não-

governamentais e empresas privadas.”

De acordo com Melo Neto e Fróes (1999, p. 03), em decorrência da falência do Estado do bem-estar, os movimentos sociais, as ONGs, as igrejas e os cidadãos viram a necessidade de se mobilizar para a criação de uma nova ordem social, mudando radicalmente as relações entre o Estado, as empresas e a sociedade civil. Esta nova ordem social tem como características:

- predomínio da ação comunitária estatal e empresarial;
- mudanças profundas nas relações do cidadão com o governo;
- surgimento de uma nova concepção de Estado;
- surgimento da prevalência dos interesses corporativos pela hegemonia do interesse social;
- surgimento de novas instituições sociais;
- diminuição da influência da burocracia estatal e aumento da influência das entidades comunitárias;
- abertura de novos canais de reivindicações sociais;
- emergência de redes de solidariedade social.

A afirmação de um novo perfil participante e responsável da sociedade brasileira se traduz na busca de novas formas de articulação entre organizações do terceiro setor, órgãos governamentais e empresas. “Através da experimentação de ações em parceria, Governo e sociedade começam a aprender a pensar e agir juntos, identificando o que cada um faz melhor e somando esforços em prol de objetivos de interesse comum.” Verificam-se pautas de ação consensual sem prejuízo da persistência necessária, mas fecunda de conflitos e tensões. A atuação entre os três setores não implica no apagamento das diferenças entre eles, pois, por serem diferentes, podem canalizar recursos e competências específicas e complementares (ANDRADE, 2002).

Segundo Junqueira (2003):

A ação social busca hoje um novo referencial, compartilhado por setores governamentais e não governamentais, para combater a pobreza e a exclusão social. [...] Novas iniciativas tanto do governo como da sociedade promovem a participação dos cidadãos e incentivam formas inovadoras de mobilização e parcerias, para construir uma sociedade solidária através de processos de desenvolvimento social sustentável. Com isso estabelece-se um novo padrão de relação entre Estado e Sociedade.

Nessa nova ordem social, o Estado, comprometido com a sociedade civil, tem como papel principal controlar os excessos do Mercado, das empresas, dos burocratas perdulários e corruptos, e, conseqüentemente, regulamentar os serviços prestados pela iniciativa privada, realizar investimentos sociais e atuar em parceria com as empresas e a sociedade civil, buscando soluções duradouras para a eliminação da exclusão social. Predomina assim o seu papel dominante no exercício pleno do seu poder social, prevalecendo os interesses sociais em relação aos interesses empresariais (MELO NETO e FROES, 1999). Dulany (1997, p. 65) afirma que “alguns governos têm assumido uma atitude mais favorável em relação às organizações da sociedade civil”, admitindo que não são capazes de financiar e operar programas sociais sozinhos e que as instituições não-governamentais podem concretizar tais programas de maneira competente e com menores custos.

O Estado reconhece que as organizações sem fins lucrativos acumularam um capital de recursos, experiências e conhecimentos sob formas inovadoras de enfrentamento social que as qualificam como interlocutores e parceiros das políticas governamentais. O Mercado por meio da noção de responsabilidade social passa a ver nas organizações do terceiro setor canais para concretizar o investimento do setor privado empresarial na área social, ambiental e cultural (RITS, 2003). Esta última afirmação é reforçada por Melo Neto e Froes (1999) ao afirmarem que o terceiro setor tornou-se um campo de atividades a ser explorado, já que as empresas podem exercer a sua responsabilidade social de maneira a se tornarem empresas-cidadãs. Enquanto Schommer (2000) afirma que a idéia de responsabilidade social das empresas pressupõe que a atividade empresarial deva envolver compromissos com a cadeia produtiva da empresa, seus *stakeholders*, sejam eles clientes, funcionários, fornecedores, comunidades, ambiente e sociedade.

Melo Neto e Froes (1999, p. 23), considerando o crescimento da relevância do tema responsabilidade social das empresas, observaram um novo modelo de atuação na área social, cujas características são:

- atuação conjunta envolvendo empresas, governo, ONGs e

- sociedade civil;
- predomínio de formas participativas de gestão;
- participação de múltiplos atores no desenvolvimento de ações de combate à pobreza;
- ênfase em projetos e ações em nível local; e
- grande adesão de membros da comunidade como voluntários.

Como afirma Costa Júnior (1998), o terceiro setor tornou-se um importante agente para o processo de mudanças sociais, uma vez que se acredita que o desenvolvimento social depende da parceria entre a sociedade civil e os demais agentes econômicos, setores público e privado. Como qualquer outro tipo de organização, o funcionamento das organizações do terceiro setor é caracterizado pela interdependência entre elas e as demais organizações inseridas na realidade onde elas atuam (LEWIS, 2001).

Segundo Noletto (2000), a concepção de parceria significa “uma associação em que a soma das partes representa mais que o somatório individual de seus membros”. Assim como Lewis (2001) e Austin (2001) postulam: esta iniciativa é permeada pela complementaridade, cooperação e colaboração entre as partes envolvidas.

Para Teodósio (2001, p. 08) a parceria entre os setores público e privado, as ONGs internacionais e o terceiro setor é constituída por trocas contínuas de recursos financeiros e humanos, conhecimento, tecnologia e informações entre os parceiros. Mas, muitas vezes, a “parceira não passa de uma 'captura' da organização do terceiro setor, seja pelo Estado, grandes empresas ou organismos e ONGs internacionais”, estabelecendo-se aí não uma relação de parceria, mas de submissão.

Por sua complexidade, a parceria intersetorial é um processo de aprendizado contínuo em que devem ser respeitadas e checadas, segundo Austin (2001), as seguintes diretrizes: existência de vínculo com os objetivos por parte das pessoas de ambas as entidades; clareza de objetivos de ambos os parceiros; e congruência de missão, estratégia e valores. Seguindo estas diretrizes, deve-se estabelecer um processo de comunicação contínua e efetiva em perspectiva de longo prazo. As parcerias implicam mobilizar e combinar múltiplos recursos e capacidades com a

finalidade de gerar benefícios para ambos os parceiros e valor social para a comunidade.

Fischer (2002, p. 29) afirma que a “colaboração entre as organizações da sociedade civil e as organizações de mercado não é nova. Há cerca de uma década, entretanto, emergiu como uma das mais fortes estratégias para promover o desenvolvimento social sustentado.”

A partir da década de 1990 houve o engajamento crescente do setor privado nas questões sociais, quando empresas brasileiras e multinacionais iniciaram um processo de atuação na área social. No início, elas buscaram parcerias com as organizações da sociedade civil, para atuar com maior eficiência e melhorar os resultados sociais. “À medida que as empresas foram ganhando experiência e contato com a realidade social do país e com os projetos sociais, passaram a constituir suas próprias fundações empresariais, além de continuarem a atuar em parcerias” (ASHOKA e MCKINSEY & COMPANY, 2001, p. 15). Tal fato exigiu que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) se reestruturassem para acompanhar eficazmente as parcerias com o setor privado.

Para concretizar a idéia de colaboração entre as organizações sociais e empresariais em uma sociedade capitalista, é necessário que ambos os parceiros sejam legítimos e igualmente poderosos, pois as características organizacionais de cada entidade participante de uma aliança de cooperação influenciam a configuração e o desempenho da parceria (FISCHER, 2002). Para Austin (2001, p. 22), “cada aliança possui características próprias, suas experiências coletivas oferecem importantes lições sobre a dinâmica, a administração e as compensações da cooperação estratégica intersetorial.” As forças políticas, econômicas e sociais têm provocado mudanças rápidas, estruturais e irreversíveis, gerando a necessidade de cooperação entre as organizações dos diferentes setores.

Para Austin (2001), a cooperação entre diferentes agentes, através da formação de parcerias, traz benefícios para as organizações do terceiro setor: a economia de

custos – eliminando custos duplos e a capacidade excedente por meio do compartilhamento de instalações, serviços ou atividades; as economias de escala e de escopo – que combinam ou ampliam mercados ou as bases de clientes de organizações semelhantes ou maximizam seu processo de compras e uso de matérias-primas; as sinergias; e o aumento de receita.

Enquanto Schommer (2000, p. 153) afirma que o engajamento dos diferentes setores leva as organizações sociais a uma maior sustentabilidade e à potencialização dos recursos disponíveis. A cooperação entre organizações com competências diferentes proporciona as seguintes virtudes: “oportunidade de aprender e desenvolver competências, ganho de recursos - tempo, utilização de capacidade ociosa, divisão de custos e riscos, habilidade para resolver problemas complexos e para especialização ou diversificação.”

Fischer (2002, p. 36):

Do lado das organizações de mercado a proposição de participar de alianças intersetoriais vem preencher uma necessidade de expandir e concretizar a função social da empresa. Esta necessidade tornou-se prioritária quando a tecnologia da informação tornou acessível ao público em geral as características organizacionais e do comportamento empresarial. Valores intangíveis como o capital social, os padrões éticos, a cultura da qualidade ganharam um peso significativo na avaliação da performance empresarial e começaram a atuar como diferenciais de competitividade no mercado consumidor e na arena dos negócios globalizados.

Schommer (2000), em relação aos motivadores da participação empresarial no campo social, lista uma série de possibilidades para que isto possa ocorrer, entre elas: a obtenção de vantagens competitivas, pois os consumidores passam a valorizar a ética e a participação das empresas; a fundamentação religiosa ou moral; o objetivo de promover valores de solidariedade interna e identificar e desenvolver lideranças entre os funcionários; a resposta a incentivos oferecidos pelo governo ou por outras organizações; uma orientação da matriz, no caso de empresas multinacionais, como resultado de uma percepção da importância do investimento para os objetivos estratégicos da empresa; uma visão estratégica de sobrevivência

no longo prazo, diante da consciência de que os problemas sociais e ambientais da atualidade tendem a tornar inviável o sistema produtivo vigente.

As empresas se valem de mecanismos comerciais como marketing, promoção e publicidade entre outros, para conseguir um aumento na margem de lucros através do acréscimo das vendas e assim fixar sua imagem. Para atingir seus objetivos econômicos, incorporam o custo destas práticas ao preço de seus produtos. Entretanto, os recursos mobilizados para causas sociais em busca da melhoria do bem comum devem ser iniciativa de livre decisão dos acionistas, de seu comprometimento com a sociedade, não compondo os custos dos produtos e serviços, demonstrando assim que possuem objetivos sociais e utilizando instrumentos sociais. Uma atuação ética, transparente e independente, de acordo com as prioridades sociais, produz subprodutos e traz à empresa ganhos consideráveis, tais como: valor agregado à imagem da empresa; nova fonte de motivação e escola de liderança para os funcionários; consciência interna de participação no encaminhamento de soluções de causas sociais; mobilização de recursos disponíveis da empresa, sem necessariamente implicar custos adicionais. Assim, é necessário que não se misturem as ações sociais da empresa com as suas ações econômicas de geração de lucros (MARTINELLI, 1997).

Para Teodósio (2001), “é óbvio que a ação social das empresas dificilmente será totalmente desinteressada, mas existe uma distância muito grande entre a empresa ter ganhos com seus projetos sociais e impor seus valores, filosofia e abordagens à comunidade.” De acordo com Austin (2001), as parcerias geram para as empresas com fins lucrativos, por meio das cooperações intersetoriais, importantes benefícios em quatro áreas: enriquecimento estratégico, gerenciamento de recursos humanos, construção de cultura e geração de negócios.

Noletto (2000) postula que há parcerias e alianças estratégicas, e que ambas são vistas como importantes instrumentos para atingir os objetivos descritos na missão da organização. Mas as alianças seriam um compromisso de longo prazo entre as organizações envolvidas: haveria um elo baseado em participação e

compartilhamento de capacidades, recursos e bens. Enquanto as parcerias têm como lógica a intercomplementariedade entre as organizações. Aliança estratégica refere-se a associações voltadas para a conquista de melhores posições e objetivos maiores. São organizações que poderiam atuar de forma independente e que optam por fazê-lo conjuntamente, incentivadas pela consciência da magnitude e complexidade das ações a serem implementadas e por constatarem que as organizações aliadas possuem crenças e valores comuns, pontos de vista e interesses que as levam a ter um mesmo posicionamento estratégico diante de uma determinada realidade.

Baseando-se no grau de dependência entre as organizações envolvidas na ação conjunta, Lewis (2001) propõe a seguinte diferenciação: parcerias ativas e parcerias dependentes. As primeiras seriam caracterizadas pela negociação constante, clareza dos objetivos e regras, compartilhamento dos riscos e livre troca de informação. Já as parcerias dependentes teriam regras rígidas e imutáveis, decididas por apenas uma das organizações envolvidas e seriam caracterizadas não como um processo, mas como um termo fixo decidido sem debates e discussões.

As parcerias intersetoriais são construídas ao longo do tempo, proporcionadas pelo bom relacionamento e trabalhos conjuntos desenvolvidos, Fischer (2002, p. 05):

Alianças estratégicas intersetoriais se referem a todas as formas de colaboração ou trabalho conjunto entre empresas, ou suas fundações e institutos, organizações da sociedade civil e do governo, para realizar práticas de atuação social. [...] As alianças podem ser eficazes para a atuação social. Pois promovem sinergia entre as competências essenciais das organizações e criam espaços de fortalecimento da cidadania.

Para Austin (2001), o fundamental para a viabilidade das alianças é a criação do valor, tanto para os parceiros quanto para a sociedade como um todo. O desenvolvimento sustentável e a democracia requerem não apenas setores vigorosos, mas também a capacidade de combinar as competências de cada ator para colaborações voltadas ao benefício comum.

Segundo Noletto (2000, p. 17), três forças significativas criaram um ambiente favorável para o surgimento das parcerias e das alianças estratégicas:

- A procura de capacidades à medida que os limites entre as organizações se tornam indefinidos.
- Recursos escassos e a intensificação da competição por espaço além da crescente necessidade de intervenção na problemática social.
- A lacuna entre o que uma organização gostaria de realizar e o que, levando em conta a realidade e seus recursos próprios, podem realizar.

Fernandes (1994, p. 139) afirma que “a dinâmica da integração pode dar origem a diferentes conjuntos e conglomerados em diferentes ocasiões, envolvendo cada vez parceiros diversos, de acordo com as circunstâncias, as questões em pauta, a história local num certo campo particular.” Assim, as organizações do terceiro setor devem estar abertas para a experiência de conviverem com alianças múltiplas e parciais. Mas também precisam estar cientes de que não devem esperar por blocos de lealdades, sabendo que poderão estar trabalhando juntos em busca de um determinado objetivo, mas que poderão separar-se quando se tratar de outras metas. Ou seja, “as lealdades são parciais, mesmo quando valem a vida. Por isso, as alianças podem ser múltiplas, mutantes, de variada valoração, sem que deixem de ser verdadeiras” (p. 140).

Schommer (2000) afirma que são muitas as maneiras das empresas se relacionarem com o setor social, que variam em grau de relação com os objetivos estratégicos da empresa. Nelson (*apud* Schommer, 2000, p. 140) define três eixos principais:

- atuando eticamente em suas atividades produtivas (ambiente, políticas adequadas de recursos humanos, cooperação tecnológica, qualidade e gestão ambientais, maximização dos insumos, apoio ao desenvolvimento de empresas locais como fornecedores e distribuidores);
- mediante investimento social, não apenas através de doações filantrópicas, mas também compartilhando capacidade gerencial e técnica, desenvolvendo programas de voluntariado empresarial, adotando iniciativas de marketing social, apoiando iniciativas de desenvolvimento comunitário;
- mediante contribuição ao debate sobre políticas públicas,

colaborando no desenvolvimento de políticas fiscais, educacionais, produtivas, ambientais e outras.

Austin (2001) coloca que o relacionamento entre as organizações é um processo que está em constante transformação. Portanto, ações conjuntas entre as mesmas organizações podem ser consideradas filantrópicas, transacionais ou integrativas em momentos diferentes.

Para Noleto (2000, p. 12) “no terceiro setor tanto as parcerias quanto às alianças estratégicas, trabalham voltadas para objetivos de amplo alcance social.” Estas atividades são desempenhadas com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais, ampliar os canais de inclusão, oferecer serviços. Estes aspectos são fundamentais ao terceiro setor, mas, nas parcerias e alianças comerciais, são deixados em segundo plano.

Para Schommer (2000), os modelos de atuação na área social dependem de vários fatores, tais como: história, cultura, tamanho, valores e estratégias. Sendo possível para as empresas agir de variadas maneiras e podendo: criar organizações específicas para a ação social, um instituto ou uma fundação; atuar através de um setor dentro da empresa, promovendo parcerias, doando recursos financeiros e participando das decisões e execução das ações; estabelecer as relações através de um grupo de funcionários, de um setor especializado em relações com a comunidade; ou vincular essas relações à área de marketing ou de recursos humanos.

Junqueira (2003) afirma que “a parceria entre organizações do terceiro setor, entidades privadas lucrativas e organizações estatais pode viabilizar um novo modelo de desenvolvimento social que supere a exclusão mediante a gestão integrada das políticas sociais.”

As parcerias intersetoriais têm relação estreita e direta com a sustentabilidade das organizações do terceiro setor, pois proporcionam os recursos necessários para que estas organizações possam viabilizar suas atividades, buscando atingir seus objetivos. Assim, a parceria pode ser a condição para a sustentabilidade de uma

instituição e um meio para desenvolver suas ações estratégicas.

Pode-se identificar como principal aspecto apresentado pelos autores em relação às parcerias o fato de a aliança ser desenvolvida como um processo gradual, formando um relacionamento duradouro entre as organizações parceiras, independente do seu setor.

1.5 INVESTIMENTO SOCIAL

O investimento social se compõe dos recursos investidos em projetos que visam o bem-estar coletivo, de maneira que a relação entre organizações de diversos setores, ou intersetorial, possa gerar alternativas inovadoras em benefício da sociedade.

O conceito de investimento social é novo e visa a ampliar o conceito de filantropia empresarial, ou seja, além de doar os recursos, a empresa se compromete com a causa. Este investimento “é o financiamento feito de maneira consciente, sistematizada e comprometida com o desenvolvimento social, as ações definidas de acordo com a necessidade da comunidade e não com a estratégia de atuação e negócios da empresa.” As empresas investem em projetos sociais por variados motivos, mas alguns dos benefícios obtidos em curto prazo são: a melhora da relação com a comunidade, uma valorização da marca e motivação do corpo de colaboradores, entre outros. Ao avaliar seus investimentos sociais a longo prazo a empresa demonstra estar consciente de seu papel de transformadora da sociedade, pois contribui para alcançar o desenvolvimento sustentável (ANDRANDE, 2002).

Para o Itaú Voluntário, a expressão investimento social “é o conjunto de ações sociais externas, que beneficia organizações e a comunidade em suas diversas formas.”

Para Melo Neto e Froes (1999, p. 19), as parcerias constituem uma área em expansão. Sendo “o mais novo modelo de investimento no terceiro setor, que congrega recursos e esforços do governo, empresas privadas, comunidade, ONGs e demais entidades do setor.”

Compreendendo a soma dos esforços envolvendo os setores público, privado e da sociedade civil, o investimento social por meio das parcerias pode ocorrer da seguinte forma (MELO NETO e FROES, 1999, p. 24):

- a empresa privada fornece recursos para o governo desenvolver os seus projetos sociais, sob a forma de patrocínio ou financiamento de campanhas sociais (parceria governo-empresa);
- a empresa contrata os serviços de uma organização não-governamental para desenvolver os seus projetos sociais (parceria empresa – ONG – sociedade civil);
- o governo desenvolve seus projetos sociais com recursos da empresa e com a participação de uma ou mais ONG's e a sociedade civil (parceria governo – empresa – ONG – sociedade civil);
- a empresa desenvolve seus projetos com a participação da sociedade civil (parceria empresa - sociedade civil).

O IDIS (Instituto para o Desenvolvimento Social) define três tipos de Investimento Social, são eles:

- Investimento social corporativo: “é a alocação voluntária e estratégica de recursos da empresa, sejam eles financeiros, em espécie, humanos, técnicos ou gerenciais, para o benefício público. É a evolução da simples doação.” Este investimento quando executado de maneira estratégica permite que a empresa se torne sujeito do processo de transformação social do país, valorize a imagem institucional e da marca, aumente a lealdade do consumidor, incremente a capacidade de recrutar e manter talentos, e melhore o clima organizacional.
- Investimento social comunitário: ou investimento social na comunidade, é uma iniciativa que visa contribuir para o desenvolvimento social de comunidades, visa ao melhor uso dos recursos locais para obtenção de maior benefício social.

- Investimento social familiar: “é a alocação voluntária e estratégica de recursos de família para o benefício público.” No processo de estruturação desse investimento, a família tem a oportunidade de estreitar as relações entre seus membros, fortalecer e preservar seus valores, além de desenvolver e deixar um legado familiar de responsabilidade social advindo do planejamento de ações sociais de maior impacto transformador.

De acordo com Schommer (2000, p. 147):

Há os que defendem que pagando impostos e obedecendo às leis, as empresas cumprem suficientemente sua função social, devendo dedicar-se a suas atividades fins. Outros entendem que a empresa tem responsabilidades com o seu entorno, sua cadeia produtiva, com a comunidade em que está inserida e com o ambiente como um todo, já que depende de todos eles para sobreviver. A ação das empresas na área social também tem sido associada a questões estratégicas, já que os consumidores passam a valorizar comportamentos nesse sentido, representando um diferencial competitivo para as que investem na área. [...] O cumprimento das leis deve ser a base, mas as prioridades e ações de cada organização variam em função da cultura organizacional e do país, da época, da prioridade a cada *stakeholder* e das expectativas da sociedade quanto ao exercício da cidadania.

A nova metodologia de ação de investimento em projetos e programas sociais é a que mais cresce no Brasil. O setor empresarial, tanto no âmbito de organizações nacionais quanto no de corporações multinacionais, tem criado fundações e institutos sociais para administrar suas ações sociais. Enquanto algumas organizações financiam diretamente projetos de organizações da sociedade civil, outras desenvolvem e executam seus próprios programas e projetos sociais, principalmente aqueles que contam com apoio do governo e de outras entidades (MELO NETO E FROES, 1999).

Segundo Hudson (1999, p. 276), uma das maneiras de se distinguir as organizações do terceiro setor é a habilidade destas em levantar recursos financeiros de várias fontes diferentes, tais como: membros, doadores, lojas, investimentos, subsídios, contratos e venda de serviços, funcionando todas como parte de sua abordagem empreendedora para a obtenção de fundos. “A maior parte dos financiamentos vem

de instituições como governos centrais e locais, autoridades da saúde, fundações e empresas.”

Melo Neto e Froes (1999, p. 18-19) afirmam que as ações sociais do terceiro setor compreendem modalidades diversas, como:

- doações de pessoas físicas e jurídicas;
- investimentos em programas e projetos sociais;
- financiamento de campanhas sociais;
- parcerias com o governo, empresas privadas, comunidade e entidades sem fins lucrativos; e
- participação em trabalhos voluntários.

De acordo com Hudson (1999, p. 276), os financiadores têm razões diferentes para contribuir com as organizações do terceiro setor. Os governos centrais e locais fornecem recursos porque as organizações da sociedade civil:

- podem ser menos dispendiosas e mais eficientes do que os fornecedores do setor público ou privado;
- são criativas e trabalham bem na busca de novas idéias;
- podem engajar grupos de usuários que estão às vezes fora do alcance das agências governamentais;
- têm facilidade para obter apoio político e financeiro de várias fontes;
- usam mão-de-obra voluntária;
- são acessíveis e podem ajudar no desenvolvimento de políticas;
- são um meio de o governo agir numa questão política.

Enquanto isso as fundações financiam as organizações, pois:

- são uma fonte de inovação social;
- trabalham bem na defesa de causas dos grupos minoritários;
- reagem rapidamente quando surgem novos problemas;
- falam com autoridade;
- precisam de capital e raramente acessam financiamento bancário.

Hudson (1999, p. 277) descreve como os financiadores podem dar o máximo de recursos aos provedores por meio das seguintes ações:

- concentrar-se em seus próprios objetivos;
- selecionar estratégias diferentes para atingir objetivos diferentes;
- adotar práticas administrativas que ajudem os provedores;
- monitorar o desempenho dos provedores e de seus programas de financiamento como um todo;

- criar bons relacionamentos com os provedores que adicionem valor.

Segundo Melo Neto e Froes (2001, p. 78), “a responsabilidade social de uma empresa consiste mais diretamente das ações comunitárias em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrente do tipo de atividade que exerce.” Mas os autores afirmam que apoio ao desenvolvimento da comunidade e preservação do meio ambiente não são suficientes para atribuir a condição de socialmente responsável a uma organização privada. Eles apresentam os principais vetores da responsabilidade social de uma empresa, que são: apoio ao desenvolvimento da comunidade onde ela atua; preservação do meio ambiente; investimento no bem-estar dos funcionários e seus dependentes e ambiente de trabalho agradável; comunicações transparentes; retorno aos acionistas; sinergia com os parceiros; satisfação dos clientes e/ou consumidores.

O investimento social corporativo se apóia no conceito de responsabilidade social, pois tendo este conceito disseminado a organização irá desenvolver estratégias para ter a responsabilidade social sendo desenvolvido também através do investimento social. Sendo assim, é preciso ter em mente a diferença entre responsabilidade social e investimento social. Responsabilidade social trata das estratégias desenvolvidas pelas empresas para o desenvolvimento de seus trabalhos sem causar danos ao ambiente e promovendo um bem-estar entre seus *stakeholders* – funcionários, fornecedores e clientes, além da comunidade. Já investimento social é a maneira pela qual a organização investe recursos para o desenvolvimento de estratégias que possam melhorar as condições sociais da comunidade em que está inserida, beneficiando a sociedade como um todo.

1.5.1 Fundos de financiamento

Dentre as várias fontes de recursos para que as organizações do terceiro setor consigam manter sua sustentabilidade, os fundos de financiamento proporcionam o

desenvolvimento dos projetos e das entidades que formam este setor. Principalmente a partir de meados dos anos de 1990, esta fonte de recursos vem se intensificando cada vez mais. As empresas têm criado institutos e fundações que investem tanto em projetos próprios como de terceiros, proporcionando ao terceiro setor uma nova fonte de captação de recursos, além da formação de alianças estratégicas intersetoriais, também chamadas de parcerias. Esta fonte de financiamento pode ser vista como uma oportunidade de crescimento e diversificação de recursos para as organizações da sociedade civil (OSCs).

Os fundos de financiamento são uma forma de investimento social e serão aqui conceituados como os recursos financeiros de organizações com ou sem fins lucrativos, fundações ou institutos, ou organizações privadas e estatais, que possuam tais recursos para destiná-los ao financiamento de projetos, programas ou manutenção das organizações do terceiro setor. A captação destes recursos geralmente é feita através da apresentação de projetos, seguindo critérios específicos e prazos determinados.

Ao tratar de fundos de financiamento, Bailey (2000, p. 88) afirma que:

No Brasil, essas OSCs, embora numerosas, dinâmicas e protagonistas de sólidas conquistas sociais, manejam uma quantidade de recursos extremamente pequena, tanto em relação à escala da pobreza e miséria do país, quanto em relação ao tamanho da economia e da população. Um ponto chave para elas é, simplesmente, como incrementar recursos. [...] No entanto extrair recursos de novas fontes tem implicações de maior alcance para a natureza e as formas de trabalho dessas OSCs.

Para o Gife (2001, p. 17), o financiamento a terceiros trata-se do “repasso de recursos para um projeto previamente aprovado e a ser executado por outra organização ou indivíduo.”

Moraes (2002) afirma que as organizações mais antigas e bem estruturadas contam com uma credibilidade que permite o acesso mais fácil às fontes de recursos, além de maior poder de negociação, pois seus resultados são anunciados pelos jornais, revistas e noticiários, o que facilita a aceitação de novos projetos pelos

financiadores. Para conseguir tal reconhecimento é necessário tempo para sua construção, desprendimento pessoal de seus integrantes e interesse da mídia o que, para as instituições que começaram recentemente e para as que atuam em uma região restrita ou com causas que não têm apelo suficiente, torna-se muito difícil. Priorizar a transparência nas relações com os financiadores e com os beneficiados é uma das principais maneiras para criar um vínculo de confiança, especificamente quanto a: “forma de execução, nível de participação necessário de cada um dos parceiros internos e externos, resultados esperados e uso dos recursos.” Uma das principais formas utilizadas pelos financiadores na avaliação da capacidade institucional das entidades apoiadas é a adequada execução de um projeto e a obtenção dos resultados previstos. Como consequência da satisfação do financiador um apoio inicial mínimo pode transformar-se em uma parceria contínua.

No que se refere ao financiamento das organizações do terceiro setor, a gestão adquire um papel importante. Segundo Ckagnazaroff (2001), a busca por financiadores está tornando a profissionalização destas organizações quase uma obrigação: elas aprendem práticas gerenciais mais modernas e eficazes com empresas que podem se tornar suas parceiras ou financiadoras. Hoje, as ações que realmente constituem uma fonte de financiamento em longo prazo para as organizações do terceiro setor vêm de parcerias ou projetos com objetivos e metas definidos.

De acordo com Bailey (2000, p. 89), a credibilidade pode vir da qualidade das idéias veiculadas pelas ONGs, mas o peso das políticas públicas criadas por elas vem de uma base social capaz de ser mobilizada em torno de propostas específicas, pois “levantar fundos do público permite que as organizações ampliem sua representatividade, atraiam atenção para suas causas e estimulem ação política”, podendo ainda, muito além disso, mudar atitudes na sociedade.

As organizações privadas têm seus motivos para fornecer tais recursos: o desejo de aliar-se a instituições que promovam seus negócios. Elas querem ter o papel de provedoras perante a sociedade, exercendo um papel ativo nas comunidades a que

servem (HUDSON, 1999).

Mesmo diante do cenário brasileiro, em que mais de 50 milhões de pessoas vive abaixo da linha da pobreza, “um novo caminho” tem sido construído, envolvendo direta e indiretamente diferentes setores da sociedade civil, indivíduos, organizações privadas e governamentais que, propõem-se a participar das questões sociais. Esse movimento da sociedade aparece como uma alternativa para as organizações trazerem respostas inovadoras (ASSIS, 2005).

Durante os últimos anos verificou-se um grande número de iniciativas e inovações na arrecadação de fundos de simpatizantes e do público em geral por meio de uma variedade de técnicas sofisticadas; constatou-se também o crescimento da filantropia empresarial, das atividades comerciais, aliados a maior acesso a recursos governamentais e ao financiamento de organizações oficiais no exterior (BAILLEY, 2000).

Ashoka e McKinsey&Company (2001, p. 46), em relação aos potenciais financiadores, vão além de uma descrição preliminar:

Ao analisar o mercado, é necessário aprofundar essa descrição. Além de características sobre o perfil típico de cada um dos potenciais financiadores (como foco de atuação, recursos disponíveis, números de projetos financiados, etc.), é necessário definir os principais aspectos do projeto que podem atrair o interesse dos financiadores, a melhor forma de abordá-los, as organizações que já recebem financiamento, etc.

Segundo Marcovitch (1997, p. 129), “por desempenhar função de interesse público, espera-se que a organização do terceiro setor cultive a transparência quanto ao seu portfólio de projetos e também quanto aos resultados obtidos e os recursos alocados.” Assim, para que tenham acesso aos fundos de financiamento, estas organizações precisam dispor de instrumentos determinantes de controle e avaliação de seus projetos. A preparação de relatórios de avaliação e a divulgação dos mesmos são instrumentos que proporcionarão uma melhor comunicação com a comunidade e os financiadores.

De acordo com Bailey (2000, p. 99), a maioria das organizações sem fins lucrativos sabe que precisa evoluir para que possam ter uma melhor relação com os financiadores, bem como para evitar a criação de paradigmas inadequados. E para sobreviver de maneira sustentável “precisam demonstrar que são efetivas e eficientes no uso do tempo e dinheiro de seus membros, do público em geral e das instituições financiadoras.” Os trabalhos destas organizações são difíceis de serem avaliados, pode-se utilizar como indicador indireto de impacto para doadores e simpatizantes a qualidade da organização. Outras maneiras de sucesso do levantamento de fundos podem ser alcançadas por meio da transparência e da *accountability*.

Segundo Rothgiesser (2002), nos anos 90 surgiu um novo padrão de relacionamento entre os três setores da sociedade: o Estado reconhece que as ONGs acumularam recursos, experiências e conhecimentos, “sob formas inovadoras de enfrentamento das questões sociais, que as qualificam como parceiros e interlocutores das políticas governamentais.” Ao mesmo tempo o Mercado passa a visualizar “nas organizações sem fins lucrativos, canais para concretizar o investimento do setor privado empresarial nas áreas social, ambiental e cultural.” É nesse momento que surgem as palavras parceria, cidadania corporativa, responsabilidade social, investimento social privado. Formas de expressão de um novo movimento de encontro dos três setores da economia brasileira em prol do benefício coletivo.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

A pesquisa será de natureza quanti-qualitativa, visando identificar o perfil dos fundos de financiamento para o terceiro setor, bem como as instituições que a eles têm acesso.

Para identificar os fundos de financiamento, foram levantadas informações em sites específicos sobre terceiro setor. Inicialmente buscaram-se informações através dos seguintes termos: fundos de financiamento, fontes de financiamento, financiadores e terceiro setor. Entendam-se como fundos de financiamento as instituições que possuem recursos financeiros disponíveis para o apoio a projetos sociais. Procurou-se identificar relações de instituições que, para promoverem investimentos sociais, utilizam-se de financiamentos de projetos ou de organizações do terceiro setor. Esta busca foi feita em sites que disponibilizaram as seguintes informações:

a) No *site* da Prefeitura de Porto Alegre, o Portoweb, foi encontrada uma relação de instituições financiadoras contendo 55 organizações, a relação é apresentada como Organizações Financiadoras do Terceiro Setor, a mesma pode ser verificada no anexo A;

b) Nos *sites* da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e do Senac (Portal Setor 3) foi encontrada uma mesma relação de organizações financiadoras, apresentadas como Agências Financiadoras e Financiadores, respectivamente, contendo 86 organizações, a mesma pode ser verificada no anexo B. No *site* do SENAC encontram-se duas relações, uma nacional e uma internacional. Neste trabalho o foco são os fundos de financiamento nacionais, um dos critérios de escolha de fundos de financiamento a serem estudados.

A partir destas duas relações contendo financiadores do terceiro setor foi feita uma compilação para verificar o total de organizações financiadoras. Assim, após a eliminação das organizações que se repetiam nas duas listas obteve-se um total de 89 (oitenta e nove) organizações financiadoras do terceiro setor. Depois dessa compilação foram selecionadas somente as organizações que financiam apenas organizações brasileiras. Foram aceitas organizações com matriz em outros países,

mas que também tivessem sede no Brasil. Algumas apresentam o nome Brasil em seu nome fantasia para demonstrar que têm um braço da organização neste país. Foram excluídas das relações os ministérios brasileiros, mas foram mantidas organizações estatais e fundações ligadas a este tipo de organização. Foram excluídas também as organizações que financiam através de premiação de ações, pois boa parte delas está relacionada à premiação de ações individuais, assim como as organizações que financiam bolsas de estudos. Esta primeira seleção foi feita de acordo com informações apresentadas nas relações dessas organizações, que possuem algumas informações básicas, e numa breve pesquisa no *site* das organizações. Após a seleção restaram 40 (quarenta) organizações.

Em um segundo levantamento foi encontrada uma relação de organizações que realizam investimentos sociais no *site* do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), anexo C. Neste *site* as organizações são caracterizadas como investidores sociais, ou seja, organizações que desenvolvem atividades tendo em vista a responsabilidade social. Uma das questões apresentadas a cada organização tem a seguinte pergunta: financia projetos? Para este trabalho foram selecionadas as organizações que apresentam como resposta sim. Esta busca foi feita no dia 05/06/2007, e das 106 (cento e seis) organizações foram selecionadas 75 (setenta e cinco) para participar da pesquisa.

Assim, foi feita uma segunda compilação juntando a primeira lista de organizações financiadoras com a relação encontrada no *site* do GIFE, e que totalizou 88 organizações financiadoras do terceiro setor brasileiro.

Ao serem compiladas a primeira seleção e a relação do GIFE, foi possível verificar que apresentavam em alguns casos nomes de empresas e de fundações ou institutos ligados a elas. Neste caso, deu-se preferência às fundações e institutos em detrimento das empresas, pois a relação do GIFE apresentava-se mais atualizada, e as fundações e institutos representam as empresas quanto aos investimentos sociais desenvolvidos.

No decorrer do levantamento de informações verificou-se que 3 (três) organizações encerraram seus trabalhos ou foram incorporadas à área de Responsabilidade Social de outra organização, e que 2 (duas) organizações na verdade são organizações que captam recursos, seja através do financiamento concedido por fundos de financiamento, seja por outras fontes de recursos. O número total de organizações investidoras sociais foi reduzido a 83 (oitenta e três), apêndice A.

Assim os critérios para a seleção de organizações que realizam investimento social, foram:

- Possuir recursos financeiros captados para apoio a projetos sociais, sejam eles próprios ou de terceiros;
- Ter como prioridade o investimento em organizações brasileiras;
- Ser organização sem fins lucrativos, empresa ou estatal;
- Ser organização internacional ou multinacional, mas com uma unidade da organização voltada ao atendimento de organizações brasileiras;
- Investir em projetos próprios, com recursos próprios;
- Não ser da administração pública direta;
- Financiar organizações, e não projetos individuais.

Entre as investidoras sociais foram selecionadas como fundos de financiamento as organizações que financiam projetos de terceiros, e cujo financiamento seja a fundo perdido.

A partir desses critérios foram selecionadas 83 (oitenta e três) organizações que investem em projetos sociais, e estas, divididas em dois grupos: no primeiro ficaram

aquelas que investem somente em projetos próprios, e no segundo os fundos de financiamento, ou seja, as instituições que financiam projetos de terceiros. Estas últimas serão denominadas fundos de financiamento, mas em geral tratam-se de fundações e institutos vinculados às empresas, além de empresas e organizações da sociedade civil.

A natureza desses fundos pode ser com ou sem fins lucrativos, e eles dividem-se em:

- Empresas: englobadas empresas privadas, que podem financiar projetos tanto de OSCs (Organizações da Sociedade Civil), de fundações privadas, quanto investir em projetos desenvolvidos por uma área específica da empresa ou por seus funcionários;
- Estatais: englobadas empresas estatais, financiando projetos da mesma maneira que as empresas;
- Organizações sem fins lucrativos: organizações da sociedade civil, mas sem vínculo direto com empresa, ou mesmo com o Estado.
- Organizações sem fins lucrativos e vinculadas a empresas: são estas em sua maioria fundações privadas, que geralmente têm como mantenedoras seus fundadores.

2.1 CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM O TIPO DE RECURSO FINANCEIRO

As organizações que proporcionam o investimento social também foram classificadas de acordo com o tipo de recurso utilizado para o investimento, quais sejam:

- Recursos próprios

Trata-se dos recursos provenientes da própria organização, sejam estes advindos de parte dos lucros, no caso de empresas, ou de suas mantenedoras/fundadoras, no caso de organizações sem fins lucrativos e vinculadas a empresas. Os recursos próprios aqui não são considerados prioritariamente como recursos advindos do superávit, mas sim recursos provenientes de organizações mantenedoras que criaram fundações privadas, para desenvolver atividades em prol do bem estar coletivo. Recursos próprios aqui são aqueles que não precisam de mobilização e plano estratégico para a captação de recursos.

- Recursos de terceiros

Estes recursos são provenientes da mobilização/captação de recursos, e podem ser advindos de campanhas, eventos, intermediação de captação de recursos, doações de pessoas físicas ou jurídicas.

2.2 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DO PERFIL DAS INVESTIDORAS SOCIAIS E DOS FUNDOS DE FINANCIAMENTO

Para o levantamento das informações das 83 (oitenta e três) organizações que praticam investimento social e dos 48 (quarenta e oito) fundos de financiamento, foi feita uma pesquisa nos *sites* das instituições selecionadas como investidoras sociais, embora poucas tenham apresentado as informações de maneira clara e completa. Apenas uma possuía a relação de organizações financiadas e todas as informações referentes, embora somente do ano em curso. Após esta constatação foram feitas tentativas de levantamento de dados por meio de *e-mails*, mediante contato pelo *site* ou no *link* fale conosco. Devido ao baixo retorno - apenas duas organizações responderam a todas as questões, tornou-se necessário entrar em contato por telefone. Em seguida foi enviado *e-mail* com o questionário para a

pessoa responsável, (apêndice B). No entanto, o retorno foi baixo, o que chama a atenção para a questão da transparência dessas instituições na disponibilização de seus dados, principalmente os financeiros.

As 83 (oitenta e três) investidoras sociais foram classificadas mediante as seguintes características:

- natureza da organização;
- área de atuação;
- origem dos recursos financeiros;
- projetos financiados.

Os dois grupos, divididos por tipo de projetos financiados, foram distribuídos de maneiras diferentes: o grupo que financia apenas projetos próprios foi classificado de acordo com o natureza da organização, a área de atuação e a origem dos recursos financeiros. O grupo que financia projetos de terceiros, que são os fundos de financiamento (48 fundos), foi identificado a partir das seguintes informações:

- natureza da organização;
- área de atuação;
- origem dos recursos financeiros;
- critérios para apoio aos projetos das organizações do terceiro setor que receberam financiamento;
- sistema de avaliação após a liberação do financiamento;
- volume de recursos disponibilizado em cinco anos (2002 a 2006);

- organizações que receberam financiamento em cinco anos (2002 a 2006);
- valor financeiro por projeto financiado;
- área de atuação de cada projeto financiado.

As informações coletadas foram sistematizadas no banco de dados do NEATS (Núcleo de Estudos avançados do Terceiro Setor), que gerou os relatórios sobre os fundos de financiamento. Os gráficos e as tabelas foram gerados pela planilha eletrônica do OpenOffice.

2.3 CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Para a classificação das áreas de atuação dos projetos financiados pelas organizações que realizam investimento social e pelos fundos de financiamento, foram utilizadas como referencial a classificação das entidades sem fins lucrativos elaborada por Hudson (1999, p. 237) e a classificação internacional de organizações não-lucrativas do Manual sobre Organizações não-lucrativas no Sistema de Contas Nacionais Johns Hopkins University. Mesmo estas classificações sendo das organizações, e não dos projetos, foi possível utilizá-las como base, juntamente com as informações fornecidas pelos fundos de financiamento, pois estas áreas de atuação estão ligadas diretamente aos objetivos das organizações, sejam elas atender uma comunidade a partir de melhoria da educação, da saúde, entre outros.

Os projetos desenvolvidos e financiados foram divididos em áreas de atuação, de acordo com as categorias temáticas e com os programas e projetos desenvolvidos. As áreas de atuação dos projetos financiados foram classificadas da seguinte maneira:

- Educação

Projetos voltados para o desenvolvimento educacional, programas de incentivo à leitura, alfabetização de jovens e adultos, educação fundamental e média, educação superior, e outros em educação.

Estão aqui englobados projetos classificados pelas organizações como: educação; educação formal; educação infantil; educação rural (ensino formal); educação especial.

- Saúde

Projetos na área de saúde hospitalar, popular, prevenção de doenças, atendimento a deficientes, casas de saúde, saúde mental e intervenção em crises, e outros relacionados à saúde.

Estão aqui englobados projetos classificados pelas organizações como: saúde; saúde popular; combate ao câncer infanto-juvenil; detecção precoce e tratamento do câncer de mama; saúde integral da mulher; combate à violência contra a mulher.

- Direitos humanos

Projetos desenvolvidos para assegurar os direitos humanos.

Estão aqui englobados projetos classificados pelas organizações como: direitos humanos; direito e cidadania.

- Geração de trabalho e renda

Projetos de capacitação profissional, educação profissional, educação técnica e empresarial, desenvolvimento comunitário e promoção da integração no mercado de trabalho.

Estão aqui englobados projetos classificados pelas organizações como: geração de trabalho e renda; geração de renda; desenvolvimento econômico; educação profissional de adolescentes; capacitação profissional; inserção no mercado de trabalho; dinamização econômica e geração de renda; cursos profissionalizantes; inclusão no mercado de trabalho; educação técnica e empresarial; inserção no mundo do trabalho.

- **Assistência social**

Projetos voltados à proteção da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice, ao amparo das crianças e adolescentes carentes, à habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências.

Estão aqui englobados projetos classificados pelas organizações como: assistência social; erradicação do trabalho infantil; proteção da infância e da adolescência.

- **Meio ambiente**

Projetos que envolvam a conservação ou preservação do meio ambiente.

Estão aqui englobados projetos classificados pelas organizações como: meio ambiente; conservação ambiental; conservação da natureza.

- **Cultura, arte e recreação**

Projetos envolvendo cultura, arte, lazer, esportes, recreação e cidadania.

Estão aqui englobados projetos classificados pelas organizações como: cultura; cultura, arte e recreação; cultura e arte; arte e cidadania; lazer-esporte; pesquisa e valorização de movimentos culturais; aulas de música.

- Desenvolvimento social

Projetos com objetivo de melhoria e desenvolvimento de uma comunidade ou região.

Estão aqui englobados projetos classificados pelas organizações como: desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; desenvolvimento local integrado e sustentável.

- Inclusão digital

Projetos que desenvolvam cursos de informática e promoção da inclusão digital.

Estão aqui englobados projetos classificados pelas organizações como: inclusão digital; informática; cursos de informática.

- Tecnologia social

Projetos que trabalhem com produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

Estão aqui englobados projetos classificados pelas organizações como: fortalecimento institucional; projetos de apoio a seminários; palestras; congressos para a discussão de melhorias.

- Outros

Projetos de características únicas que não se enquadram nas áreas anteriores.

2.4 RESTRIÇÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa ficou restrita às informações fornecidas pelas organizações que investem em projetos sociais. Das 48 (quarenta e oito) organizações denominadas fundos de financiamento, apenas 15 (quinze) responderam completamente ao questionário ou enviaram relatórios anuais de atividades, por *e-mail* ou via correio. Dentre todas, 4 (quatro) possuíam todas as informações disponíveis em seus sites para que qualquer pessoa pudesse ter conhecimento de seus investimentos. Para a análise financeira, porém, 3 (três) casos não puderam ser considerados, pois não se enquadravam em todas as características - uma delas começara a financiar apenas em 2006; outra, apresentara valores financeiros de projetos com duração de mais de um ano, o que impossibilitou o cálculo do valor anual; e a terceira não possuía o ano equivalente ao financiamento.

Das demais organizações, 7 (sete) enviaram o questionário respondido de maneira parcial, e nos casos em que não foi possível conseguir informações, por não haver retorno do responsável pela área na instituição, ou mesmo por não ser possível efetuar nenhum contato, foram utilizadas informações coletadas nos sites das organizações ou no site do GIFE, que contém dados sobre todas as organizações associadas que praticam investimentos sociais.

Em relação às fontes de informação, foi efetuada mais de uma maneira de contato com muitas das organizações. Das 48 (quarenta e oito) organizações, foi possível encontrar informações nos sites de 43 (quarenta e três) organizações; 32 (trinta e duas) forneceram todas as informações ou informações parciais por e-mail; 17 (dezessete) responderam ao questionário; 7 (sete) enviaram relatórios anuais de atividades, sendo que 5 (cinco) pelo correio e 2 (duas) por e-mail; de 3 (três) delas foram coletadas informações do site de sua mantenedora ou do Gife. Foi efetuado contato telefônico com 22 (vinte e duas) dentre as 48 (quarenta e oito) organizações.

A questão que pode ser colocada para as organizações que não dispuseram fornecer seus dados financeiros é se elas cumprem a exigência legal da transparência? Das 48 organizações apenas 15 (quinze) disponibilizaram seus dados financeiros. Destas, 8 (oito) possuem vínculos com organizações internacionais, que exigem a prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos. O fato de prestarem, regularmente, contas dos recursos recebidos facilitam sua disponibilização, cumprindo com isso a exigência da transparência.

Algumas organizações forneceram informações parciais, sendo que, em alguns casos, não foi fornecida informação alguma. A seguir são detalhadas as justificativas:

Justificativa	Nº	%
Não disponibilizaram informações ou não foi possível efetuar contato	18	47,37
Não disponibiliza dados financeiros	5	13,16
Disponíveis apenas as informações que estão no site da organização	5	13,16
Informações internas que não podem ser disponibilizadas	3	7,89
Impossibilidade de gerar os dados referentes às financiadas	3	7,89
As informações financeiras não puderam ser enquadradas	3	7,89
Elevada demanda em seus trabalhos	2	5,26
Começou a financiar depois de 2006	2	5,26
Não podem disponibilizar informações anteriores a 2006	1	2,63
Equipe enxuta	1	2,63
Informações confidenciais	1	2,63

CAPÍTULO 3

OS FUNDOS DE

FINANCIAMENTO

Neste capítulo serão apresentados os dados levantados junto às organizações. Inicialmente foi feita a análise do perfil de 83 (oitenta e três) organizações que realizam investimento social, e, posteriormente, do perfil de 48 (quarenta e oito) fundos de financiamento. Foram analisadas as principais características destes dois grupos separadamente, levando-se em conta que os fundos de financiamento fazem parte das organizações que investem socialmente e que proporcionam melhorias às condições de vida das comunidades em que estão inseridas.

Investimento social é o conjunto de ações externas que visam beneficiar as organizações e a comunidade, através de alocação voluntária e estratégica de recursos, sejam eles financeiros, técnicos ou gerenciais. O investimento é realizado em projetos próprios ou de terceiros.

Os fundos de financiamento são uma forma de investimento social e são trabalhados neste estudo, como organizações com ou sem fins lucrativos, que possuem recursos financeiros destinados ao financiamento de projetos, programas ou apenas manutenção de outras organizações do terceiro setor. As organizações que financiam projetos de terceiros serão denominadas fundos de financiamento, embora, além de empresas ou mesmo organizações da sociedade civil, trata-se, em geral, de fundações e institutos vinculados às próprias empresas.

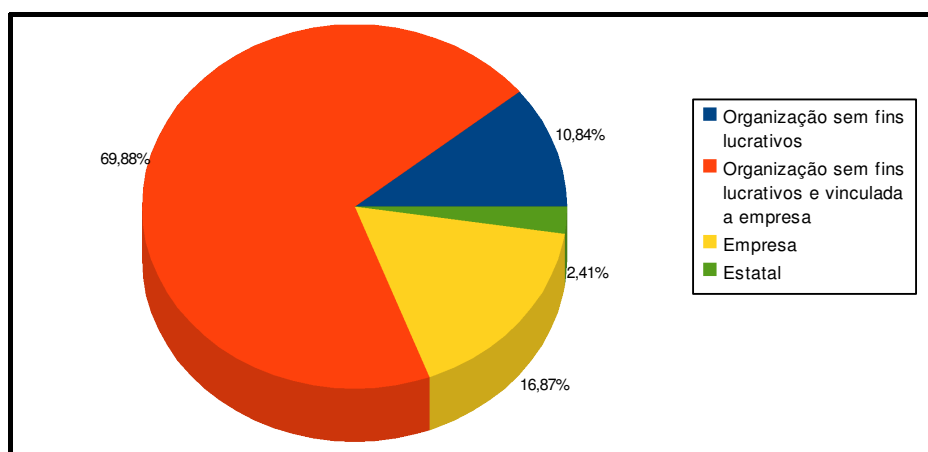
3.1 INVESTIMENTO SOCIAL

Neste item é feita a análise das organizações que dispõem de recursos para investimento social, mediante o suporte financeiro a projetos sociais. Primeiro será apresentada a análise do conjunto das 83 (oitenta e três) organizações que investem em projetos sociais e, em seguida, 2 (dois) grupos de investimentos sociais: o das organizações que investem apenas em projetos próprios, e os fundos que financiam projetos de terceiros.

3.1.1 As organizações que investem na área social

Das 83 (oitenta e três) organizações pesquisadas verificou-se que 58 (cinquenta e oito), ou 69,88%, são organizações sem fins lucrativos e vinculadas a empresas, suas mantenedoras. Além dessa natureza de organização existem as organizações empresariais, que são em número de 14 (quatorze), e representam 16,87%. As organizações sem fins lucrativos são 9 (nove), 10,84%, e as empresas estatais¹ apenas 2 (duas), 2,41%, como se depreende no gráfico 1. Portanto, o que se pode inferir é que a maioria das organizações que investe no terceiro setor está ligada ao setor empresarial, e representa 86,75% do total dessas organizações.

Gráfico 1 – Distribuição das organizações por natureza



Fonte: Banco de dados NEATS

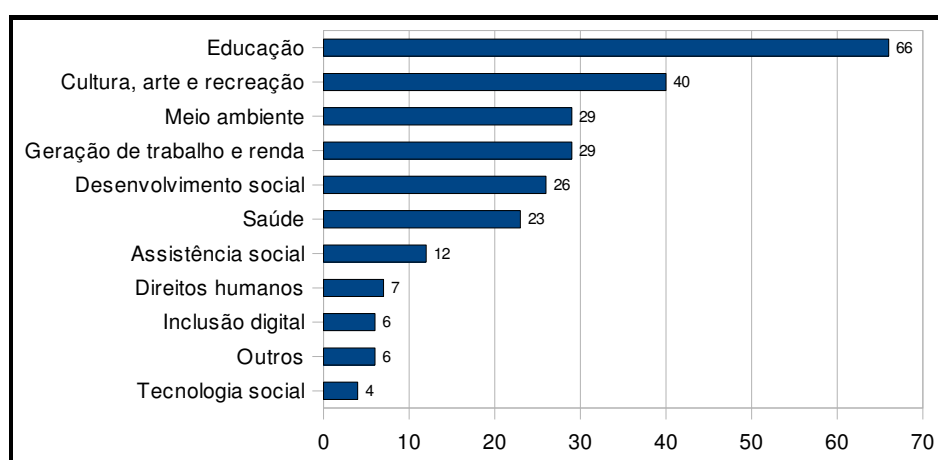
3.1.2 As organizações por área de atuação

A maioria das organizações que investem em projetos sociais financia projetos voltados à educação, totalizando 66 (sessenta e seis) organizações, ou seja, 79,52%, seguidos da área da cultura, arte e recreação com 40 (quarenta)

¹ As empresas estatais apesar de serem apenas 2 (duas) – BNDES e Petrobras – têm um volume considerável de recursos para investimento em projetos sociais. Além disso, há outras instituições estatais, como os ministérios, que destinam recursos para projetos sociais.

organizações (48,19 %), gráfico 2. As demais áreas objeto de financiamento são: meio ambiente e geração de trabalho e renda (34,94% cada); saúde (27,71%); assistência social (14,46%); direitos humanos (8,43%); inclusão digital (7,23%); outras áreas de pequena relevância (7,23%); e tecnologia social (4,82%). As áreas de inclusão digital e tecnologia social só recentemente são encaradas como objeto de projetos sociais.

Gráfico 2 - Áreas de atuação – Investimento social



Fonte: Banco de dados NEATS

Na tabela 1 observa-se que, independente da área, não há concentração das organizações sem fins lucrativos e vinculadas a empresas, pois estas não privilegiam uma área de atuação específica. A concentração de organizações por área de investimento na área de educação, a principal, independe da natureza da organização. As áreas com maior número de organizações que as financiam, apresentadas no gráfico 2, também são as áreas que apresentam as maiores concentrações de organizações distribuídas entre todas as naturezas.

Tabela 1 – Área de atuação por natureza da organização

Área de atuação	Natureza da Organização								Total	
	Organização sem fins lucrativos		OSFL e vinculada a empresa		Empresa		Empresa estatal			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Assistência social	3	25,00	6	50,00	2	16,67	1	8,33	12	100,00
Cultura, arte e recreação	3	7,50	26	65,00	9	22,50	2	5,00	40	100,00
Desenvolvimento social	2	7,69	19	73,08	4	15,38	1	3,85	26	100,00
Direitos humanos	2	28,57	5	71,43	0	0,00	0	0,00	7	100,00
Educação	6	9,09	46	69,70	12	18,18	2	3,03	66	100,00
Geração de trabalho e renda	3	10,34	20	68,97	4	13,79	2	6,90	29	100,00
Inclusão digital	1	16,67	4	66,67	1	16,67	0	0,00	6	100,00
Meio ambiente	5	17,24	16	55,17	7	24,14	1	3,45	29	100,00
Outros	2	33,33	1	16,67	1	16,67	2	33,33	6	100,00
Saúde	4	17,39	13	56,52	4	17,39	2	8,70	23	100,00
Tecnologia social	1	25,00	3	75,00	0	0,00	0	0,00	4	100,00

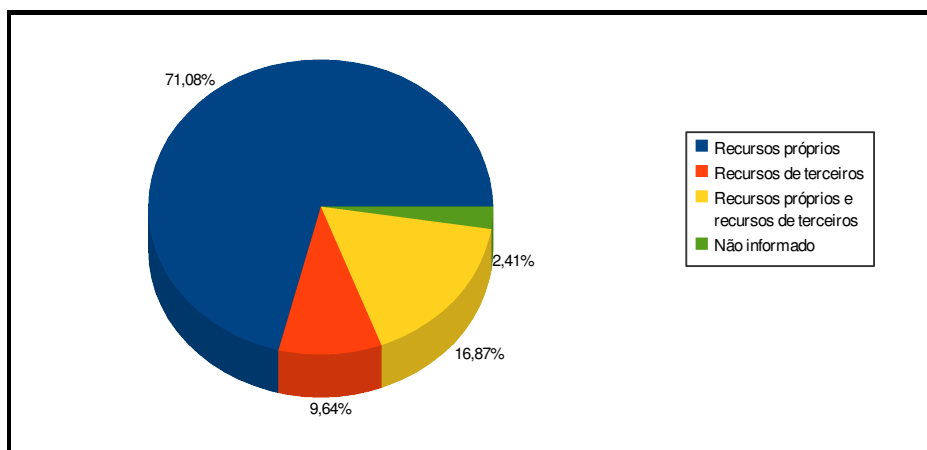
O total de organizações que realizam investimento social é de 83 (oitenta e três), sendo que, destas, 59 (cinquenta e nove) investem em mais de uma área.

Fonte: Banco de dados NEATS

3.1.3 Origem dos recursos para o investimento social

Quanto à origem dos recursos financeiros investidos, tem-se que 71,08% (gráfico 3) das organizações utilizam apenas recursos próprios, advindos de suas mantenedoras, tais como doações dos acionistas, percentual do lucro da organização, parte do rendimento na venda de produtos específicos destinados a arrecadação para a promoção social, verba anual fixada de acordo com as estratégias desenvolvidas, além de rendimentos de aplicações das próprias organizações. Já as organizações com recursos próprios e de terceiros representam 16,97 %, e, 9,64%, as que utilizam apenas recursos de terceiros, que podem ser oriundos de doações de pessoas físicas ou jurídicas, de campanhas e eventos. Os recursos das fundações e institutos que representam 71,08%, em geral, são provenientes da área empresarial.

Gráfico 3 – Origens dos recursos para o investimento social



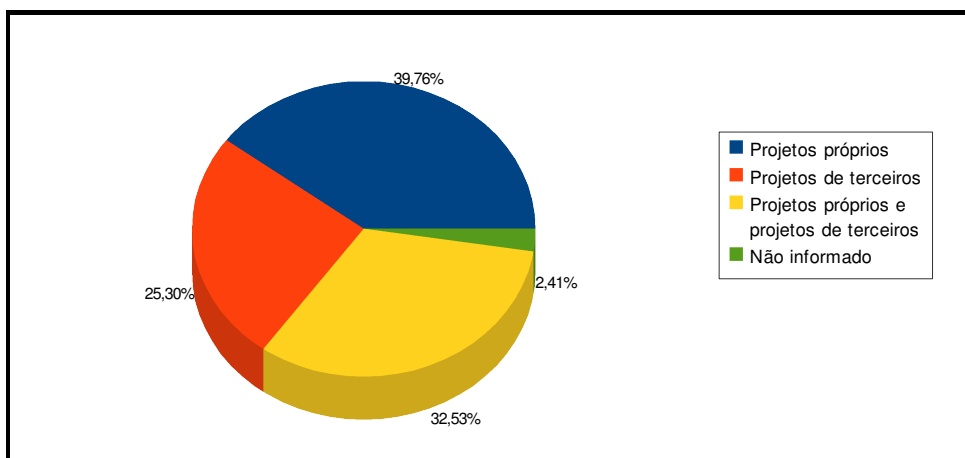
Fonte: Banco de dados NEATS

3.1.4 Investimento social por tipo de projeto

Quanto aos projetos sociais apoiados, tem-se: investimento em projetos elaborados pela própria organização; ou transferência de recursos para projetos de outras organizações, projetos de terceiros. No gráfico 4, pode-se observar que, das 83 (oitenta e três) organizações, 39,76% preferem investir apenas em projetos próprios; 32,53% investem tanto em projetos próprios quanto de terceiros; enquanto 25,30% apenas em projetos de terceiros. Das 48 (quarenta e oito) organizações que possuem recursos para o apoio a projetos de terceiros, 27 (vinte e sete) também desenvolvem projetos próprios. Neste estudo o foco principal serão estas últimas 48 (quarenta e oito) organizações, cujo investimento é realizado mediante financiamento de projetos de terceiros.

Os 48 (quarenta e oito) fundos de financiamento que investem em projetos de terceiros, preferem esta prática, pois acreditam que as organizações do terceiro setor conhecem as necessidades da comunidade que apóiam diretamente, reduzindo as desigualdades sociais, possibilitando oportunidades aos mais carentes. São 33 (trinta e três) as que investem apenas em projetos próprios para combater as deficiências por elas identificadas.

Gráfico 4 – Investimento social por tipo de projeto



Fonte: Banco de dados NEATS

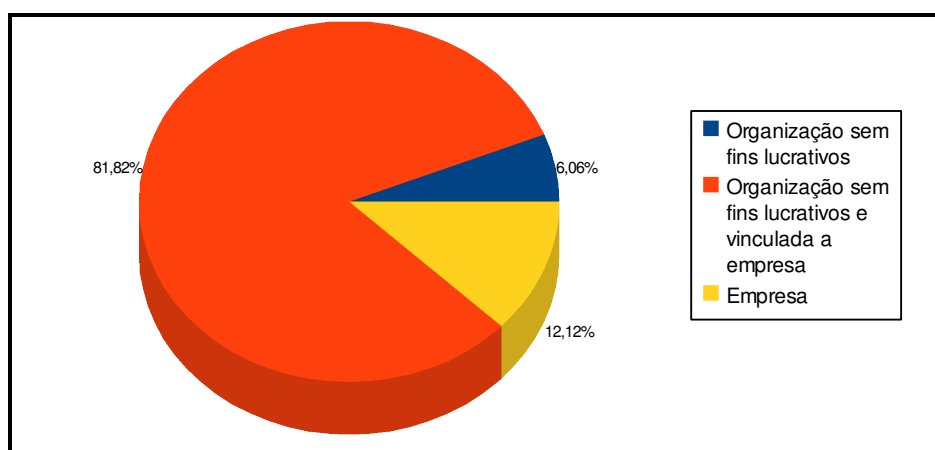
3.2 PROJETOS PRÓPRIOS

Quanto ao investimento social apenas em projetos próprios, as organizações investem também recursos próprios, provenientes de mantenedoras, bem como originados dos lucros das empresas, o que, no entanto, não elimina a utilização de recursos de terceiros. Logo, para ser considerada investidora apenas em projetos próprios, é necessário que haja recursos próprios, pois caso utilizem apenas recursos de terceiros seriam classificadas como organizações que buscam recursos de financiadoras. Neste item serão analisadas as características das 33 (trinta e três) organizações que investem apenas em projetos próprios.

A distribuição das organizações que investem apenas em projetos próprios, de acordo com a sua natureza, é formada da seguinte maneira (gráfico 5): 81,82% por organizações sem fins lucrativos e vinculadas a empresas, 12,12% por empresas e apenas 6,06% por organizações sem fins lucrativos. Pode-se observar que a maioria das organizações que financiam apenas projetos próprios está ligada ao setor empresarial.

O pequeno número de organizações sem fins lucrativos que investem apenas em projetos próprios deve-se ao fato de que, em sua maioria, este tipo de organização depende de recursos de terceiros. As 2 (duas) organizações desta natureza diferem das demais, pois em uma delas, os recursos advêm tanto da captação de recursos quanto das outras unidades-irmãs espalhadas pelos outros continentes; já quanto à outra, além de receber doações de pessoas físicas e jurídicas, tem recursos oriundos de royalties do licenciamento de suas marcas.

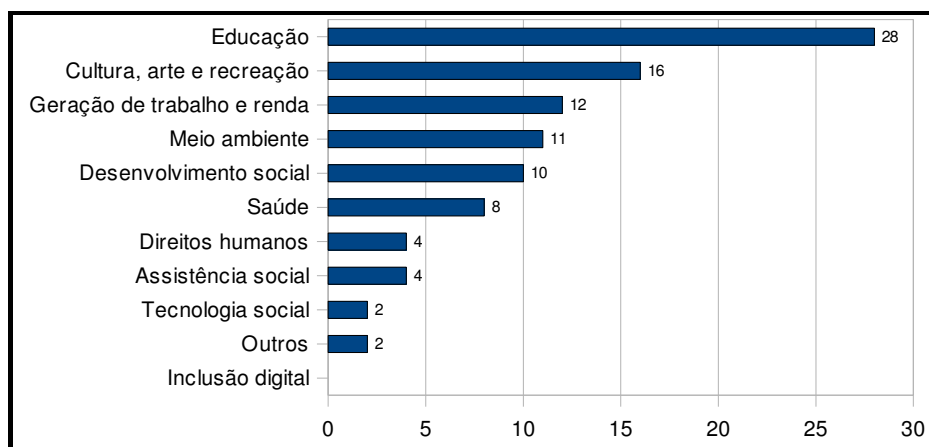
Gráfico 5 – Distribuição das organizações que investem apenas em projetos próprios



Fonte: Banco de dados NEATS

As organizações que financiam apenas projetos próprios têm como prioridade a educação, 28 (vinte e oito), ou seja 84,84%, das 33 (trinta e três), seguida pelas áreas de cultura, arte e recreação (48,48%), geração de trabalho e renda (36,36%), meio ambiente (33,33%), desenvolvimento social (30,30%), saúde (24,24%). Estas organizações acreditam que, principalmente através da educação, da cultura e da geração de trabalho e renda (formação profissional), será possível construir um futuro melhor para todos.

Gráfico 6 – Áreas de atuação - Projetos próprios



Fonte: Banco de dados NEATS

Verifica-se que, das organizações que investem apenas em projetos próprios, são aquelas sem fins lucrativos e vinculadas a empresas que apresentam maior concentração de organizações (tabela 2). Também aqui é a área de educação que apresenta a maior concentração independente da sua natureza.

Tabela 2 – Área de atuação por natureza da organização que investe apenas em projetos próprios

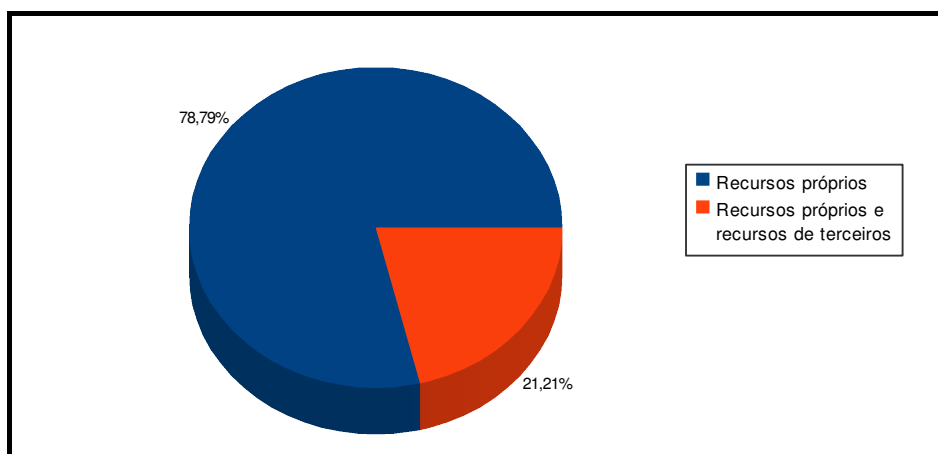
Área de atuação	Natureza da Organização						Total	
	Organização sem fins lucrativos		OSFL e vinculada a empresa		Empresa			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Assistência social	1	25,00	2	50	1	25,00	4	100,00
Cultura, arte e recreação	0	0,00	13	81,25	3	18,75	16	100,00
Desenvolvimento social	1	10,00	7	70	2	20,00	10	100,00
Direitos humanos	1	25,00	3	75	0	0,00	4	100,00
Educação	2	7,14	23	82,14	3	10,71	28	100,00
Geração de trabalho e renda	1	8,33	9	75	2	16,67	12	100,00
Inclusão digital	0	0,00	0	0	0	0,00	0	0,00
Meio ambiente	1	9,09	7	63,64	3	27,27	11	100,00
Outros	1	50,00	1	50	0	0,00	2	100,00
Saúde	1	12,50	5	62,5	2	25,00	8	100,00
Tecnologia social	0	0,00	2	100	0	0,00	2	100,00

O total de organizações que realizam investimento social apenas em projetos próprios é de 33, sendo que, destas, 23 investem em mais de uma área.

Fonte: Banco de dados NEATS

Por se tratar em sua maioria, 81,82%, de organizações que possuem vínculos diretos com mantenedoras, ou das próprias empresas, 12,12%, os recursos utilizados são próprios para financiamento de seus projetos ou ainda recursos de terceiros para complementação de seu orçamento. No gráfico 7, verifica-se que 78,79% das organizações utilizam apenas recursos próprios, enquanto 21,21% investem por meio de recursos próprios e de terceiros.

Gráfico 7 – Origem dos recursos para o investimento em projetos próprios



Fonte: Banco de dados NEATS

3.2.1 Projetos próprios terceirizados para organizações do terceiro setor

Ao analisar a forma de atuação das organizações que investem apenas em projetos próprios, verificou-se a existência de duas maneiras de executar esses projetos:

- Com uma equipe remunerada ou com trabalho voluntário dos funcionários;
- Contratando organizações do terceiro setor.

Das 33 (trinta e três) organizações que executam seus projetos existem aquelas que investem contratando organizações do terceiro setor. Essa contratação é feita da

seguinte maneira:

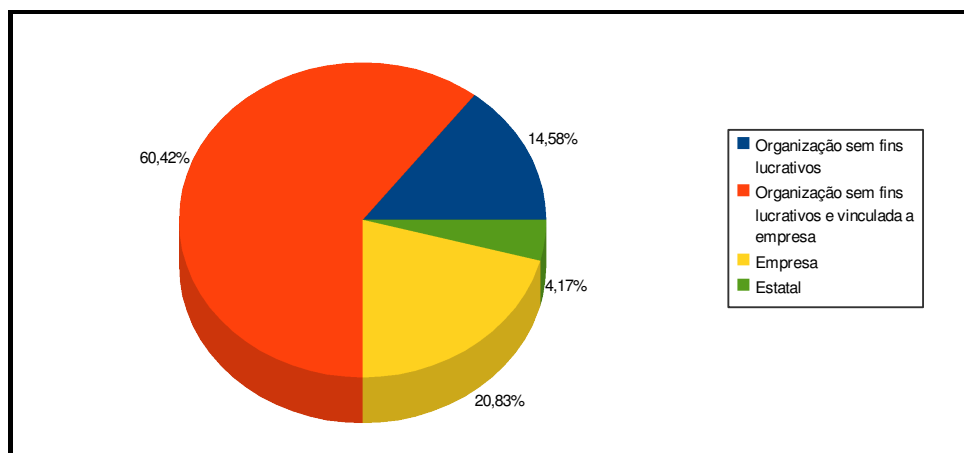
- Contratação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) para a execução de projetos, que é avaliada e monitorada;
- Contratação mediante criação de tecnologia social;
- Participação efetiva no desenvolvimento e execução dos projetos por voluntários da própria empresa.

3.3 FUNDOS DE FINANCIAMENTO

Neste item são analisados os projetos de terceiros financiados pelos fundos, num total de 48 (quarenta e oito) fundos. Dá-se o nome de fundos às organizações que financiam projetos de terceiros, seja, a empresas e organizações da sociedade civil, e também a fundações e institutos vinculados a empresas.

A análise dos fundos que financiam projetos de terceiros permite verificar que são compostos por organizações sem fins lucrativos e vinculadas a empresas, e representam 60,42% (gráfico 8), seguidos das próprias empresas (20,83%), enquanto 14,58% são organizações sem fins lucrativos, e 4,17%, estatais. A pouca representatividade das organizações sem fins lucrativos pode ser explicada por terem como característica a dependência na captação de recursos para que se mantenham, o que em muitos casos inviabiliza o suporte financeiro a outras organizações.

Gráfico 8 – Distribuição dos fundos de financiamento por natureza

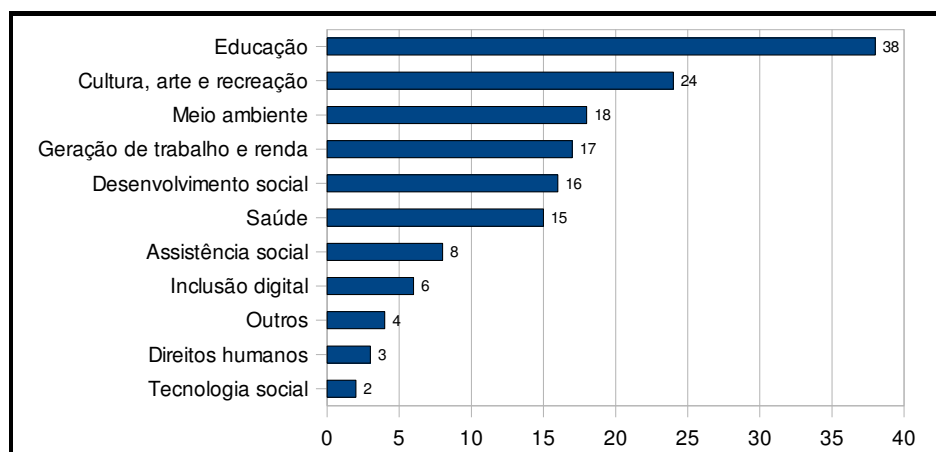


Fonte: Banco de dados NEATS

3.3.1 Áreas de atuação dos fundos

No gráfico 9 verifica-se que a maioria dos fundos de financiamento possuem como prioridade os projetos que beneficiam a área da educação. Dos 48 (quarenta e oito) fundos, 38 (trinta e oito), ou seja, 79,17%, investem nesta área, seguida pelas áreas de cultura, arte e recreação com 24 (vinte e quatro) fundos (50%), meio ambiente com 18(dezoito) fundos (37,5%) e geração de trabalho e renda, 17 (dezessete) fundos (35,42%).

Gráfico 9 – Áreas de atuação – Fundos de financiamento



Fonte: Banco de dados NEATS

Pode-se verificar, na tabela 3, que as organizações sem fins lucrativos e vinculadas a empresas possuem a maior concentração em quase todas as áreas, exceto na área denominada outros. Educação e cultura, arte e recreação recebem recursos do maior número de fundos, independente da natureza da organização.

Tabela 3 – Área de atuação dos fundos por natureza das organizações

Área de atuação	Natureza da Organização								Total	
	Organização sem fins lucrativos		OSFL e vinculada a empresa		Empresa		Empresa Estatal			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Assistência social	2	25,00	4	50	1	12,50	1	12,50	8	100,00
Cultura, arte e recreação	3	12,50	13	54,17	6	25,00	2	8,33	24	100,00
Desenvolvimento social	1	6,25	12	75	2	12,50	1	6,25	16	100,00
Direitos humanos	1	33,33	2	66,67	0	0,00	0	0,00	3	100,00
Educação	4	10,53	23	60,53	9	23,68	2	5,26	38	100,00
Geração de trabalho e renda	2	11,76	11	64,71	2	11,76	2	11,76	17	100,00
Inclusão digital	1	16,67	4	66,67	1	16,67	0	0,00	6	100,00
Meio ambiente	4	22,22	9	50	4	22,22	1	5,56	18	100,00
Outros	1	25,00	0	0	1	25,00	2	50,00	4	100,00
Saúde	3	20,00	8	53,33	2	13,33	2	13,33	15	100,00
Tecnologia social	1	50,00	1	50	0	0,00	0	0,00	2	100,00

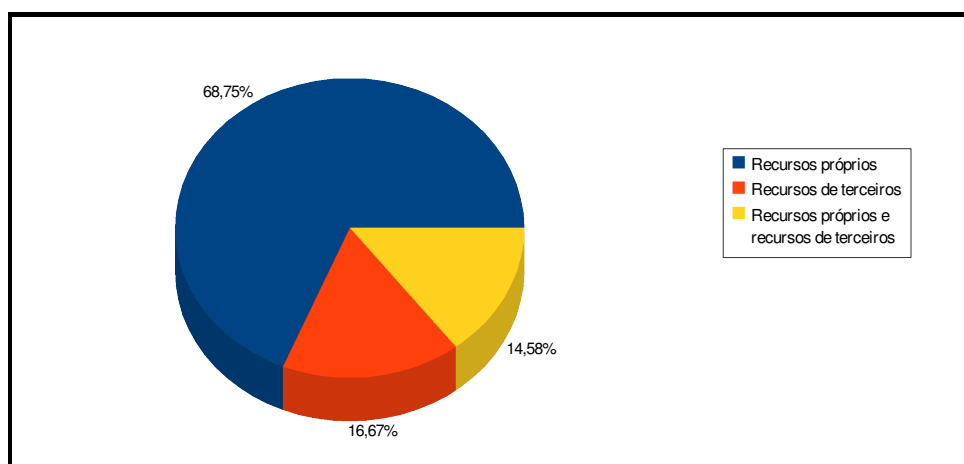
O total de fundos que financia projetos de terceiros é de 48 (quarenta e oito), sendo que, destes, 34 (trinta e quatro), financiam em mais de uma área.

Fonte: Banco de dados NEATS

3.3.2 Origem dos recursos

Em relação à origem dos recursos destinados ao financiamento de projetos, a maioria dos fundos (68,75%) utiliza apenas recursos próprios, enquanto 16,67% financiam apenas com recursos de terceiros. Os fundos que operam com recursos próprios e de terceiros representam 14,58%. As fontes destes recursos advêm, em sua maioria, das organizações mantenedoras. Ainda existem outras formas de captação, como: doações dos acionistas, superávit financeiro das empresas mantenedoras, sistema de apadrinhamento, campanhas anuais ou ainda recursos advindos de instituições parceiras. Também há organizações que captam recursos de pessoas físicas ou jurídicas mediante a utilização do seu site.

Gráfico 10 – Origem dos recursos para o financiamento de projetos de terceiros



Fonte: Banco de dados NEATS

3.3.3 Projetos apoiados pelos fundos de financiamento

Para traçar um perfil dos 48 (quarenta e oito) fundos de financiamento para projetos sociais, foi necessário analisar os projetos beneficiados, o que possibilitou verificar qual o foco de atuação desses fundos ao proporcionar melhorias para a sociedade.

Verificaram-se também, quais os requisitos exigidos para que uma organização tenha acesso aos recursos dos fundos de financiamento, bem como: público beneficiado, critérios para apoio de um projeto, avaliação do financiamento disponibilizado e, finalmente, os valores disponibilizados para projetos nos anos de 2002 a 2006. Estas informações foram coletadas apenas de organizações que financiam projetos de terceiros, os fundos, e se referem somente a eles. No apêndice C podem-se verificar as informações sobre cada um dos fundos de financiamento.

3.3.3.1 Público beneficiado

Ao estudar o público beneficiado por meio do apoio financeiro a projetos sociais, verificou-se concentração nos projetos que atendem a crianças e adolescentes, e a jovens: dos 48 (quarenta e oito) fundos, 25 (vinte e cinco), ou 52,08%, têm como prioridade crianças e adolescentes e 21 (vinte e um) beneficiam jovens, sendo que 24 (vinte e quatro) fundos atendem exclusivamente a um destes públicos, crianças e adolescentes ou jovens, tabela 4. Tendo como público organizações da sociedade civil, dos 7 (sete) fundos, 5 (cinco) trabalham com projetos voltados exclusivamente para preservação e conservação do meio ambiente. Outro ponto a ser destacado é sobre os fundos que possuem como público a comunidade em que a organização está inserida, 3 (três) fundos. Porém, veremos posteriormente que, quando tratado como critério para apoio a um projeto, este número será maior. Um dos fundos tem como prioridade as mulheres, e o tem como público exclusivo em sua atuação. Sendo que 22 (vinte e dois) têm mais de um público como beneficiado. Os fundos de financiamento têm como prioridade as novas gerações, pois através da melhoria da qualidade de vida e da geração de oportunidades é possível garantir-lhes um futuro melhor.

Tabela 4 – Público beneficiado pelos projetos apoiados

Público beneficiado	Nº	%
Crianças e adolescentes	25	52,08
Jovens	21	43,75
População em geral	10	20,83
Organizações da sociedade civil	7	14,58
Outros (Professores, estudantes do ensino médio e técnico, profissionais, funcionários, universitários)	3	6,25
Comunidade em que está inserido	3	6,25
Portadores de deficiência	2	4,17
Adultos	1	2,08
Trabalhador rural e/ou pequeno empreendedor	1	2,08
Grupos étnicos	1	2,08
Mulheres	1	2,08
Família	1	2,08

Fonte: Banco de dados NEATS

3.3.3.2 Critérios para apoio de projetos das organizações do terceiro setor

Foi possível coletar as informações sobre os critérios adotados para apoiar um projeto de 42 (quarenta e dois) fundos dos 48 (quarenta e oito) estudados. Lembrando que destes, 15 (quinze) forneceram todas as informações por meio do questionário respondido ou do envio de relatórios anuais de atividades, mas 1 (um) deles não pôde enquadrar-se na análise dos dados financeiros por ter começado a financiar projetos apenas em 2006, e os outros 2 (dois) por seus valores não poderem ser padronizados de acordo com o definido neste estudo.

Ao buscar o financiamento de seus projetos, as organizações do terceiro setor, além de atenderem aos critérios definidos pelos fundos de financiamento, devem apresentar um projeto que esteja de acordo com o exigido pelo fundo, com o máximo de detalhamento possível, inclusive orçamento detalhado de todas as despesas, exigência de muitos. Pelo menos 3 (três) fundos possuem formulários a serem preenchidos em seu *site*, para que as organizações possam candidatar-se a um financiamento.

Após uma análise dos critérios especificados pelos fundos de financiamento, eles foram agrupados de acordo com as informações coletadas. Pôde-se verificar que, dos 42 (quarenta e dois) fundos que disponibilizaram informações sobre seus critérios, 29 (vinte e nove) exigem que a proposta da organização que busca recursos financeiros, esteja de acordo com as diretrizes por eles definidas; 19 (dezenove) deixam explícito que as beneficiadas sejam organizações sem fins lucrativos, ou seja, do terceiro setor; 13 (treze) fundos financiam apenas organizações localizadas nas áreas onde estão inseridos ou em áreas de seu interesse; 7 (sete) fundos declaram que as beneficiadas precisam comprovar sua sustentabilidade, independência e capacidade de continuidade do projeto; 6 (seis) fundos financiam projetos através da seleção pública, editais publicados e disponibilizados ao público de interesse com prazos e critérios definidos de acordo com o programa de financiamento; 5 (cinco) fundos estipulam tempo de existência da organização que busca recursos financeiros. Além destes, na tabela 5 é possível verificar demais critérios especificados para buscar benefícios. É interessante verificar a exigência em relação à sustentabilidade, à diversificação de fontes de financiamento e à capacidade de atrair e manter parcerias, temas que foram tratados no referencial teórico.

Outro fato interessante é que, além desses critérios, 1 (um) fundo se utiliza de patrocínios por meio da Lei Rouanet e 1 (um) por meio de leis municipal e federal de incentivo à cultura. Cada fundo de financiamento possui critérios próprios e por isto as organizações do terceiro setor devem buscar o máximo de informações, para que possam garantir a sustentabilidade de seus projetos também por meio dos fundos de financiamento.

Tabela 5 - Critérios para financiamento de projetos

Critérios para apoio de projetos	Nº	%
Estar de acordo com diretrizes (foco, objetivos, etc.) e/ou valores da financiadora	29	69,05
Ser organização sem fins lucrativos	19	45,24
Localização geográfica em que o fundo esteja inserido, ou já desenvolva projetos ou seja área de interesse de expansão	13	30,95
Sustentabilidade (Comprovar possibilidade de continuidade)	7	16,67
Por meio de edital ou seleção pública, de acordo com cada programa ou projeto financiado	6	14,29
Capacidade de atrair parceiros e/ou atuar de forma intersetorial e inter-institucional	5	11,9
Avaliação documental	4	9,52
Constituídas legal ou juridicamente há pelo menos 3 anos	3	7,14
Municípios em situação crítica, de acordo com IDI (Índice de Desenvolvimento Infantil) – UNICEF e IES (Índice de Exclusão Social) – UNICAMP. / Bases territoriais carentes./ Mapa da pobreza	3	7,14
Possuir diversidade de fontes financeiras	3	7,14
Possuir equipe técnica experiente para execução do projeto	3	7,14
Possuir experiência na execução de projetos	3	7,14
Visitas técnicas para ampliar conhecimento sobre o projeto	2	4,76
Promover práticas inovadoras	2	4,76
Patrocínios por meio da Lei Rouanet/ Por meio das Leis Municipal e Federal de incentivo à Cultura	2	4,76
Cadastro da organização (Pré-requisito para enviar projeto)/ Inscrição	2	4,76
Orçamento no mínimo 2 vezes superior ao solicitado	1	2,38
Mínimo de 5 anos de existência	1	2,38
Mínimo de 1 ano de existência	1	2,38
Definida de acordo com o planejamento local de cada unidade	1	2,38
Criação de oportunidades de voluntariado	1	2,38
Avaliação de aspectos de gestão das organizações	1	2,38
Prioriza públicos específicos (comunicade rural, grupos étnicos)	1	2,38
Projetos propostos pelo CMDCA	1	2,38
Ser apoiada por funcionários da empresa mantenedora	1	2,38

Fonte: Banco de dados NEATS

Além dos critérios apresentados na tabela 5, 5 (cinco) fundos de financiamento exigem que, mesmo sendo organização sem fins lucrativos, as financiadas precisam possuir Certificados de Utilidade Pública ou OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e Registro Municipal ou Estadual do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou estar em processo para obtê-los.

Apenas 6 (seis) fundos de financiamento deixam claro os tipos de organização que não financiam:

- Organizações Governamentais; Fundações ou associações mantidas exclusivamente com recursos públicos ou administradas por agentes governamentais;
- Organizações mantidas exclusivamente por apenas uma empresa, grupo ou fundação empresarial privada;
- Instituições que ofereçam ensino fundamental regular (escolas públicas e privadas);
- Empresas ou fundações empresarias;
- Universidades, faculdades e instituições de ensino superior;
- Organizações do sistema S (Senai, Senac, Sesi, Sebrae, Senar);
- Fundações ligadas a fundações e órgãos públicos;
- Organizações com objetivos políticos; de interesse pessoal; de interesses religiosos; cujo benefício se caracterize como ações contínuas e de efetivo resultado; pessoas físicas ou iniciativas individuais;
- Pessoas físicas;
- Organizações com projetos já apoiados pelo fundo, mas que ainda não estão concluídos;
- Possuir pendências relacionadas a projetos já financiados ou em andamento.

3.3.3.3 Sistema de avaliação dos projetos

Os critérios para avaliação do desempenho dos projetos referem-se à utilização dos recursos. Cada fundo possui critérios específicos e nem todos disponibilizaram esses critérios. Quanto àqueles que o fizeram, apresentam os seguintes critérios (tabela 6): monitoramento (59,38%); relatórios não financeiros (46,88%); relatórios financeiros (34,38%); visitas técnicas periódicas (28,13%). Isso revela que há uma preocupação dos fundos com o controle. Ainda há fundos que dispõem de profissionais em avaliação, 1 (um) fundo utiliza como ferramenta de avaliação o auxílio de instituições especializadas, aqui considerada como auditoria externa. Outro faz monitoramento e avaliação por meio de comissões técnicas específicas. Além dos fundos que se utilizam de auditoria externa verificou-se que um fundo possui um núcleo de trabalho para monitoramento e avaliação de projetos. E 1 (um) fundo, além do impacto dos projetos, avalia até que ponto seu financiamento colaborou nas modificações estratégicas da região em que atua. No entanto, não se pode dizer que haja um sistema de avaliação dominante nos fundos, porém, pode-se verificar que, por meio dos critérios de avaliação no processo de implementação dos projetos apoiados, os fundos buscam verificar os resultados obtidos pelas organizações do terceiro setor de modo a verificar se os seus financiamentos foram aplicados da melhor maneira, gerando os resultados esperados.

Tabela 6 – Avaliação do financiamento de projetos

Avaliação do financiamento	Nº	%
Monitoramento (acompanhamento de todo o processo de execução)	19	59,38
Relatórios não financeiros	15	46,88
Relatórios financeiros	11	34,38
Visitas técnicas periódicas	9	28,13
Ferramentas gerenciais ou ferramentas de indicadores de eficácia	5	15,63
Reuniões	4	12,5
Avaliação dos resultados (acompanhamento do resultado)	4	12,5
Auditorias externas	3	9,38
Em construção	2	6,25
Controle interno	1	3,13

Fonte: Banco de dados NEATS

3.3.3.4 Projetos financiados a partir de 2002

Apenas 12 (doze) fundos pesquisados disponibilizaram informações financeiras. Assim, serão considerados apenas os projetos financiados a partir de 2002. Destes, 2 (dois) fundos começaram a financiar projetos em 2003 e 4 (quatro), em 2004. Estes 6 (seis) fundos servirão para verificar o incremento das novas iniciativas de financiamento de projetos. A análise não dá conta dessa diversidade de informações, pois além de a totalidade dos fundos não disponibilizar os dados, os que o fizeram não iniciaram suas atividades ao mesmo tempo.

Na tabela 7 verificam-se os valores médios dos projetos apoiados pelos fundos de financiamento, no período de 2002 a 2006. Variando o valor médio de R\$ 9.953,11 (nove mil, novecentos e cinqüenta e três reais e onze centavos) do fundo A a R\$ 539.810,00 (quinhentos e trinta e nove mil, oitocentos e dez reais) do fundo L. Por meio dos valores dos projetos financiados pôde-se verificar a diversidade dos mesmos, variando de R\$ 333,00 (trezentos e trinta e três reais) a R\$ 8.594.000,00 (oito milhões, quinhentos e noventa e quatro mil reais).

Dos 5 (cinco) fundos que disponibilizaram todas as informações referentes aos anos de 2002 a 2006, pode-se verificar que se tratam de fundos com financiamento de projetos bem distintos, seja em volume de recursos, seja em número de projetos. O fundo A financiou o maior número de projetos comparado com os outros 4 (quatro) fundos, mas com volume de recursos menor do que o fundo C, que financiou menos projetos. Deve-se levar em conta que o fundo A dedica-se ao apoio de pequenos projetos em 8 (oito) áreas de atuação, enquanto o fundo C dedica-se exclusivamente a uma área. Outra comparação pode ser feita em relação ao fundo B e ao fundo E: os dois financiaram um baixo número de projetos, 19 (dezenove) e 20 (vinte), respectivamente, porém o fundo B desembolsou pouco mais de 5 (cinco) vezes em volume de recursos financeiros do que o fundo E. Isso demonstra o quanto esses fundos são distintos em relação aos projetos financiados.

Tabela 7 – Fundos de financiamento por período e por recursos financiados

Fundo de financiamento	Período	Valor médio (R\$)	Valor máximo (R\$)	Valor mínimo (R\$)	Nº de financiamentos	Total em R\$ financiado no período
Fundo A	2002 a 2006	9953,71	450000,00	333,00	2234	22236598,14
Fundo B	2002 a 2006	130846,14	265364,33	11000,00	19	2486076,74
Fundo C	2002 a 2006	54673,77	308000,00	859,75	433	23673743,42
Fundo D	2002 a 2006	58950,25	167951,00	1151,00	90	5296322,00
Fundo E	2002 a 2006	24342,00	42000,00	10968,00	20	486840,00
Fundo F	2002, 2003, 2006	58950,25	167951,00	1151,00	38	742422,34
Fundo G	2003 a 2006	118735,49	210000,00	5000,00	67	7955277,58
Fundo H	2003 a 2006	95955,89	435877,77	435877,77	34	3244487,05
Fundo I	2004 a 2006	38518,48	80000,00	6846,00	41	1579257,78
Fundo J	2004 a 2006	55614,47	131933,00	131933,00	55	3058796,00
Fundo K	2004 a 2006	132033,60	3249059,43	1823,49	218	28783325,82
Fundo L	2004 a 2006	539810,00	8594000,00	8000,00	100	53981000,00

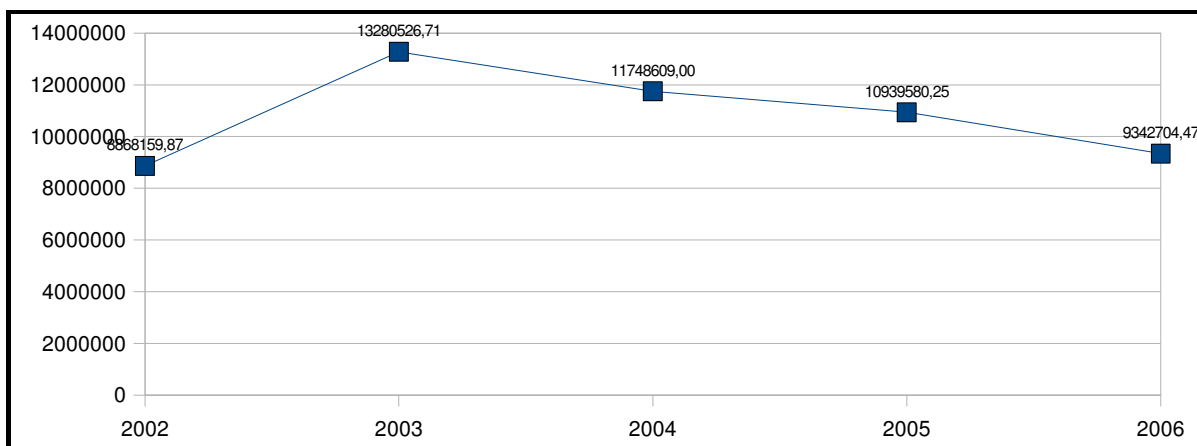
Fonte: Banco de dados NEATS

No gráfico 11, verifica-se que, no ano de 2003, houve um aumento no volume de recursos para financiamento de projetos sociais, porém a partir de 2004 observou-se que os financiamentos sofreram uma redução. Como 2 (dois) destes fundos são organizações sem fins lucrativos e dependem da doação de terceiros, doações externas, para manter seus orçamentos, estes não têm controle direto sobre os recursos que estarão disponíveis.

O fundo A sofreu uma redução no seu orçamento no ano de 2004. Em 2003 este fundo apoiou projetos com valores superiores a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), o que não se repetiu nos anos seguintes. O fundo D apresentou pouca variação no seu volume de recursos. Os outros 3 (quatro) fundos dependem de suas mantenedoras e são estas que determinam os valores a serem financiados, assim, o número de projetos dependerá dos valores que possuem para financiar terceiros. Destes, apenas um deles sofreu uma redução considerável no ano de 2006. Logo, os recursos para o financiamento de projetos das organizações do terceiro setor dependem de fatores alheios a sua decisão, pois o fundo não gera recursos, mas capta-os junto a pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, e o volume dessa captação não está no âmbito de sua sustentabilidade. A seguir, no gráfico 11 pode-

se observar a diminuição do volume dos recursos disponibilizados pelos fundos.

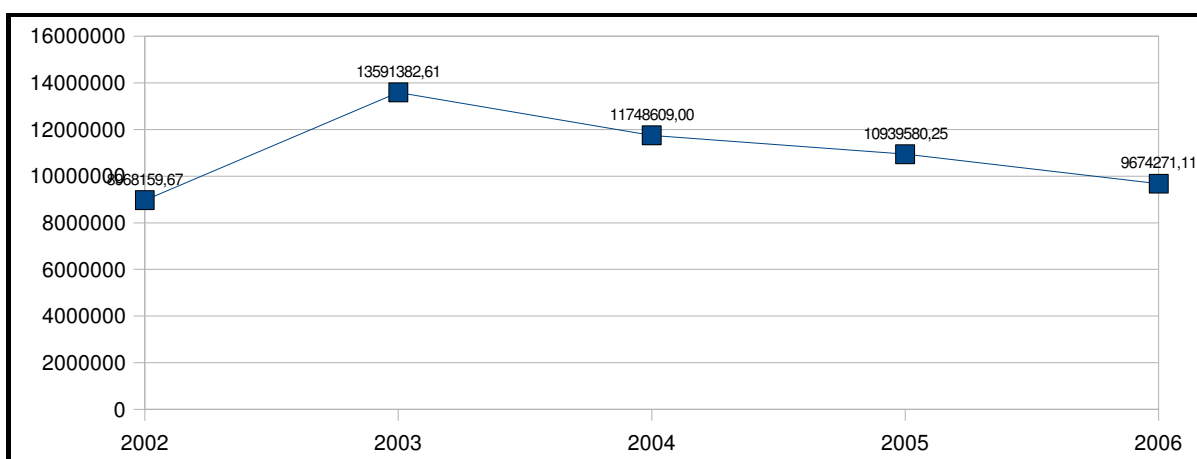
Gráfico 11 – Financiamento (em R\$) nos anos de 2002 a 2006 – Fundos A, B, C, D e E



Fonte: Banco de dados NEATS

Ao inserir o fundo F, que não financiou nos anos de 2004 e 2005, verifica-se que seus valores não causaram grande alteração, pois a curva continuou decrescente. Isto se deve ao fato de este fundo ter financiado projetos de baixos valores, principalmente a partir de 2006, primeiro ano da implantação de uma nova metodologia de captação de recursos.

Gráfico 12 - Financiamento (em R\$) nos anos de 2002 a 2006 – Fundos A, B, C, D, E e F

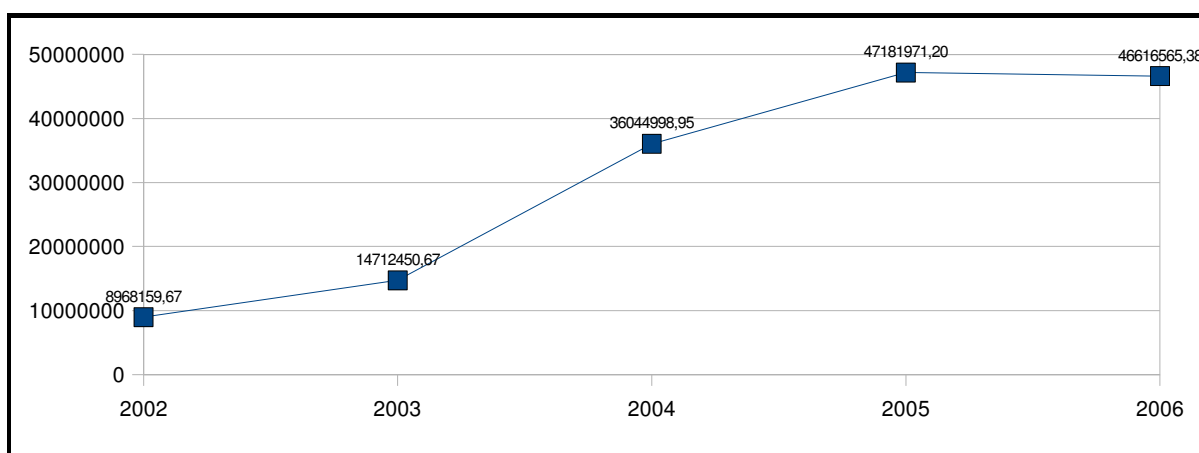


Fonte: Banco de dados NEATS

Essa tendência observada no período, nos dois gráficos, altera-se quando se introduzem outros fundos, como pode ser observado no gráfico 13. Ao acrescentar os demais fundos que começaram a financiar a partir de 2003 e 2004, há uma recuperação no volume de recursos financeiros para o financiamento de projetos sociais. No ano de 2003, 2 (dois) novos fundos começaram a financiar projetos, e em 2004 foram mais 4 (quatro) fundos - isso explica o aumento dos recursos no ano de 2004. No ano de 2005 o aumento no volume de recurso continuou, porém em 2006 houve uma redução que se deve à diminuição do valor dos recursos do fundo L, que nos 3 (três) anos de apoio a projetos financiou os maiores volumes de recursos entre os 12 (doze) fundos.

Dessa alteração pode-se concluir que, apesar da redução de recursos dos 5 (cinco) fundos, essa tendência se modifica quando são agregados outros fundos com menor tempo de financiamento, mas com volume crescente de recursos. Disso pode-se inferir que, apesar da oscilação dos recursos, há uma tendência de crescimento no volume de financiamentos do terceiro setor, seja pela iniciativa privada, seja pela captação externa.

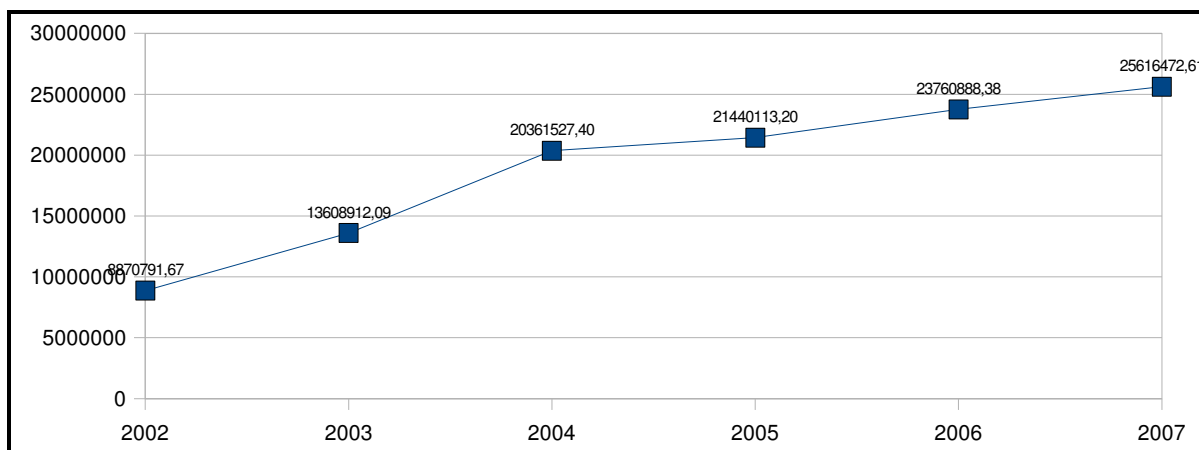
Gráfico 13 – Financiamento (em R\$) nos anos de 2002 a 2006 – Fundos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K e L



Fonte: Banco de dados NEATS

Essa tendência é reiterada quando se consideram apenas os 8 (oito) fundos que forneceram informações de 2007, como se depreende no gráfico 14.

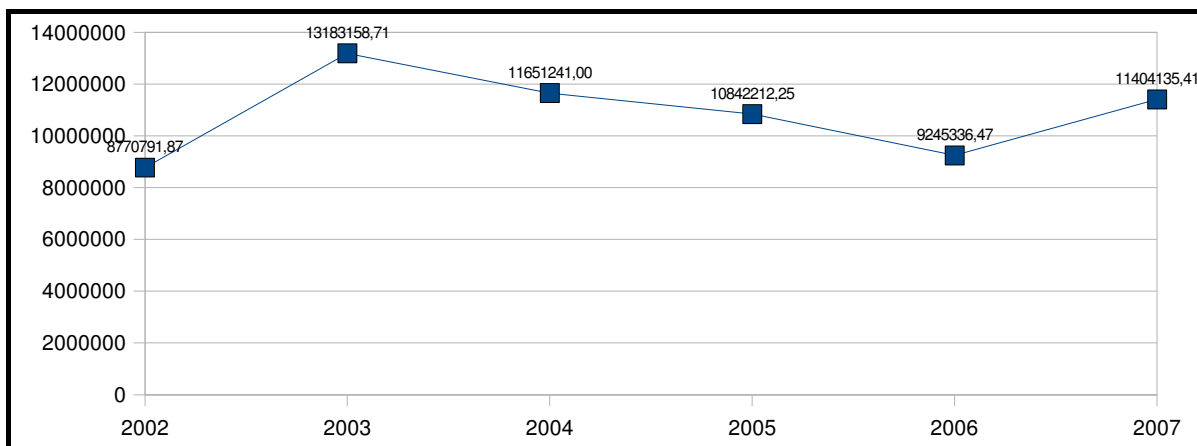
Gráfico 14 – Financiamento (em R\$) 2002 a 2007 – Fundos A, B, C, D, F, H, I e K



Fonte: Banco de dados NEATS

No entanto, considerando apenas 4 (quatro) fundos que forneceram informações de 2002 a 2007, esta tendência muda, vide gráfico 15. Neste gráfico observa-se um crescimento dos recursos de 2002 a 2003, e uma curva decrescente até 2006, para uma retomada em 2007. Essa tendência inova em relação à análise. Contudo, não se pode dizer que seja uma tendência do setor, pois são poucos os fundos que forneceram informações. Nesse sentido, não se pode tomar essa variação como uma característica do setor, mas de alguns fundos que o compõem. Tais assertivas podem ser confirmadas pelo gráfico 15.

Gráfico 15 – Financiamento (em R\$) nos anos de 2002 a 2007 – Fundos A, B, C e D



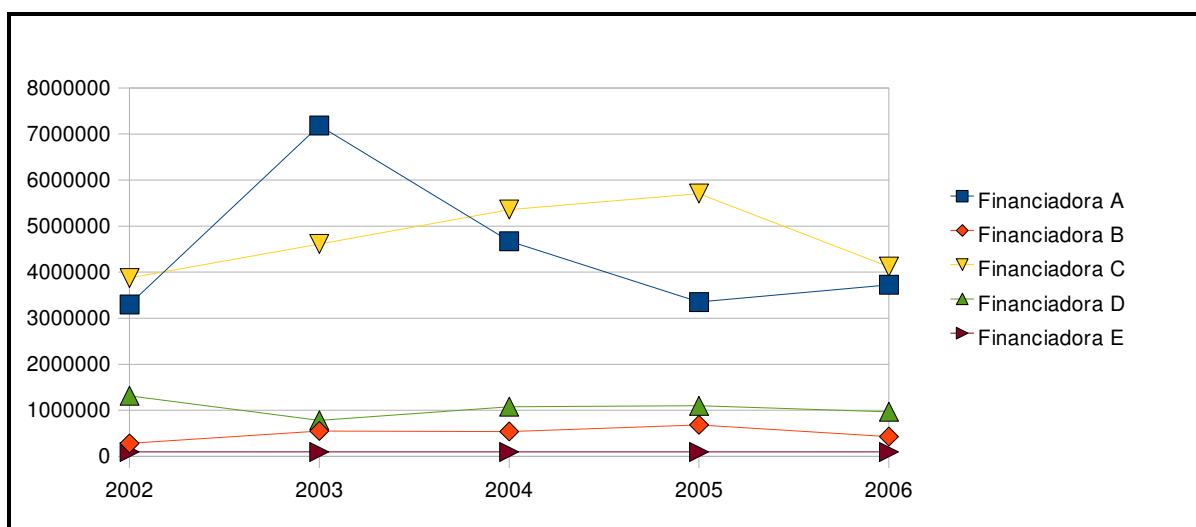
Fonte: Banco de dados NEATS

3.3.3.5 A relação montante financiado por fundo de financiamento

No gráfico 16, em que segue a análise do montante financeiro por fundo de financiamento, é possível verificar individualmente a participação de cada fundo em relação ao financiamento de projetos. Os fundos A e C possuem os maiores volumes financeiros e são eles que apresentam maior alteração em seu volume de recursos. O fundo A apresentou um aumento de 117% em seu volume de recursos no ano de 2003 em relação a 2002, no ano seguinte reduziu seus recursos em 35%, e nos anos de 2005 e 2006 apresentou resultados parecidos. O ano de 2003 pode ter sido atípico para o fundo A, já que foram financiados os projetos com os maiores valores nos 5 (cinco) anos, pois segundo declaração financeira em média R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) por ano. O fundo C apresentava uma curva crescente nos anos de 2002 a 2005, porém o ano de 2006 apresentou um declínio em seus financiamentos, o que pode ter ocorrido devido à redução do seu orçamento em relação ao financiamento de terceiros. Os outros 3 (três) fundos apresentam valores quase constantes com pequenas alterações em relação ao financiamento de terceiros. O fundo E apresenta valores exatamente iguais para cada projeto financiado ao longo dos cinco anos. Deve-se levar em consideração

que os fundos A e C são fundos existentes há mais tempo no terceiro setor, tendo como anos de fundação 1973 e 1991, respectivamente, enquanto os outros três fundos são mais recentes, B e D fundados em 1999 e E, em 2001, ou seja, estes últimos podem ainda estar em processo de formação de estratégias para beneficiar as organizações do terceiro setor.

Gráfico 16 – Montante financiado (em R\$) por fundo nos anos de 2002 a 2006



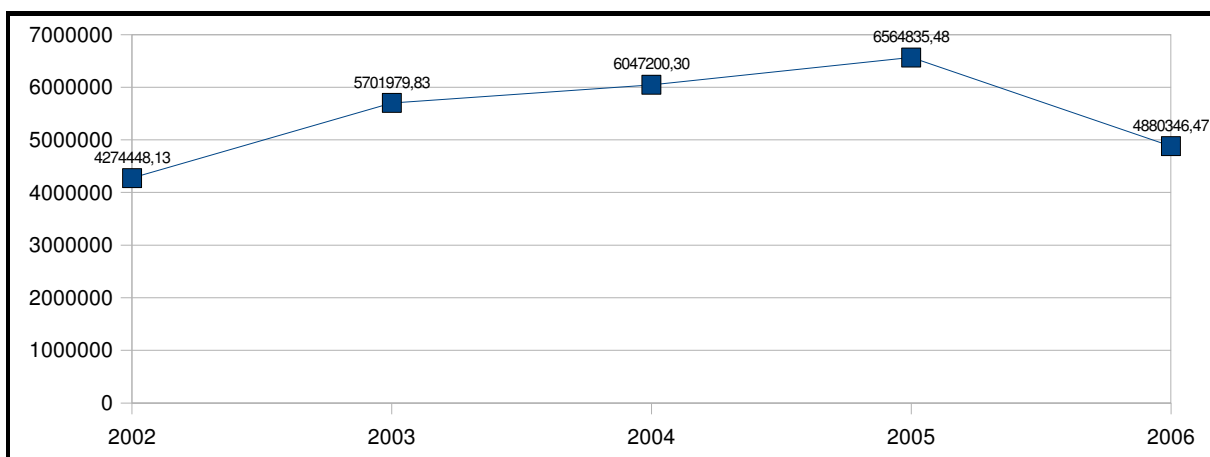
Fonte: Banco de dados NEATS

3.3.3.6 Financiamento anual por área de atuação

O objetivo deste item era analisar cada área de atuação para verificar quais as tendências de financiamento dos fundos por área, porém, devido a variedade das áreas de atuação dos 12 (doze) fundos, fez-se necessário escolher aquelas que foram contempladas com o maior volume de recursos financeiros e com o maior número de fundos. A área de educação foi a única que se enquadrou nos critérios definidos. Dos 5 (cinco) fundos apenas 3 (três) financiam educação.

No gráfico 17, pode-se verificar que até o ano de 2005 esta área apresentava crescimento do volume de recursos captados, porém, em 2006, esses valores sofreram redução. Isso pode ser explicado pela redução dos recursos do fundo C, que destina seu financiamento exclusivamente para esta área.

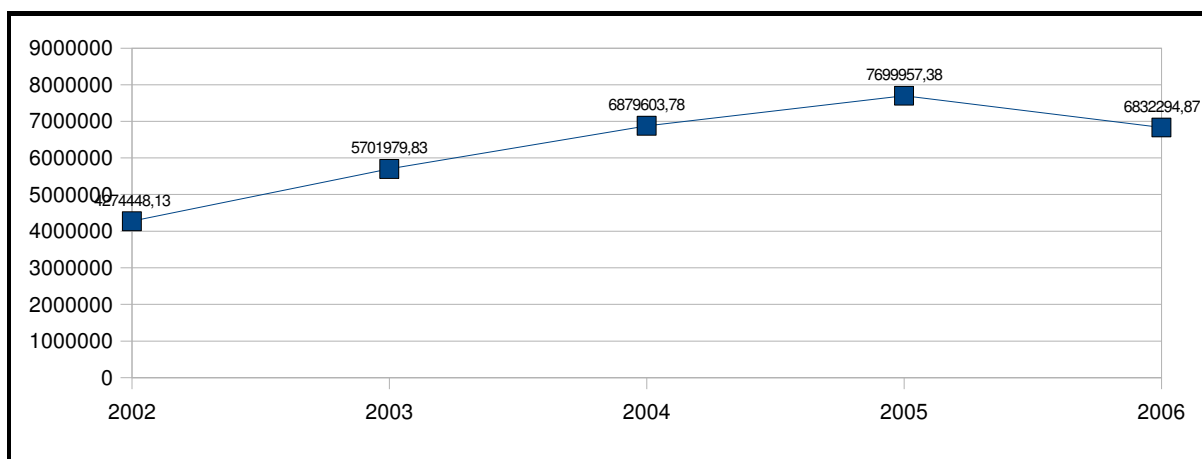
Gráfico 17 – Financiamento (em R\$) em projetos na área de educação 2002 a 2006 - Fundos A, B e C



Fonte: Banco de dados NEATS

Essa tendência não se altera quando se introduz 2 (dois) novos fundos, gráfico 18.

Gráfico 18 – Financiamento (em R\$) em projetos na área de educação – 2002 a 2006 - Fundos A, B, C, I e J



Fonte: Banco de dados NEATS

3.3.3.7 Fundos por organizações do terceiro setor com projetos apoiados

Ao analisar os projetos das organizações financiadas nos anos de 2002 a 2006, buscou-se verificar se o apoio a projetos restringe-se sempre às mesmas organizações. Analisaram-se os 12 (doze) fundos que forneceram informações sobre suas beneficiadas.

O fundo A financia projetos de modo a disponibilizar recursos para um grande número de organizações, sendo estes financiamentos feitos principalmente por meio do Programa Pequenos Projetos, ou seja, os valores dos seus financiamentos são baixos em relação aos demais fundos, porém, dos 2234 (dois mil, duzentos e trinta e quatro) projetos financiados 3 (três) possuem valores bastante elevados, R\$ 445.246,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e seis reais), R\$ 446.085,00 (quatrocentos e quarenta e seis mil e oitenta e cinco reais) e R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil reais). Mas trata-se de casos isolados, pois 2057 (dois mil e cinqüenta e sete) projetos possuem valores menores que R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e somente 14 (quatorze) projetos têm valores superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Os projetos com valores superiores a R\$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) foram financiados no ano de 2003, antes de o fundo sofrer uma redução em seu orçamento para o financiamento de projetos. Este fundo não privilegia sempre as mesmas organizações, porém, 20 (vinte) organizações foram financiadas anualmente ao longo dos 5 (cinco) anos aqui estudados; 19 (dezenove) organizações foram financiadas mais de 5 (cinco) vezes, e 1 (uma) organização teve 16 (dezesesseis) projetos financiados.

O fundo B financiou, em 5 (cinco) anos, 19 (dezenove) projetos distribuídos apenas entre 4 (quatro) organizações. Destes, apenas 2 (dois) projetos têm valores menores que R\$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), 14 (quatorze) têm valores superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e, destes, 3 (três) são superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Este fundo financia organizações que estejam localizadas no

entorno de sua mantenedora.

O fundo C financiou 433 (quatrocentas e trinta e três) organizações, poucas delas, 25 (vinte e cinco) organizações, tiveram seus projetos financiados mais de 3 (três) vezes, e apenas 7 (sete) foram financiadas mais de 5 (cinco) vezes. Apesar da discrepância entre uma organização que foi financiada 10 (dez) vezes e outra 11 (onze) vezes, o maior número de organizações encontra-se entre as que foram financiadas apenas 1 (uma) vez. Em relação aos valores dos projetos, 52 (cinquenta e dois) projetos com valores inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), 200 (duzentos) com valores superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil), 57 (cinquenta e sete) com valores superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e apenas 7 (sete) com valores superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

O fundo D financia 1 (um) mesmo projeto de 1 (uma) organização num período de 2 (dois) anos, assim, é preciso levar em conta esse fato, pois o número de organizações é menor, entretanto os desembolsos são anuais. Cada organização foi financiada pelo menos 2 (duas) vezes, mas na tabela aparecem como financiadas 1 (uma) vez as organizações que foram financiadas nos anos de 2001 a 2002 e de 2006 a 2007. Este fundo efetuou 90 (noventa) desembolsos ao longo do período de 2002 a 2006.

O fundo E concentra seu financiamento em apenas 4 (quatro) organizações, que tiveram seus projetos financiados durante os 5 (cinco) anos, e os valores anuais foram sempre os mesmos: R\$ 10.968,00 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais); R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais); R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais); R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais). Estas organizações encontram-se localizadas no entorno de sua mantenedora, e das 4 (quatro) organizações duas possuem o mesmo nome, porque uma é a matriz, com atuação nacional, e a outra sua filial com atuação restrita ao Distrito Federal.

Em relação ao fundo F, não foi possível fazer tal verificação, pois este fundo não financiou nos anos de 2004 e 2005, porém, ao analisarmos os anos anteriores e os três anos entre 2002 e 2006, é possível verificar que este fundo costuma diversificar as organizações a serem beneficiadas. Quanto aos demais fundos, G a L, não foi feita esta análise por terem financiado menos de 5 (cinco) anos, mas em 1 (um) dos casos é possível verificar que já existe uma tendência a financiar mais vezes algumas organizações.

Ao se tratar do número de vezes em que algumas organizações foram beneficiadas, é preciso estar atento ao fato de que muitos fundos firmam parcerias com organizações beneficiadas por um período superior a 1 (um) ano. Ao analisar os 5 (cinco) fundos foi possível verificar que quanto maior o número de projetos financiados, menor é a tendência de algumas organizações serem privilegiadas. Pode-se constatar que os 2 (dois) fundos com o menor número de projetos financiados privilegia poucas organizações e estas estão localizadas no entorno de suas mantenedoras, ou seja, os projetos são financiados de maneira a beneficiar prioritariamente as comunidades nas quais os fundos estão inseridos. Entretanto não se pode dizer que dos dados disponíveis se possa inferir que os fundos privilegiam, em seu financiamento, sempre as mesmas organizações. Porém, essa hipótese, mesmo não confirmada, não pode ser descartada pela ausência de dados.

Tabela 8 – Fundos de financiamento por projetos financiados – 2002 a 2006

Fundo	Nº de projetos financiadas	Número de vezes em que a mesma organização foi financiada											Período financiado
		16	11	10	8	7	6	5	4	3	2	1	
Fundo A	2234	1	-	2	3	6	7	20	40	94	234	1080	2002 a 2006
Fundo B	19	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	2002 a 2006
Fundo C	433	-	1	1	-	2	3	6	12	28	45	128	2002 a 2006
Fundo D	90	-	-	-	-	-	-	2	4	7	13	17	2002 a 2006
Fundo E	20	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	2002 a 2006
Fundo F	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	2002, 2003, 2006
Fundo G	67	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6	50	2003 a 2006
Fundo H	34	-	-	-	-	-	-	2	2	1	3	7	2003 a 2006
Fundo I	41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	35	2004 a 2006
Fundo J	55	-	-	-	-	-	-	1	-	4	13	12	2004 a 2006
Fundo K	218	-	-	-	-	-	-	1	5	37	24	33	2004 a 2006
Fundo L	100	-	-	-	-	-	-	-	-	13	9	41	2004 a 2006

Fonte: Banco de dados NEATS

Das 83 (oitenta e três) organizações que investem em projetos sociais, pode-se verificar que tanto as organizações com projetos próprios como aquelas com projetos de terceiros possuem características similares, pois são, na maioria, sem fins lucrativos e vinculadas a empresas, com prioridade atuando em educação.

Os fundos de financiamento não possuem um único perfil, pois as características não coincidem. No entanto, apesar das diferenças os 48 (quarenta e oito) fundos de financiamento constituem uma alternativa para as organizações do terceiro setor atingirem sua sustentabilidade.

O montante financeiro disponibilizado às organizações do terceiro setor tendem a crescer mesmo com a redução do volume de recursos daqueles fundos que investem há mais tempo. Contudo, o aumento do número de novos fundos tendem a compensar a redução do volume dos recursos dos fundos mais antigos. Assim, a sustentabilidade do terceiro setor pode ser alcançada mediante a captação de recursos oriundos desses fundos, que apresentam-se como alternativas inovadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações que realizam investimento social são em sua maioria vinculadas a empresas. O setor privado apresenta-se com grande participação no investimento em projetos sociais. Essas organizações utilizam, em sua maioria, recursos próprios, oriundos das mantenedoras. Privilegiam a área de educação em detrimento das demais, mas a área de cultura, arte e recreação também recebe recursos, em escala menor, de um número considerável de organizações.

As organizações que investem em projetos sociais, fazem-no de duas maneiras: em projetos próprios, ou pela transferência de recursos para projetos de outras organizações. Das 83 (oitenta e três) organizações que investem no social, 48 (quarenta e oito) financiam projetos de terceiros. As 33 (trinta e três) organizações que investem apenas em projetos próprios, utilizando recursos próprios, são em sua maioria organizações sem fins lucrativos e vinculadas a empresas e têm como prioridade a área de educação. Elas podem executar seus projetos de duas maneiras: fazendo-o elas próprias, ou por meio da contratação de organizações do terceiro setor.

Os fundos, bem como as organizações que investem apenas em projetos próprios, são em sua maioria organizações sem fins lucrativos e vinculadas a empresas. São poucas aquelas que não têm vínculo direto com as empresas, pois, por dependerem da captação de recursos para sua sobrevivência, torna-se inviável o suporte financeiro a outras organizações. Os fundos seguem a mesma tendência do grupo de organizações que investem em projetos sociais, privilegiando a área de educação. No entanto, a área de meio ambiente recebe recursos em grande volume, mas apenas de alguns fundos. Essas organizações utilizam-se de recursos de terceiros, por meio da captação de recursos, seja de campanhas, de instituições parceiras ou de pessoas físicas ou jurídicas.

Os fundos têm como principal público beneficiado as crianças, os adolescentes e os jovens. Existem fundos que têm como foco de atuação o financiamento para a preservação e conservação do meio ambiente, apresentando como público beneficiado outras organizações e aplicando seus recursos por área geográfica.

Os critérios dos fundos para apoio a projetos são específicos, e os métodos de avaliação da aplicação do financiamento vão desde o monitoramento, relatórios financeiros, relatórios não-financeiros, até visitas técnicas. Sendo esses métodos os mais utilizados, pois permitem verificar o desempenho da organização, o que revela a existência de uma preocupação dos fundos com o controle de seus recursos.

Dos 5 (cinco) fundos com informações financeiras de 2002 a 2006, percebe-se que o fluxo de recursos reduz a partir de 2004. Contudo, com o incremento de novos fundos, a tendência observada é de crescimento do volume de financiamentos para o terceiro setor. A continuidade de crescimento é observada quando se analisa o volume de recursos do ano de 2007, pois, mesmo havendo uma redução no ano anterior, naquele ano os recursos voltaram a crescer.

É preciso considerar que os recursos dos fundos para o financiamento das organizações do terceiro setor dependem de fatores alheios a sua decisão, pois o fundo não gera recursos, mas capta-os junto a pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior.

A hipótese de que são financiadas pelos fundos sempre as mesmas organizações não pode ser comprovada pela ausência de dados, mas se pode inferir que quanto maior o número de projetos financiados por um fundo, menor é a tendência de as mesmas organizações serem beneficiadas. Os fundos que financiam poucos projetos, restringem o financiamento às organizações que estão localizadas no entorno de suas mantenedoras. Logo, não se pode afirmar com os dados disponíveis que os fundos privilegiam sempre as mesmas organizações. Neste sentido, faz-se necessária a continuidade deste trabalho para atualizar as informações, bem como para complementá-las.

Os fundos de financiamento, uma das alternativas para a captação de recursos para as organizações do terceiro setor, têm crescido nos últimos anos. O número de organizações que fazem investimento social tende a crescer no setor empresarial. Este setor tem criado fundações e institutos, organizações sem fins lucrativos, para

gerenciarem seus investimentos na área social. Isso tem proporcionado alternativas inovadoras para a realização de projetos sociais. A criação de parcerias intersetoriais, é uma nova maneira de buscar alternativas para que as organizações do terceiro setor possam garantir sua sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA

ADULIS, Dalberto. **O papel da comunicação na captação de recursos**. Rede de Informação para o Terceiro Setor, Rio de Janeiro, 15 Jan. 2002. Disponível em: <http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_janeiro2002.cfm>. Acesso em 23 fev. 2006.

AMARAL, Cláudia. **Como estruturar melhor a atividade de captação de recursos?** 1999. Disponível em: <http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmesant_out99.cfm>. Acesso em 15 out. de 2007.

ANDRADE, Miriam G. V. **Organizações do terceiro setor: estratégias para captação de recursos junto às empresas privadas**. Dissertação de mestrado em engenharia da produção da UFSC, 2002. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/9082.pdf>>. Acesso em 30 out. de 2007.

ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS E MCKINSEY & COMPANY. **Empreendimentos sociais sustentáveis** – Como elaborar planos de negócio para organizações sociais. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2001.

ASSIS, Ader A. **Mobilização de recursos no terceiro setor**. 2005. Disponível em: <<http://www.pautasocial.com.br/artigo.asp?idArtigo=192>>. Acesso em 30 out. de 2007.

AZEVEDO, Tasso R. **Buscando recursos para seus projetos**. 2. ed. São Paulo: Texto Novo, 1998.

AUSTIN, James E. **Parcerias: fundamentos e benefícios para o terceiro setor**. São Paulo: Editora Futura, 2001.

BAILLEY, Michael. **Levantamento de fundos no Brasil** – principais implicações para as organizações da sociedade civil e ONGs internacionais. In ONGs: identidade e desafios atuais. Cadernos ABONG. Nº 27, maio/2000. Pág. 87 a 106.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.). **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 7-12.

CKAGNAZAROFF, Ivan B. Desafios da gestão em organizações do Terceiro Setor. In: PIMENTA, Solange M.; CORRÊA, Maria L. (Org.). **Gestão, trabalho e cidadania: novas articulações**. Belo Horizonte: Autêntica/CEPEAD/FACE/UFMG, 2001. p. 243-265

COELHO, Simone C. T. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

COSTA JÚNIOR, Leopoldo C. **Cadernos do terceiro setor – terceiro setor e economia social**. São Paulo: FGV/Escola de Administração de Empresas de São Paulo, n.2, abril de 1998.

CRUZ, Célia M.; ESTRAVIZ, Marcelo. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos**. 2 ed. São Paulo: Global, 2003.

CRUZ, Maria C. T. **Captação de Recursos: um meio para se atingir sua missão**. Integração: A revista eletrônica do Terceiro Setor, São Paulo, Set. 1998. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/1/administ.html>>. Acesso em 05 Mar. 2002.

DOWBOR, Ladislau. **Gestão social e transformação da sociedade**. 1999. <http://dowbor.org/8_gestaosocial.asp> Acesso em jun. de 2007.

DULANY, Peggy. Tendências emergentes em parcerias intersetoriais: processos e mecanismo para colaboração. In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.). **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 63-71.

FALCONER, Andres P. **A promessa do terceiro setor: a perspectiva de administração pública**. 1999. Disponível em: <<http://www.icd.org.uy/mercosur/informes/2000/falconer5.html>>. Acesso em 12 set.

2005.

FALCONER, Andreas P.; VILELA, Roberto. **Recursos privados para fins públicos: as grantmakers brasileiras**. São Paulo: Peirópolis: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2001.

FERNANDES, Rubem C. **Privado porém público - O terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: CIVICUS/Relume Dumará. 1994.

FISCHER, Rosa M. **O desafio da colaboração** – práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. 2 ed. São Paulo: Editora Gente, 2002.

GETS - Grupo de Estudos do Terceiro Setor/United Way of Canada - Centraide Canada. **Captação de recursos** – da teoria à prática. 2002.

GIFE. **Investimento social privado no Brasil: perfil e catálogo dos associados GIFE/ Grupo de Institutos, Fundações e Empresas**. - São Paulo: 2001.

Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. **Glossário do terceiro setor**. Disponível em: <<http://www.projetoterrazul.org/glossario%20do%20%20terceiro%20setor.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2007.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: MAKRON, 1999.

INSTITUTO 3M DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.3m.com/intl/br/instituto3m/>>. Acesso em 12 de Fev. 2008.

IDIS - Instituto para o Desenvolvimento Social. Disponível <<http://www.idis.org.br>>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2008.

IPEA. **Pesquisa ação social das empresas**. 2006. Disponível em: <<http://getinternet.ipea.gov.br/asocial/>> Acesso em 10 de setembro de 2007.

ITAU VOLUNTÁRIO. Disponível em: <<http://www.ivoluntarios.org.br/site/pagina.php?idconteudo=290>>. Acesso em 12 de Fev. de 2008.

JUNQUEIRA, Luciano A. P. **Gestão de políticas sociais e o terceiro setor.** Integração Revista Eletrônica do Terceiro Setor, FGV – EAESP, São Paulo, v. 31, p. 01, 2003.

KISIL, Marcos. **Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária.** In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.). 3º Setor : Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p.131-155.

LEWIS, David. **The managemant of non-governmental development organizations.** London, Routledge, 2001. p.242

MARCOVITCH, Jacques. **Da exclusão à coesão social: profissionalização do terceiro setor.** In: IOSCHPE, E. B. (Org.). 3º Setor : Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 121-130.

MARTINELLI, Antônio C. Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.). **3º Setor** : Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p.81-88 .

MELO NETO, Francisco P.; FROES, César. **Responsabilidade social & cidadania empresarial:** a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999. 2 ed.

MORAES, Francisca. **Recursos sustentabilidade.** 2002. Disponível em: <http://www.rits.org.br/acrevo-d/Recursos_sustentabilidade.doc>. Acesso em 10 ago. 2005.

NOLETO, Marlova J. **Parcerias e alianças estratégicas:** uma abordagem prática. São Paulo: Global Editora, 2000.

NORIEGA, Maria E. **Apoio financeiro**. São Paulo: Texto Novo, 1997.

OLIVEIRA, Darcy M. **O protagonismo dos cidadãos e de suas organizações**: um fenômeno recente, massivo e global. 1999. Disponível em <http://www.rits.org.br/protag/idac_protag_1.html>. Acesso em 10 ago. 2007.

PAES, José E. S. **Fundações e entidades de interesse social**. 2 ed. Brasília: Brasília Jurídica. 1999.

PORTELA, Izabel. **A diferença entre os conceitos de responsabilidade social e investimento social**. 2006. Disponível em: <http://www.institutoiris.org.br/artigos_02.asp>. Acesso em 12 de Fev. 2008.

RITS. **Terceiro setor**: os recursos da solidariedade. Disponível em: <http://www.rits.org.br/idac.rits.org.br/idac_abertura.html>. Acesso em: 05 abr. 2005.

RESENDE, Tasso A. **Roteiro do terceiro setor**. Belo Horizonte: Fundação Newton Paiva Ferreira, 2003.

ROTHGIESSER, Tanya. L. **A sociedade civil brasileira e o terceiro setor**. 2002. Disponível em: <http://www.terceirosetor.adm.br/ts_asociedadecivil.htm>. Acesso em 30 out. 2007.

SALAMON, Lester. Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, E. B. (Org.). **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 89-111.

SALAMON, Lester. **A emergência do Terceiro Setor**: uma revolução associativa global. Revista de Administração, v. 33, nº 1, p. 5-11, jan/mar, 1998.

SCHOMMER, Paula C. **Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado**. Revista O&S O Organização & Sociedade. V. 6, n. 19, 2000.

SILVA, Fabiula M. V.; DELAGNELO, Elaine H. L. **Fontes Financiadoras e seus critérios de avaliação de desempenho para organizações culturais: um estudo comparativo de casos.** ENANPAD- Encontro ANPAD 2005.

TENÓRIO, Fernando G. (Org). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais.** 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

TEODÓSIO, Armindo S. S. Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada no Brasil. In: _____ **Políticas públicas de apoio sociofamiliar/Curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares e Municipais.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2001. p. 85-124.

TRINDADE, Douglas. **Orçamento Social Em Organizações Sem Fins Econômicos.** Disponível em <http://www.artigos.com/articles/375/1/Or%E7amento-Social-Em-Organiza%E7%F5es-Sem-Fins_Econ%F4micos>. Acesso em 25 mar. 2006.

VALARELLI, Leandro. **Uma noção ampliada de captação de recursos.** 2002. Disponível em: <http://www.rits.org.br/acervo/acervo_pesquisa_detalhe.cfm?CA=1139>. Acesso em 05 ago. de 2007.

WOLFE, Alan et. al. **Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs.** Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Relação de organizações pesquisadas que promovem investimento social

1. ACES – Ação Comunitária do Espírito Santo
2. ACJ Brasil/United Way Internacional
3. Banco ABN AMRO Real
4. Banco Banrisul
5. Banco de desenvolvimento Econômico Social – BNDES
6. Banco JP Morgan
7. Basf S.A
8. Bolsa de Valores sociais e Ambientais– BVS&A – *Bovespa*
9. Bridgestone Firestone do Brasil
10. Carrefour
11. Citigroup
12. Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS
13. Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE
14. Fundação Abrinq
15. Fundação Acesita para o Desenvolvimento Social
16. Fundação Alphaville
17. Fundação Ana Lima
18. Fundação Banco do Brasil
19. Fundação Bradesco
20. Fundação Belgo-Mineira – *Fundação Arcelor Mittal*
21. Fundação Clemente Mariani
22. Fundação CSN
23. Fundação Educar Dpaschoal de Benemerância e Preservação da Cultura e do Meio Ambiente
24. Fundação Filantrópica Safra
25. Fundação lochpe
26. Fundação Itaú Social
27. Fundação Lemann
28. Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho – FMSS
29. Fundação Nestlé
30. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
31. Fundação Odebrecht
32. Fundação Orsa
33. Fundação Otacilio Coser
34. Fundação Telefônica
35. Fundação Vale
36. Fundação Victor Civita
37. Fundação Volkswagen
38. Fundo Cristão para Crianças
39. Fundo para Biodiversidade Brasileira – FUNBIO
40. Harald Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.
41. IBM – *IBM Brasil*

42. Instituto 3M de Inovação Social
43. Instituto Algar
44. Instituto Arcor Brasil
45. Instituto Avon
46. Instituto Ayrton Senna
47. Instituto Camargo Corrêa
48. Instituto C&A de Desenvolvimento Social
49. Instituto Coca-Cola Brasil
50. Instituto Cultural e Filantropia Alcoa
51. Instituto Elektro
52. Instituto Embraer de Educação e Pesquisa
53. Instituto Gerdau
54. Instituto Hedging-Griffo
55. Instituto Holcim
56. Instituto HSBC Solidariedade
57. Instituto IBI
58. Instituto Itaú Cultural
59. Instituto Marquês de Salamanca
60. Instituto OiFuturo
61. Instituto Pão de Açúcar
62. Instituto Razão Social
63. Instituto Ronald MacDonald de Apoio à Criança
64. Instituto Sadia de Sustentabilidade
65. Instituto Sangari
66. Instituto Social Sotreq
67. Instituto Sol
68. Instituto Unibanco
69. Instituto Vivo
70. Instituto Votorantim
71. Instituto Xerox
72. Instituto Wal-mart
73. Instituto WCF, Brasil
74. Microsoft Brasil
75. Natura Cosméticos
76. Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A.
77. Politec – *Politec Solidária*
78. Rede Globo – Criança Esperança
79. Santander
80. Shell Brasil S.A.
81. Terceiro Via – Grupo Brasilcred
82. Visão Mundial
83. WWF – Brasil

APÊNDICE B – Questionário de pesquisa

Questionário

1. O instituto/ A fundação/ A instituição disponibiliza recursos financeiros para o financiamento de projetos de organizações do terceiro setor?

Se sim, por favor responder ao questionário abaixo:

2. De que maneira o instituto/ a fundação/ a instituição capta os recursos a serem disponibilizados para os projetos financiados das organizações do terceiro setor?

3. Quais os critérios para as organizações do terceiro setor receberem os recursos da instituição?

4. Qual o valor do recurso repassado para as organizações do terceiro setor nos últimos 5 anos (2002-2006)?

5. Quais as organizações que receberam recursos financeiros nos último 5 anos (2002- 2006? (Por favor preencher as informações sobre as organizações de acordo com a tabela abaixo).

ORGANIZAÇÃO	PROJETO	ÁREA DE ATUAÇÃO	CIDADE	UF	ANO	VALOR (R\$)

6. Qual o sistema de avaliação dos resultados obtidos pelas organizações que receberam os recursos?

APÊNDICE C – Relação dos fundos de financiamento

1. ACJ Brasil/United Way Internacional

Endereço:

Rua Com. Miguel Calfat, 128 – sala 1003
Vila Olímpia – São Paulo – SP
CEP: 04537-080
Telefone: (11)38451170
www.acjbrasil.org.br

Ano de fundação: 2001

Missão:

Viabilizar a juventude popular urbana por meio da mobilização e da aplicação dos recursos humanos, financeiros e materiais das corporações e de seus funcionários e da participação e a influência no campo das políticas de investimento na área da juventude e trabalho.

Área de atuação:

Geração de trabalho e renda.

Público beneficiado:

Jovens

Principais fontes de recursos:

Recursos das empresas mantenedoras (DuPont, Gillette, Invista, Johnson & Johnson, Leo Burnett, PricewaterhouseCoopers, Procter and Gamble, Rohm and Haas, Transnway, os bancos CSFB e Morgan Stanley, Pinheiro Neto e outras empresas afiliadas, e com o apoio técnico de Deloitte, Grupo Lund e outras).

Programas de financiamento:

Programa G8 – Concurso

Critérios para apoio:

Ser ONG de base comunitária voltada para a capacitação de jovens para o mundo do trabalho, prioritariamente nas áreas de geração de renda, empreendedorismo, gestão juvenil e também à aplicação da Lei do Aprendiz.

Avaliação do financiamento:

Acompanhamento de todo o processo de execução do projeto, disponibilizando assim, além do apoio financeiro, apoio técnico e humano (voluntários).

Outras atividades:

Programa ACJ Brasil

Intercâmbios (de competências entre ONGs)
Voluntariado ACJ

Observações:

Participação direta das empresas e de seus funcionários nos projetos.
Até o momento tiveram dois processos de seleção, um em 2003 e um em 2006.
Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:
São Paulo

2. Banco ABN AMRO REAL – Programa Amigo Real

Endereço:

Av. Paulista, 1374 - Cerqueira César
São Paulo – SP
Telefone: (11) 3174-1723
http://www.bancoreal.com.br/campanha/campanhas_2005/amigoreal/tpl_banco_educacao.shtm

Ano de fundação: 1917

Missão:

O programa reforça o objetivo do ABN AMRO REAL de promover a educação por meio de apoio a projetos propostos pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de cidades onde as condições de vida e proteção de seus direitos são mais críticas.

Áreas de atuação:

Educação; Geração de trabalho e renda.

Público beneficiado:

Crianças e adolescentes.

Principais fontes de recursos:

Doação por parte dos funcionários fornecedores e clientes de 6% do seu Imposto de Renda devido.

Programas de financiamento:

Programa Amigo Real

Critérios para apoio:

1. Seleção dos municípios em situação crítica, analisados a partir de indicadores sociais Índice de Desenvolvimento Infantil - UNICEF (IDI) e Índice de Exclusão Social - UNICAMP (IES);

2. Avaliação documental dos projetos enviados;
3. Visita aos municípios dos projetos pré-selecionados, com o objetivo de ampliar o conhecimento do projeto e a realidade do município. Com o apoio de uma consultoria especializada em educação e desenvolvimento social, o grupo de funcionários seleciona os projetos.
 - Obs.: Apóia projetos propostos pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de cidades onde as condições de vida e proteção de seus direitos são mais críticas.

Avaliação do financiamento:
Acompanhamento dos resultados.

Observações:
Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:
Brasil

3. Banco JP Morgan

Endereço:
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 – 15^º andar
São Paulo – SP
Telefone: (11) 3048-3567
Fax: (11) 3048-3882
www.jpmorgan.com

Ano de fundação: 1966

Missão:
O Banco JPMorgan no Brasil considera fundamental a participação das empresas na promoção do desenvolvimento social do país, razão pela qual mantém ações sistemáticas em prol da comunidade da qual é parte. A estratégia de investimento social do JPMorgan tem como foco a educação de crianças e adolescentes de baixa renda e se realiza por meio de projetos em parceria com organizações sociais de objetivos afins.

Área de atuação:
Educação

Público beneficiado:
Crianças e adolescentes

Principais fontes de recursos:
Recursos da própria empresa

Programas de financiamento:

Critérios para apoio:

Os projetos financiados devem estar localizados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Avaliação do financiamento:

Outras atividades:

Desenvolvimento Organizacional do CPA - Centro de Profissionalização de Adolescentes Padre Bello, núcleo da Ação Comunitária Paroquial Jardim Colonial; Projeto Aprendizizes
Capacitação em Gestão, que visa fortalecer a atuação de organizações sociais em rede.
Banco na Escola, da Aliança Social pela Educação.

Observações:

Fonte de informações: site do GIFE.

Região de atuação:

Rio de Janeiro e São Paulo.

4. Basf S. A – Brasil

Endereço:

Av. Ângelo Demarchi, 123
São Bernardo do Campo – SP
CEP: 09844-900
Telefone: (11) 4343-2219
Fax: (11) 4343-2787
www.basf.com.br

Ano de fundação: 1911

Missão:

Valorizar a cidadania por meio do comprometimento com as comunidades interna e externa, investindo recursos e conhecimento para o desenvolvimento social, respeitando a cultura e a necessidade das comunidades e do meio ambiente.

Áreas de atuação:

Educação; Saúde; Meio ambiente; Cultura, arte e recreação.

Público beneficiado:

Comunidade em que está inserida.

Principais fontes de recursos:

Recursos da própria empresa

Programas de financiamento:

Área de Desenvolvimento Sustentável

Critérios para apoio:

- Sustentabilidade: independência da BASF para a sua continuidade e possibilidade de aproveitamento por outros atores sociais;
- Parceria: capaz de atrair outros parceiros e alavancar recursos de outras fontes da comunidade;
- Replicabilidade: possuir metodologia reaplicável para outras unidades produtivas da BASF e/ou localidades onde a empresa atua;
- Catalisador: abreviar processos que naturalmente aconteceriam, partindo de iniciativas que já estejam ocorrendo nas comunidades;
- Voluntariado: criar oportunidades de voluntariado para colaboradores da BASF e seus familiares;
- Localização geográfica: comunidades onde a BASF atua;
- Não são direcionados investimentos sociais para: pessoa física; o mesmo beneficiado, com intervalo inferior a 6 (seis) meses; com objetivo religioso (para a instituição), político ou de interesse pessoal.

Avaliação do financiamento:Outras atividades:

Projeto Crescer

Projeto Mata Viva

Programa Ambiental Interativo (PAI) – Semente do Amanhã

Projeto Suvnil Cor Arquitetura e Memória

Projeto PET

Passaporte Materno Infantil

Observações:

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco.

5. BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico SocialEndereço:

Av. República do Chile, 100 – Protocolo – Térreo
Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20031-917

http://www.bndes.gov.br/programas/sociais/fundo_social.asp

Ano de fundação: 1952

Missão:

Promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais.

Áreas de atuação:

Educação; Cultura, arte e recreação; Desenvolvimento social; Saúde; Geração de trabalho e renda; Assistência social; Outros

Público beneficiado:

População em geral

Principais fontes de recursos:

Recursos da própria empresa

Programas de financiamento:

Fundo Social

Critérios para apoio:

- Atuar com foco em bases territoriais que apresentem maiores carências e/ou potencialidades, conforme critérios a serem definidos pelo BNDES, utilizando-se o Sistema de Informações Geográficas do BNDES - GeoBNDES, como instrumento de suporte operacional;
- Priorizar projetos que atuem de forma intersetorial e inter-institucional, objetivando a ampliação do impacto das ações apoiadas sobre as condições de vida das populações beneficiadas;
- Contribuir para a complementação de políticas de desenvolvimento regional e social de áreas de baixa renda, através de ações de apoio a tais políticas;
- Atuar na modernização da implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais; Viabilizar a ampliação de parcerias institucionais e do espectro de atuação do BNDES na política social brasileira.

Ser:

- Pessoa jurídica de direito público interno e entidades sem fins lucrativos, públicas ou privadas que apresentem operações que possam ser enquadradas nos projetos elegíveis de apoio;
- Pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, exclusivamente nos projetos elegíveis de apoio previstos nos itens "d", "e" e "j", abaixo apresentados.

Projetos elegíveis para apoio:

- a. formatação e consolidação do atendimento à população em áreas de baixa renda, sob a forma de Redes de Serviços e de Atenção Social;
- b. convergência com Programas Federais prioritários destinados a setores sociais

básicos e áreas com baixo nível de desenvolvimento relativo e regiões de extrema pobreza;

c. modernização de gestão e de desenvolvimento institucional, através de ações consorciadas entre pequenos municípios, destinada ao apoio à formação de redes visando à prestação de serviços de uso comum;

d. desenvolvimento institucional orientado, direta ou indiretamente, para os agentes repassadores do Programa de Microcrédito - PMC;

e. fortalecimento de aglomerações produtivas, mediante financiamento de equipamentos coletivos;

f. implantação de equipamentos urbanos de setores sociais básicos, em áreas de baixa renda, complementarmente a projetos integrados urbanos apoiados pelo BNDES;

g. estruturação de economias locais e regionais em pólos turísticos, para geração de trabalho e renda, em torno de atividades de preservação e exploração de patrimônio histórico-cultural;

h. preservação de patrimônio científico e tecnológico, bem como valorização de patrimônio histórico industrial e de transportes, quando vinculados à implementação ou modernização de museus técnicos e de ciências;

i. desenvolvimento, difusão e reaplicação de tecnologias sociais aprimradoras de políticas públicas; e

j. melhoria da gestão de empresas autogestionárias, apoiadas pelo BNDES.

Avaliação do financiamento:

São exigidas contrapartidas financeiras e não-financeiras de acordo com o tipo de projeto elegível para apoio.

Outras atividades:

Apoio a Projetos de Catadores de Materiais Recicláveis

Observações:

Admitindo-se que uma parcela do recurso possa ser aplicado em capacitação de pessoal e despesas pré-operacionais.

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

Brasil

6. Bolsa de Valores Sociais & Ambientais - BVS&A

Endereço:

Rua XV de Novembro, 275

São Paulo – SP

CEP: 01013-001

Telefone: (11) 3233-2000

Fax: (11) 3242-3550

www.bovespasocial.com.br

Ano de fundação: 2003

Missão:

A Bolsa de Valores Sociais e Ambientais (BVS&A) é uma iniciativa lançada pela BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo - para impulsionar projetos realizados por ONGs brasileiras, visando acima de tudo promover melhorias nas perspectivas sociais e ambientais do país.

Áreas de atuação:

Educação; Cultura, arte e recreação; Meio ambiente; Geração de trabalho e renda.

Público beneficiado:

Crianças na faixa de 7 a 12 anos, adolescentes e jovens (18 a 25 anos) de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social; Organização sem fins lucrativos.

Principais fontes de recursos:

Captação de recursos através do site da BVS&A

Programas de financiamento:

BVS&A

Critérios para apoio:

- Organizações Sociais e Educacionais da Sociedade Civil, de caráter público, não-governamental e sem fins lucrativos, que desenvolvam Programas ou Projetos de Educação Complementar para crianças na faixa de 7 a 12 anos, adolescentes e jovens (18 a 25 anos) de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social em uma ou mais áreas temáticas indicadas.

- As organizações sociais deverão ser brasileiras, constituídas legal ou juridicamente há pelo menos 3 anos, que desenvolvam suas ações e sejam sediadas em território nacional;

- As organizações sociais deverão já ter em execução projetos de caráter social e educativo diretos com crianças, adolescentes e jovens.

São privilegiadas organizações sociais que não sejam:

- Organizações Governamentais;
- Fundações ou Associações mantidas exclusivamente com recursos públicos ou administradas por agentes governamentais;
- Instituições que ofereçam ensino fundamental regular;
- Organizações mantidas exclusivamente por apenas uma empresa, grupo ou fundação empresarial privada;

Empresas ou fundações empresariais; Organizações do Sistema S (Senai, Senac, Sesi, Sesc, Sebrae, Senar).

Avaliação do financiamento:

As organizações financiadas comprometem-se em fornecer, trimestralmente, relatórios de acompanhamento da evolução de seus projetos.

Outras atividades:

Observações:

Fonte de informações: site da organização.

Regiões de atuação:

Brasil

7. Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS

Endereço:

Rua Olimpíadas, 205 – Vila Olímpia
São Paulo – SP
CEP: 04551-000
Telefone: (11) 3177-5000
Fax: (11) 3177-5359
www.comgas.com.br

Ano de fundação: 1872

Missão:

Atuar com obstinação pela segurança, respeito ao meio ambiente e integração com as comunidades onde a companhia atua.

Áreas de atuação:

Educação; Cultura, arte e recreação; Meio ambiente

Público beneficiado:

Crianças, adolescentes e jovens.

Principais fontes de recursos:

Recursos da própria empresa

Programas de financiamento:

Financia projetos através de patrocínios. No momento, não estão abertos à prospecção e análise de projetos.

Critérios para apoio:

Os projetos passíveis de análise são aqueles 100% incentivados e que possuam algum dos três focos a seguir:

- Educação (infância e adolescência);
- Meio ambiente (gás natural);
- História de São Paulo (valorização de sua cultura e municípios da área de concessão da Comgás).

Avaliação do financiamento:

Outras atividades:

Programa Aprendiz Comgás (PAC)

O Centro é uma sala de aula

Educação Ambiental

Voluntariado

Observações:

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

São Paulo

8. Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE

Endereço:

Rua da Graça, 164, Graça

Salvador – BA

CEP: 40150-055

Telefone: (71) 2104-5457

Fax: (71) 2104-5456

E-mail: cese@cese.org.br

www.cese.org.br

Caixa Postal : 041 – Salvador – Bahia – BR

CEP: 40015-970

Ano de fundação: 1973

Missão:

Fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça.

Áreas de atuação:

Educação; Cultura, arte e recreação; Meio ambiente; Direitos humanos; Saúde; Tecnologia social; Geração de trabalho e renda; Outros.

Público beneficiado:

Organizações da sociedade civil; População em geral.

Principais fontes de recursos:

Agências ecumênicas de cooperação internacional da Europa e América do Norte. Por ser filantrópica, toda a parte que seria destinada ao governo é revertida para o apoio do PPP.

Programas de financiamento:

Programa Pequenos Projetos (PPP)

- Ação para Crianças

Programa de Apoio Estratégico (PAE)

Critérios para apoio:

Prioriza projetos que:

1. Preparem a população para o exercício do seu direito de participação democrática nos diversos níveis de decisão da sociedade, possibilitando-lhe intervir na formulação e fiscalização das políticas públicas.
2. Exerçam uma função educativa, incentivando as comunidades envolvidas a tomarem consciência da realidade social, tanto local como geral, e de como essa realidade pode ser transformada.
3. Fortaleçam a organização comunitária e afirmem sua autonomia e protagonismo, evitando a criação de relações de dependência e contribuindo para a superação das que já existam.
4. Visem proveito comunitário, garantindo ampla participação da comunidade nas decisões sobre o projeto e evitando a utilização do projeto para promoção pessoal ou para qualquer tipo de proselitismo.
5. Tenham um potencial multiplicador, seja estimulando outros grupos a tomarem iniciativas similares, seja provocando a adoção da experiência por entidades governamentais.
6. Incentivem a articulação entre grupos com preocupações similares, contribuindo para o desenvolvimento de movimentos sociais transformadores, como elementos essenciais da sociedade civil.

Recebem apoio da CESE movimentos sociais populares, associações, sindicatos, grupos de base, cooperativas, fóruns e articulações, organizações não-governamentais de apoio e assessoria ao movimento popular, pastorais sociais e diaconias das igrejas.

Entre o público prioritário atendido pela CESE, estão:

- no âmbito rural: sem-terras, pequenos produtores, agricultores familiares, extrativistas (seringueiros, quebradeiras de coco, pescadores artesanais etc), assalariados agrícolas; no âmbito urbano: moradores de rua sem teto, moradores de periferia, pessoas com deficiência, recicladores, trabalhadores do setor informal, trabalhadores da economia solidária, desempregados;
- em relação à etnia: povos indígenas, quilombolas, população negra urbana;
- em relação à faixa etária: jovens, crianças.

Não apóia: Empresas e fundações a elas ligadas, fundações e órgãos públicos, universidades e pessoas físicas.

Avaliação do financiamento:

São realizadas três avaliações de programa em cada período de planejamento. Isto é, avaliam o PPP com base numa amostra de projetos (cerca de 5% do total de apoiados) nos seguintes recortes:

- Avaliação de Efetividade em Fortalecimento Institucional;
- Avaliação de Efetividade dos efeitos externos (a avaliação incide sobre o público beneficiário da ação do grupo apoiado);

- Estudo de Impacto (isto é, analisa até que ponto o apoio da CESE colaborou para modificações mais estratégicas verificadas numa região, sobre um movimento etc.

De qualquer forma, cada projeto apoiado deve prestar contas em relatório analítico e financeiros específicos. Com base nesses relatórios, com questões que interessa a CESE saber de cada projeto, alimentam a avaliação sobre cada projeto apoiado. A CESE considera as avaliações de efetividade importantes porque, por elas, tem mais elementos de avaliação de programa.

Outras atividades:

Diálogo e articulação

Campanha Primavera para a Vida

Observações:

Não consideram propostas que tenham itens orçamentários relacionados à manutenção institucional, como por exemplo: pagamento de salários, despesas de manutenção mensal do escritório; despesas de infra-estrutura e aquisição ou reforma/manutenção de veículos.

Fonte de informações: site da organização; contato telefônico; contato por e-mail.

Região de atuação:

Brasil, com prioridade para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

9. Fundação Abrinq

Endereço:

Av. Santo Amaro, 1386 – Vila Nova conceição

São Paulo – SP

CEP: 04506-001

Telefone: (11) 3848-8799

www.fundacaoabrinq.org.br

Ano de fundação: 1990

Missão:

Promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes.

Áreas de atuação:

Educação; Geração de trabalho e renda; Inclusão digital; Saúde; Cultura, arte e recreação; Assistência social.

Público beneficiado:

Crianças e adolescentes.

Principais fontes de recursos:

Pessoas físicas e jurídicas

Programas de financiamento:

Programa Nossas Crianças.

Critérios para apoio:

- Critérios para seleção (eliminatórias), os projetos que: 1. Ofereçam atendimento gratuito com um mínimo de quatro horas diárias de atividades a crianças ou adolescentes (0 a 17 anos e 11 meses); 2. Ofereçam atendimento para crianças e adolescentes em: situação de rua, abrigo temporário, medidas socioeducativas em meio aberto, erradicação do trabalho infantil, educação infantil (veja quais são as exigências para cada atendimento e envio de projetos específicos para municípios); 3. Realizem os atendimentos em conformidade com o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente com: - concepção de infância – Artigos 3,5,7,13,15,16,17 e 18 - política de atendimento e regularização de registros – Artigos 86, 90, 91, 92 e 93. - medidas socioeducativas em meio aberto – Artigos 117, 118 e 119. 4. Possua cronograma físico e financeiro compatível àquele estabelecido pelo Programa Nossas Crianças; 5. Apresentem contrapartida financeira no orçamento do projeto; 6. Apresentem proposta de sustentabilidade do projeto após os 24 meses de financiamento do Programa Nossas Crianças; 7. Apresentem público e modalidades de atendimento em acordo com o estipulado pelo Programa Nossas Crianças; 8. Ofereçam atendimento e acompanhamento sistemático as famílias do público atendido e à comunidade; 9. Proporcionem horários regulares, dentro da rotina do projeto, para reuniões das equipes técnica.
- Critérios de Análise e Aprovação, são analisados os seguintes aspectos dos projetos: Coerência entre o diagnóstico e a proposta; Ações que permitam o seu enraizamento na comunidade; Aspectos inovadores nas metodologias desenvolvidas, levando-se em consideração o contexto local; Metodologia de monitoramento e avaliação; Coerência entre o conteúdo, a metodologia e o desenvolvimento da proposta pedagógica; Aspectos que possibilitem a ampliação do universo cultural das crianças e dos adolescentes; Consonância com os referenciais nacionais pertinentes à área temática; - Equipe técnica com experiência e participante de processo de formação no decorrer do desenvolvimento do projeto.
- Também avalia aspectos da gestão das organizações sociais: Compatibilidade da missão e valores institucionais com os da Fundação Abrinq; Garantia do mesmo padrão de atendimento para todas as crianças ou adolescentes; Demonstração da participação ativa da diretoria (ou órgão equivalente) no dia-a-dia do projeto; Participação da comunidade na instituição; Participação de representantes em fóruns, conselhos municipais, movimentos comunitários, etc; Integração em redes de apoio e/ou serviços.

Avaliação do financiamento:

Os técnicos do programa realizam acompanhamento periódico, visitas técnicas às organizações conveniadas e animação da Rede Nossas Crianças.

Outras atividades:

Programa A Primeira Infância Vem Primeiro;
Programa Prêmio Criança;
Programa Empresa Amiga da Criança;
Projeto Mudando a História;
Programa Prefeito Amigo da Criança;
Programa Adotei um Sorriso;
Projeto Empreendedorismo Juvenil e Microcrédito;
Programa Biblioteca Viva;
Programa Presidente Amigo da Criança;
Projeto Orçamento Criança;
Projeto Virada de Futuro;
Programa Petrobrás Jovem Aprendiz;
Programa de Educação Infantil.

Observações:

Os projetos são financiados, na forma de convênio, por um período de até dois anos.
Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

Brasil

10. Fundação Arcellor Mittal Brasil – Fundação BelgoMineiraEndereço:

Av. dos Andradas, 1093 – Santa Efigênia
Belo Horizonte – MG
CEP: 30120-010
Telefone: (31) 3048-6262
www.fundacaoarcelormittal.org.br
www.fundacaobelgomineira.org.br

Ano de fundação: 1999

Missão:

O principal foco de atuação da Fundação ArcelorMittal Brasil é o investimento na formação de crianças e jovens, promovendo a educação e a cultura para proporcionar o exercício da cidadania e estimular a inserção do indivíduo numa vida social produtiva.

Áreas de atuação:

Educação; Desenvolvimento social; Meio ambiente; Saúde; Cultura, arte e recreação.

Público beneficiado:

Crianças e jovens

Principais fontes de recursos:

Recebe aporte financeiro da Arcelor Mittal sob o regime de dotação anual, também investe em parcerias que possibilitam a realização de programas e projetos inscritos nas leis de incentivo fiscal.

Financia projetos de terceiros na área de cultura, contando com recursos de incentivos fiscais das empresas do Grupo Belgo-Arcelor Brasil, aplicados através das leis Municipal, Estadual e Federal de Incentivo à Cultura. Assim como recursos de incentivos das empresas, empregados, clientes e fornecedores do Grupo Belgo-Arcelor Brasil aplicados através da lei federal para o Fundo da Infância e da Adolescência – FIA.

Programas de financiamento:

Programa ArcelorMittal Cultural

Critérios para apoio:

Os projetos que recebem patrocínio da organização são selecionados de acordo com critérios previstos na Política de Investimento Cultural adotada pela Fundação ArcelorMittal Brasil. A política contém um conjunto de diretrizes para orientar esta seleção, priorizando projetos que promovam a formação de públicos, artistas e gestores culturais, a identidade e a diversidade das produções. Os princípios que orientam este trabalho estão expressos nos valores da ArcelorMittal de sustentabilidade, qualidade e liderança, no compromisso com o desenvolvimento sustentável das comunidades no estímulo a formação da cidadania hoje e no futuro.

Avaliação do financiamento:Outras atividades:

Programa de voluntariado
Cidadania digital
Empreendedorismo juvenil
Programa de educação afetivo sexual
Programa ensino de qualidade
Ouvir bem para aprender melhor
Sempre sorrindo
Ver é viver
ArcelorMittal Cultural
Programa Cidadãos do Amanhã

Observações:

A Fundação Belgo-mineira foi incorporada pela Fundação Arcelor Mittal Brasil.

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Bahia

11. Fundação CSN

Endereço:

R. 104, 150
Volta Redonda – RJ
CEP 27255-140
Telefone: (24) 3348-2116
Fax: (21) 3348-1573

Ano de fundação: 1961

Missão:

Ser o elo social da CSN em âmbito nacional e especialmente nas comunidades onde se insere, atuando nas áreas de educação para o trabalho, por meio de educação profissional, educação ambiental e educação para o desenvolvimento comunitário, visando à formação da cidadania.

Áreas de atuação:

Desenvolvimento social; Assistência social; Meio ambiente; Educação; Cultura, arte e recreação; Saúde.

Público beneficiado:

Crianças e jovens

Principais fontes de recursos:

Recursos provenientes da empresa mantenedora, a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN.

Programas de financiamento:

Critérios para apoio:

Os projetos devem estar relacionados às seguintes áreas de atuação:

- Educação para o Desenvolvimento Comunitário: terão preferência projetos educacionais que viabilizem a educação voltada para o atendimento a crianças e jovens em situação de risco e projetos voltados para a capacitação de crianças e jovens que necessitem educação especial, visando prioritariamente, à capacitação profissional;
- Educação Para o Meio Ambiente: terão preferência projetos de educação ambiental que atendam crianças e jovens do ensino público ou em situação de risco; e relacionados ao ecossistema da região abrangida pelo projeto, ou com a educação profissional correlata com a área ambiental abrangida pelo

mesmo.

- Geração de Renda: Terão preferência projetos comunitários para geração de renda, voltados para a vocação econômica da região atendida, e destinados a jovens em situação de risco, e a pessoas desempregadas ou idosas, desde que a população inscrita seja residente no local há mais de dois anos.

A instituição proponente deverá:

- ser entidade privada, reconhecida como de utilidade pública e sem fins lucrativos.
- comprovar capacidade de sustentabilidade e de obtenção de fontes diversificadas de financiamento do projeto, na continuidade dele.

Os projetos propostos não podem estar vinculados a movimentos políticos, inclusive partidários.

Os projetos deverão ser oriundos preferencialmente de áreas geográficas de atuação da CSN: Região Sul Fluminense (RJ), Região de Congonhas (MG), Região de Arcos (MG), Região de Itaguaí (RJ) e Região de Araucária (PR).

Avaliação do financiamento:

Outras atividades:

Observações:

Fonte de informações: site do GIFE.

Região de atuação:

Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

12. Fundação Itaú Social

Endereço:

São Paulo - SP

www.fundacaoitausocial.org.br

Ano de fundação: 2000

Missão:

A Fundação Itaú Social atua em duas vertentes na área educacional: melhoria da qualidade da educação pública e fomento às ações complementares à escola, para assegurar o ingresso, o regresso, a permanência e o sucesso de crianças e jovens matriculados na escola pública. Na área da saúde, o objetivo é modernizar as práticas administrativas e gerenciais, com vistas à capacitação e ao aperfeiçoamento dos serviços de saúde.

Áreas de atuação:

Educação; Saúde.

Público beneficiado:

Adolescentes e jovens, crianças, organizações da sociedade civil, professores.

Principais fontes de recursos:

São provenientes do superávit financeiro anual, proporcionado pela aplicação do Fundo Patrimonial da Fundação.

Programas de financiamento:Critérios para apoio:

- Serem organizações da sociedade civil, reconhecidas como de utilidade pública federal ou OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público);
- Não sendo contempladas solicitações que envolvem despesas de custeio ou manutenção de atividades.
- Condicionado a análise de equipe técnica, de acordo com critérios que consideram o enquadramento no foco de atuação, no alinhamento aos valores e princípios da Fundação, a abrangência e sustentabilidade do projeto e a disponibilidade de recursos.
- Após parecer técnico, os projetos enquadrados nas diretrizes são objeto de análise pelo Comitê de Programas e Patrocínios, que se reúne mensalmente e que define os projetos a serem apoiados e o valor a ser destinado.

Avaliação do financiamento:

Controle interno de projetos, sistema interno em construção.

Outras atividades:

Programa Raízes e Asas
Programa Melhoria da Educação no Município
Programa Escrevendo o Futuro
Programa Educação e Participação
Programa Jovens Urbanos
Programa Saúde e Cidadania
Programa Itaú Voluntário

Observações:

Fonte de informações: site da organização; contato telefônico; contato por e-mail.

Região de atuação:

Brasil

13. Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho - FMSS

Endereço:

Av. Erico Verissimo, 400 - 3º andar
Porto Alegre - RS
CEP 90160-180
Fone: (51) 3218 6474
Fax: (51) 3218 6488
www.portalsocial.org.br

Ano de fundação: 1987

Missão:

Facilitar processos de mobilização e cooperação para ações que visem à garantia dos direitos sociais básicos da população.

Áreas de atuação:

Educação; Saúde; Direitos humanos; Geração de trabalho e renda; Assistência social; Meio ambiente; Cultura, arte e recreação; Inclusão digital; Desenvolvimento social.

Público beneficiado:

Crianças; adolescentes; mulheres; portadores de deficiência física/mental; comunidade/população em geral; negros; trabalhador urbano e/ ou pequeno empreendedor; trabalhador rural e/ou pequeno agricultor; outro(s), populações indígenas, pescadores, artesanais e extrativas.

Principais fontes de recursos:

Tem como mantenedora a Rede Brasil Sul (RBS), além de captar recursos através portal social, de seus acionistas e de parceiros colaboradores.

Programas de financiamento:

- Portal Social: uma ferramenta que dá visibilidade na Internet a iniciativas de interesse público, oferecendo a possibilidade dos internautas fazerem doações on-line e, ao mesmo tempo, manterem-se informados sobre os resultados do seu investimento social.
- Funcriança;
- Programa Arte e Cidadania
- Concurso de Projetos

Critérios para apoio:

Podem se candidatar a uma vaga no Portal Social apenas instituições privadas sem fins lucrativos ou associações de caráter comunitário também sem fins lucrativos, que atuem no campo da assistência social e do interesse público nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Uma vez definido o catálogo de iniciativas nos dois Estados, são realizadas visitas técnicas em cada uma das instituições, para checagem final de dados e posterior

assinatura de convênio com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS). Este documento registra os compromissos de ambas as partes no que diz respeito à aplicação futura dos recursos que venham a ser doados pelos internautas.

Observação:

Para ser aprovado num dos programas de cooperação técnica da FMSS, seja no Portal Social ou outro programa, a instituição precisa apresentar um projeto e alguns critérios serão avaliados pelo Comitê de Avaliação:

- Mérito e relevância;
- Inovação;
- Viabilidade técnica;
- Experiência e idoneidade;
- Capacidade de estabelecer parcerias;
- Mobilização da comunidade.

Avaliação do financiamento:

A FMSS sempre priorizou o processo de avaliação, porém ainda não possui uma tecnologia para avaliação de impacto (revisitar o projeto depois de um ano de funcionamento para ver como está), mas acompanha toda a execução e a finalização.

Como formas de acompanhamento utiliza:

- Relatórios bimestrais enviados pelas instituições com fotos;
- Visitas técnicas realizadas por técnicos e consultores da FMSS;
- Seminários de capacitação;
- Avaliação final (reunião geral);
- Relatório final.

Observações:

Em relação ao financiamento de projetos, nos anos de 2004 e 2005 não ocorreram financiamentos devido a mudança nos programas de financiamento, em dezembro de 2005 foi implementado o Portal Social.

Fonte de informações: site da organização; contato telefônico; por e-mail.

Região de atuação:

Os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

14. Fundação Otacílio Coser

Endereço:

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675, 6º andar
Vitória - ES
CEP: 29056-900
Telefone: (27) 3335.6217
Fax: (27)3335.6213
www.foco.org.br

Ano de fundação: 1999

Missão:

Promover a educação das novas gerações para o desenvolvimento sustentável.

Áreas de atuação:

Educação; Desenvolvimento social.

Público beneficiado

Crianças; jovens; adultos.

Principais fontes de recursos:

As empresas do Grupo Coimex.

Programas de financiamento:

Programa de Educação Voluntária – PEV;

Verde Vida;

Educação e Ambiente.

Crítérios para apoio:

Estar no entorno das empresas do grupo Coimex.

Avaliação do financiamento:

- Sistema de acompanhamento com modelo próprio.
- Relatórios periódicos, reuniões mensais e coordenações.

Observações:

Fonte de informações: site da organização; contato telefônico; por e-mail.

Região de atuação:

Os estados do Espírito Santo e São Paulo.

15. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza

Endereço:

Rua Gonçalves Dias, 225

Batel – Curitiba – PR

CEP: 80240-340

Telefone: (41) 3340-2636

Fax: (41) 3340-2635

www.fbpn.org.br

Ano de fundação: 1990

Missão:

Promover e realizar ações de conservação da natureza.

Área de atuação:

Meio ambiente

Público beneficiado:

Outras organizações

Principais fontes de recursos:

Da empresa mantenedora, a O Boticário; de doações voluntárias dos franqueados da rede Boticário; da Rede AVISTAR; e de outros doadores particulares voluntários. Além da parceria com a Fundação Interamericana.

Programas de financiamento:

Programa de Incentivo à Conservação da Natureza (PICN)

Critérios para apoio:

Os editais de apoio a projetos da Fundação O Boticário são destinados somente a pessoas jurídicas sem fins lucrativos, como organizações não-governamentais ou Fundações.

Não serão aceitas inscrições de propostas de pessoas físicas ou de organizações com fins lucrativos.

Serão consideradas ainda inelegíveis propostas que se enquadrem em uma das situações abaixo: 1) Possuir em sua equipe executora um responsável técnico de projeto em andamento, apoiado pela Fundação O Boticário, não finalizado, cujo orçamento realizado tenha sido, até o momento de inscrição da nova proposta, inferior a 50% dos recursos aprovados no caso de projetos de 12 meses e inferior a 75% dos recursos no caso de projetos de 24 meses. 2) Possuir em sua equipe executora um responsável técnico de projeto em andamento, que tendo expirado o prazo de contrato de patrocínio da Fundação O Boticário, ainda permaneça com pendências contratuais, sejam de ordem administrativa, técnica ou financeira. 3) Instituições com pendências financeiras após o prazo de término de contratos sob sua responsabilidade. 4) Responsáveis técnicos e/ou instituições com histórico de reincidentes atrasos sem prévia autorização ou justificativas aceitáveis no envio de relatórios técnico-financeiros. 5) Instituições com histórico de reincidência no envio de comprovantes de despesas sem a devida comprovação de recolhimento fiscal, seja para pagamento de pessoal ou aquisição de suprimentos e equipamentos.

Avaliação do financiamento:

Relatórios semestrais técnicos e financeiros.

Outras atividades:

Programa de Formação em Conservação da Biodiversidade

Programa de Áreas Naturais Protegidas

Observações:

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:
Brasil

16. Fundação Vale

Endereço:

Av. Graça Aranha, 26 – 3º andar
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20030-900
Telefone: (21) 3814.4944
Fax: (21) 2262.0255
www.vale.com

Ano de fundação: 1968

Missão:

Contribuir para o desenvolvimento integrado – econômico, ambiental e social – dos territórios onde a Vale atua, fortalecendo o capital social das comunidades e respeitando as identidades culturais locais.

Áreas de atuação:

Educação; Cultura, arte e recreação.

Público beneficiado:

Comunidade onde a empresa mantenedora esta inserida.

Principais fontes de recursos:

Recursos da própria empresa mantenedora, a Vale.

Critérios para apoio:

Práticas inovadoras reaplicáveis e de eficácia comprovada, que promovam o fomento de alianças, o fortalecimento das comunidades, a valorização da cultura local e a promoção da escala e do impacto social no desenvolvimento das comunidades.

Avaliação do financiamento:

Cada ação construída em parceira passa por acompanhamento e avaliação sistemática de instituições especializadas, a fim de que seja aperfeiçoada e alcance o melhor resultado possível.

Outras atividades:

Projeto Novas Alianças;
Programa Escola que Vale;
Programa Trem da Vale;
Programa Vale Juventude;

Programa Educação nos Trilhos;
Programa Trem da Cidadania;
Programa Vale Alfabetizar;
Programa Animação;
Programa Cinema nos Trilhos;
Programa Museu Vale;
Programa Vale Música;
Programa Cultura em Rede;
Programa Rede que Vale;
Programa Vale Mais;
Programa Voluntários Vale.

Observações:

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

Os estados do Pará, Maranhão, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Góias e Mato Grosso do Sul

17. Fundo Brasileiro para Biodiversidade Brasileira – FUNBIO

Endereço:

Largo do Ibam, 01 – 6º andar
Humaitá – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22271-070
Telefone: (21) 2123-5300
www.funbio.org.br

Ano de fundação: 1995

Missão:

Sua missão é viabilizar iniciativas estratégicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade que envolvam uma visão de futuro.

Área de atuação:

Meio ambiente

Público beneficiado

Outras organizações

Principais fontes de recursos:

Instituições parceiras, Banco Mundial-GEF, Fundos de parceria, Fundação Ford, MPE, ALCOA, ECOGLOBAL, e outros

Programas de financiamento:

Programa Arpa (Áreas Protegidas da Amazônia)

Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade – Picus

Programa de Apoio à Produção Sustentável

Fundos de Parceria

Fauna Brasil

Programa de Apoio à Produção Sustentável – PAPS

Critérios para apoio:

Através de editais. Os editais definem prazos, áreas temáticas prioritárias, valores, entidades elegíveis, critérios de seleção e outras informações relevantes.

Os projetos financiados estão vinculados aos programas e suas respectivas áreas de atuação.

Avaliação do financiamento:

- Monitoramento e avaliação;
- Por meio de comissões técnicas:
 - Áreas Protegidas: Acompanha a implementação e desenvolvimento do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e orienta a formulação de estratégias para o Programa.
 - Fauna: Acompanha a execução dos projetos de conservação da fauna silvestre e recursos pesqueiros.

Outras atividades:

Melhores Práticas para o Ecoturismo – MPE

Biocomércio

Observações:

Os projetos têm prazo de execução superior a um ano.

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

Brasil

18. Fundo Cristão para Crianças – CCF-BrasilEndereço:

Rua Curitiba, 689 - 5º andar - Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30170-120 – Telefone: (31) 3279-7400 – Fax: (31) 3279-7416

0800 9700110

www.fundocristao.org.br

Ano de fundação: 1966

Missão:

Assegurar o bem-estar das crianças, suas famílias e comunidades, por meio do apadrinhamento e de programas comunitários centralizados na família.

Áreas de atuação:

Educação; Desenvolvimento social; Saúde; Meio ambiente.

Público beneficiado:

Crianças, adolescentes e famílias em situação de risco social.

Principais fontes de recursos:

A principal fonte de recursos é o sistema de apadrinhamento onde uma pessoa física ou jurídica apadrinha uma das crianças inscritas no sistema e assume o pagamento mensal de R\$ 37,00. São captados recursos de padrinhos estrangeiros e brasileiros. Outras fontes de mobilização são a captação corporativa para projetos específicos e doações diversas.

Programas de financiamento:

Convênios com entidades sem fins lucrativos em todo o Brasil, seja em regiões rurais do semi-árido brasileiro ou em aglomerados urbanos.

Critérios para apoio:

Ser organização social do terceiro setor, que realiza trabalho social, com crianças e famílias, que tenha a participação dos pais das crianças na diretoria da entidade. Os pais das crianças são os responsáveis pela administração da entidade. Estar localizada na área de atuação do Fundo Cristão para Crianças ou área de interesse de expansão. Normalmente nas áreas de acordo com o mapa da pobreza do Brasil. Ser uma Organização que esteja sintonia com a missão do Fundo Cristão para Crianças. Ter o foco em desenvolvimento comunitário e não apenas em serviços. Já estar trabalhando com o sistema de apadrinhamento ou que tenha interesse em ingressar neste modelo. Cumprir as exigências expressas na carta acordo que firma convênio com o Fundo Cristão para Crianças.

Avaliação do financiamento:

São feitas avaliações de impacto, com visitas in loco dos assessores de programas do FCC. São realizadas auditorias externas em todas as entidades conveniadas. As entidades trabalham com ferramentas gerenciais do PMT (Ferramenta de Gerenciamento de Projeto) com os componentes, AIMES (Monitoramento dos programas sociais), SSIMS (Monitoramento do relacionamento criança padrinho) e FIT (Sistema de controle financeiro). Estas ferramentas são disponibilizadas pelo FCC para as entidades conveniadas.

Outras atividades:

Programa Educando para a Vida

Programa Saúde Comunitária

Programa Água para a Vida

Programa Geração de Trabalho e Renda

Casinha de Cultura

Brinquedoteca
Animador Comunitário

Observações:

As organizações conveniadas não recebem apenas recursos. Elas compartilham uma filosofia e uma forma de atuação ao cumprirem planejamentos previamente definidos, ao receberem permanente orientação e suporte e ao adotarem metodologias já testadas com sucesso. Por outro lado, podem contar ou não com outras fontes de recursos para complementar as suas necessidades.

Fonte de informações: site da organização; por e-mail.

Região de atuação:

Brasil

19. IBM-Brasil

Endereço:

Rua Tutóia, 1157
CEP: 04007-900 - São Paulo – SP
Telefone: 0800 7014 262
www.ibm.com/br

Ano de fundação: 1917

Missão:

A IBM entende que a Responsabilidade Social Corporativa contempla compromissos com toda a cadeia produtiva da empresa, ou seja canais de distribuição, funcionários e fornecedores, bem como as comunidades, ambiente e sociedade como um todo. Por conta disso, além dos projetos desenvolvidos para a comunidade, a empresa realiza ações sociais junto aos fornecedores, busca a melhoria da qualidade de vida e a satisfação dos funcionários e desenvolve projetos relacionados à redução de resíduos e promove o consumo consciente.

Áreas de atuação:

Educação; Cultura, arte e recreação; Saúde.

Público beneficiado:

População em geral

Principais fontes de recursos:

Recursos da própria empresa.

Programas de financiamento:

Critérios para apoio:

Para a realização dos programas, a IBM busca parcerias com instituições idôneas e reconhecidas publicamente, e avalia vários aspectos do projeto como - estruturação, desempenho, recursos investidos, auto-sustentabilidade e resultados esperados com seus indicadores - antes de sua aprovação final.

Outra forma de apoio a projetos é feita através da análise de solicitações de doações, projetos e patrocínios para Lei Rouanet.

Avaliação do financiamento:

A avaliação dos resultados obtidos pelas organizações que recebem os recursos é feita através de relatórios e pesquisas mensais que identificam se as estratégias escolhidas estão adequadas, se o cronograma de trabalho está sendo cumprido e se as metas estão sendo atingidas.

Outras atividades:

Reciclusa “Novos usos para antigos materiais”

KidSmart

TryScience

World Community Grid

On Demand Community

Home Page Reader (HPR) e Accessibility Works

Observações:

Os projetos de responsabilidade social desenvolvidos e apoiados pela IBM são executados pelo Departamento de Responsabilidade Social e aprovados por um Comitê de Responsabilidade Social, liderado pelo próprio presidente da empresa, Rogério Oliveira, e composto por diretores de diversos setores.

Fonte de informações: site da organização; por e-mail.

Região de atuação:

Brasil

20. Instituto 3M de Inovação Social (3M do Brasil)Endereço:

Rodovia Anhanguera, km 110

Nova Veneza – Sumaré – SP

CEP: 13181-900

<http://www.3m.com/intl/br/instituto3m/>

Ano de fundação: 2006

Missão:

Descobrir e aplicar inovações sociais que promovam o desenvolvimento social das comunidades onde a 3M do Brasil atua, gerando conhecimento por meio da

formação de redes de relacionamento entre estudantes, jornalistas e funcionários 3M.

Áreas de atuação:

Tecnologia social; Educação; Saúde.

Público beneficiado:

Estudantes de nível médio, técnico e superior, jornalistas e funcionários 3M.

Principais fontes de recursos:

Recursos da empresa mantenedora, 3M do Brasil.

Programas de financiamento:

Programa de Responsabilidade Social do Instituto 3M

Critérios para apoio:

- Priorizam solicitações provenientes: de regiões e cidades onde estão instaladas as fábricas da 3M do Brasil (Sumaré, Ribeirão Preto e Itapetininga), de regiões de interesse do Instituto 3M como foco de desenvolvimento social, de regiões que já possuem vínculos sociais com o Instituto 3M e de outras a critério dos planejamentos estabelecidos pela Diretoria do Instituto 3M, garantindo a continuidade de projetos e a maximização do benefício social estipulado como forma de metas e objetivos dos projetos.
- A organização deve ter posse de registros, como no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), sendo reconhecidas como instituições de utilidade pública, sem fins lucrativos e não-governamentais, ou que possuam registro semelhante que formalize sua situação social junto à sociedade.
- Deverão estar em acordo com o planejamento anual dos projetos do Instituto 3M de Inovação Social.
- O foco dos projetos deverá estar alinhado à área de interesse e de atuação social do Instituto 3M: educação, tecnologia social e saúde.
- Não serão aceitas solicitações que contemplem os seguintes objetivos: - Políticos; - De interesse pessoal; - Religiosos; - E outras, cujo benefício não se caracterize como ações contínuas e de efetivo resultado.
- Não serão contempladas pessoas físicas ou iniciativas individuais.

Avaliação do financiamento:

Os beneficiários são responsáveis pela documentação e prestação de contas do valor recebido, bem como pelo relatório de benefícios tangíveis ou intangíveis, dentro do prazo de 1 mês.

A avaliação dos projetos é realizada através de ferramentas de indicadores de eficácia.

Outras atividades:

Programa 3M Preserve o Meio Por Inteiro

Programa de Voluntários 3M

Prêmio Instituto 3M de Jornalismo 2007

Prêmio Instituto 3M de Estudantes Universitários

Observações:

Começou a financiar projetos em 2006.

Fonte de informações: site da organização; por e-mail.

Região de atuação:

São Paulo

21. Instituto AvonEndereço:

Av. Interlagos – Prédio Administrativo – 2º andar

São Paulo – SP

CEP: 04660-907

0800 708 2866

www.institutoavon.org.br

Ano de fundação: 2003

Missão:

Promover a saúde e o bem estar da mulher, por meio da mobilização da sociedade.

Área de atuação:

Saúde

Público beneficiado:

Mulheres

Principais fontes de recursos:

Os recursos são arrecadados a partir de 7% do valor da venda de alguns produtos Avon. Os produtos que apóiam a causa são sempre alternados entre cremes, batons, perfumes etc. para que o consumidor possa contribuir constantemente.

Programas de financiamento:

Campanha Um Beijo pela Vida

Critérios para apoio:

- Podem candidatar-se Organizações da Sociedade Civil e Universidades Públicas ou filantrópicas que disponham de recursos humanos e/ou físicos e tecnológicos para o diagnóstico precoce e/ou tratamento do câncer de mama e que atendam em parceria com o Setor Público em áreas geográficas definidas, tais como: área geográfica de Unidades de Programa Saúde da Família (PSF), de Unidades Básicas de Saúde, de Ambulatórios de Referência, de Hospitais e outros.
- A organização deverá ter, no mínimo, três anos de existência e experiência

- prévia em projetos comunitários no Brasil.
- O projeto deve ser focado na detecção precoce do câncer de mama;
 - O orçamento anual da organização deverá ser, no mínimo, duas vezes superior ao solicitado ao Instituto Avon.
 - Os recursos da campanha Um Beijo pela Vida serão, preferencialmente, destinados a organizações qualificadas como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) ou reconhecidas com o título de Utilidade Pública.
 - O projeto deve ter, prioritariamente, como público-alvo, mulheres acima de 40 anos sem fatores de risco e/ou acima de 35 anos com fator de risco.
 - A duração total do projeto (incluindo acordos formais de parcerias, aquisição de equipamentos, implementação e avaliação) não pode ultrapassar o período de 18 meses.
 - **NÃO PODERÃO SE CANDIDATAR:** Organizações com projetos apoiados pelo Instituto Avon em andamento; Organizações privadas com fins lucrativos.

Avaliação do financiamento:

Constante monitoramento e avaliação durante o período de vigência de um projeto. O Instituto Avon acompanha os projetos apoiados monitorando desde as ações até a avaliação dos resultados obtidos no final do ciclo. Após o depósito da doação, o projeto é monitorado por um período de 18 meses, onde deverá prestar contas do valor doado (através de notas fiscais, recibos, comprovantes e extratos bancários), monitoramento telefônico e visita de campo (se necessários), no qual são acompanhadas todas as atividades propostas no projeto, e ao final dos 18 meses é avaliada os resultados, caso tenha alcançado as metas/objetivos o monitoramento deste projeto é encerrado, caso não, poderá haver prorrogação.

Outras atividades:

O Programa Saúde Integral da Mulher, que trabalha com um conceito inovador de promoção da saúde; e a causa da Violência Doméstica.

Observações:

Fonte de informações: site da organização; contato telefônico; por e-mail; relatórios anuais.

Região de atuação:

Brasil

22. Instituto C&A de Desenvolvimento Social

Endereço:

Alameda Araguaia, 1222
06455-000 - Barueri – SP
Telefone: (11) 2134-9105

Fax:(11) 2134-9103
E-mail: instituto@institutocea.org.br
www.institutocea.org.br

Ano de fundação: 1991

Missão:

Promover a educação de crianças e adolescentes das comunidades onde a C&A atua, por meio de alianças e do fortalecimento de organizações sociais.

Área de atuação:

Educação

Público beneficiado

Crianças e adolescentes.

Principais fontes de recursos:

Doações diretas dos acionistas

Programas de financiamento:

Programa Prazer em Ler

Critérios para apoio:

Apoio técnico e financeiro a programas realizados por outras instituições sem fins lucrativos também dedicadas à educação de crianças e adolescentes. Os projetos sociais apoiados pelo Instituto C&A devem atender, em regra, a dois requisitos mínimos: atuar na promoção da educação de crianças e adolescentes e estar situados em cidades ou regiões metropolitanas onde a empresa C&A possui operações.

Avaliação do financiamento:

É realizado através de monitoramento e acompanhamento durante o processo de implementação do projeto.

Outras atividades:

Programa Redes e Alianças
Programa Fortalecimento Institucional
Programa Voluntariado Empresarial
SOS Comunidade

Observações:

Fonte de informações: site da organização; contato telefônico; por e-mail; relatórios anuais.

Região de atuação:

Brasil

23. Instituto Camargo Corrêa

Endereço:

Rua Funchal, 160 – Vila Olimpia
São Paulo – SP
CEP: 04551-903
Telefone: (11) 3841-5631
www.camargocorrea.com.br

Ano de fundação: 2000

Missão:

Promover o desenvolvimento comunitário sustentável, investindo em crianças, adolescentes e jovens.

Áreas de atuação:

Educação; Cultura, arte e recreação; Saúde; Desenvolvimento Social; Geração de trabalho e renda

Público beneficiado:

Crianças, adolescentes e jovens, de 0 a 24 anos.

Principais fontes de recursos:

O instituto é mantido por doações dos acionistas do Grupo Camargo Corrêa.

Programas de financiamento:

Critérios para apoio:

Cada programa tinha critérios de avaliação diferentes, de acordo com o tema abordado. Em 2007, o Instituto passou por um processo de mudança da sua forma de atuação, não estando definido ainda as novas estratégias.

Avaliação do financiamento:

Relatórios trimestrais de atividades;
Prestação de contas financeiras;
Visitas periódicas da equipe técnica do Instituto ou terceiros contratados especificamente para o acompanhamento dos projetos.

Outras atividades:

Programa Ideal Voluntário – Estimulo à Ação Cidadã
Programa Futuro Ideas – Empreendedorismo e Geração de trabalho e Renda
Programa Escola Ideal – Qualidade na Gestão da Escola Pública
Programa Infância Ideal – Proteção dos Direitos da Primeira Infância

Observações:

Também direciona os investimentos incentivados das empresas do Grupo, indicando os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e os projetos culturais que

devam ser contemplados com esse apoio.
Fonte de informações: site da organização; por e-mail.

Região de atuação:
Brasil

24. Instituto Embraer de Educação e Pesquisa

Endereço:

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2170, Prédio F -56
Posto Correio 085
São José dos Campos – SP
CEP: 12227-901
Telefone: (12) 3927-4434
www.embraer.com.br
<http://www.cidadaniaembraer.org.br/site/pagina.php?idmenu=60>

Ano de fundação: 2001

Missão:

O Instituto tem como objetivos estatutários:

- a) Formular, implantar e operar, diretamente ou em parceria com terceiros, projetos de caráter social, com atuação preferencial no setor educacional brasileiro, prioritariamente junto às comunidades em que a Embraer está presente;
- b) Contribuir com associações do terceiro setor;
- c) Promover atividades culturais voltadas ao objeto social do Instituto.

Área de atuação:
Educação

Público beneficiado:
População em geral

Principais fontes de recursos:
Recursos da empresa mantenedora, a EMBRAER.

Programas de financiamento:
Programa Parceria Social – PPS
Programa Ação na Escola – PAE

Critérios para apoio:
Programa Parceria Social/PPS:

- ONGs, apoiadas por empregados da Embraer, elaboram projetos a ser submetidos ao julgamento de um comitê de empregados para, eventualmente,

virem a receber apoio financeiro do Instituto.

O Programa Ação na Escola/PAE:

- segue as linhas gerais do PPS, sendo que neste caso, ONGs são substituídas pelas Associações de Pais e Mestres (APMs) ou Associação Amigos da Escola (AAE) das escolas públicas das regiões onde a Embraer tem operações industriais no Brasil (São José dos Campos, Gavião Peixoto e Botucatu).

Avaliação do financiamento:

Os projetos apoiados são avaliados através de:

- Relatórios e prestação de contas de tudo o que é realizado pela entidade;
- E, visitas por parte da equipe do Instituto nas mesmas.

Outras atividades:

Programa de Voluntariado do Instituto Embraer.

Observações:

O PPS – Programa Parceria Social – teve início em 2004 e o PAE – Programa Ação na Escola – em 2006.

Fonte de informações: site da organização; por e-mail.

Região de atuação:

O estado de São Paulo, preferencialmente nas regiões onde a Empresa tem operações industriais.

25. Instituto Gerdau

Endereço:

Av. Farrapos, 1811
Porto Alegre – RS
CEP: 90220-005
Telefone: (51) 3323-2000
Fax: (51) 3323-2295
www.gerdau.com.br

Ano de fundação: 2005

Missão:

Desafios em sua criação: Consolidar e institucionalizar políticas e diretrizes de responsabilidade social e projetos voltados para a comunidade nas diversas operações; Estimular o crescimento da responsabilidade social e do trabalho voluntário entre os colaboradores; Potencializar os investimentos sociais relacionados à transferência de tecnologia de gestão para terceiro setor e governos, à melhoria na educação e às ações assistenciais nas comunidades onde o Grupo Gerdau atua.

Áreas de atuação:

Educação; Desenvolvimento social.

Público beneficiado:

População em geral, comunidades vizinhas às unidades industriais do Grupo Gerdau.

Principais fontes de recursos:

Os recursos vêm da empresa mantenedora, em orçamento anual definido pelo conselho executivo. Outras fontes de recursos para os projetos são verbas dedutíveis de ICMS e parcerias locais.

CrITÉRIOS para apoio:

As organizações são definidas conforme planejamento local de cada unidade, pois os investimentos sociais são administrados localmente por um comitê específico.

Avaliação do financiamento:

- Documentos de acompanhamento de projetos;
- Documentos de Execução de Investimento Social, que abrangem a avaliação de organizações sociais;
- Todos os projetos devem ter indicadores para acompanhamento de resultados;
- Monitoramento.

Observações:

Para a administração dos investimentos sociais o Instituto capacitou, entre 2006 e 2007, os membros dos comitês locais para otimizar o gerenciamento destes investimentos, em módulos como identificação de ativos das comunidades, ações em rede, gestão de projetos e monitoramento e avaliação de projetos.

Fonte de informações: por e-mail.

Região de atuação:

Brasil

26. Instituto Hedging-GriffoEndereço:

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, torre IV 7º andar
Itaim – São Paulo – SP
www.institutohg.org.br

Ano de fundação: 2003

Missão:

Promover o desenvolvimento do potencial de crianças e adolescentes para uma melhor qualidade de vida por meio da formação integral.

Áreas de atuação:

Educação; Geração de trabalho e renda

Público beneficiado:

Crianças e adolescentes de 07 a 18 anos; Jovens de 15 a 24 anos.

Principais fontes de recursos:

Recursos da empresa mantenedora, a Credit Suisse Hedging-Griffo.

Programas de financiamento:

Programa Crescer;

Rede Crescer;

Mercado Jovem.

Critérios para apoio:

Os critérios variam de acordo com cada programa, no site podem ser encontrados os editais da seleção de organizações por programas.

Critérios da Pré-Seleção – Programa Mercado Jovem:

- Podem participar somente organizações sociais localizadas na Grande São Paulo (região metropolitana de São Paulo).
- Legitimidade e experiência da instituição na inserção de jovens no mercado de trabalho (mínimo de 05 anos de existência formal de atuação da organização social).
- O Público-alvo do projeto deverá ser jovens dos 15 a 24 anos.
- Qualidade do processo seletivo na identificação dos jovens que participarão do projeto, considerando habilidades e competências para a função.
- Projeto com diretrizes, objetivos, metas e desenvolvimento bem definidos.
- Curso proposto deverá refletir as necessidades reais no mercado de trabalho proposto.
- Diversificação de parceiros técnicos: projetos que contenham outros parceiros visando o aprimoramento técnico e qualidade do conteúdo oferecido;
- Diversificação de apoiadores financeiros: projetos que contemplem apoio financeiro de outros apoiadores, visando sua sustentabilidade.
- Qualidade do curso: disciplinas técnicas (adequadas ao mercado de trabalho) e disciplinas de formação humana que estimulem o jovem a pensar um projeto de vida que inclua seu futuro profissional.
- Projeto com previsão de acompanhamento de egressos de forma sistemática (contato pelo menos uma vez por semestre) e envolvimento familiar.
- Projetos que contemplem estratégias para inserção dos jovens no mercado de trabalho.
- O recurso financeiro solicitado ao IHG não poderá ser utilizado para bolsa-auxílio.

Os projetos são avaliados por um comitê misto, formado pela equipe técnica do IHG, funcionários da empresa Hedging-Griffo e profissionais atuantes no terceiro setor e área de recursos humanos.

Avaliação do financiamento:

Os programas e projetos são acompanhados e avaliados pela equipe técnica do IHG durante o período em que estão acontecendo. As organizações enviam relatório das atividades, realizam visitas técnicas e encontros de formação com os coordenadores e técnicos das organizações.

Outras atividades:

Projeto Brincar e Ler para Viver.

Observações:

- Começou a financiar projetos em 2004.
- O Instituto Hedging-Griffo não se limita a financiar os projetos, mas atua efetivamente como parceiro das organizações, estabelecendo um diálogo e formação continuada permanente de forma a contribuir com o desenvolvimento e evolução do projeto e para o monitoramento constante das ações e dos resultados acordados.

Fonte de informações: site da organização; por e-mail; relatórios anuais.

Região de atuação:

A região metropolitana de São Paulo.

27. Instituto HSBC SolidariedadeEndereço:

Rua Vicente Machado, 2100 – Batel
Curitiba – PR
CEP: 80440-020
Telefone: (41) 3270-8402
Fax: (41) 3270-8401
<http://www.porummundomaisfeliz.org.br/index.shtml>

Ano de fundação: 2006

Missão:

Em seu papel de gestor do investimento social do HSBC e de terceiros, interagindo com múltiplos públicos relacionados (*stakeholders*), o Instituto HSBC Solidariedade prima pela ética e pela gestão responsável.

Áreas de atuação:

Educação; Meio ambiente; Desenvolvimento social

Público beneficiado:

População em geral

Principais fontes de recursos:

Recursos da empresa mantenedora (HSBC).

Programas de financiamento:

Critérios para apoio:

Os critérios seletivos são definidos de acordo com cada programa, que são descritos nos editais encontrados no site do Instituto.

Avaliação do financiamento:

O Instituto HSBC possui o Núcleo DMA - Desenvolvimento, Monitoramento e Avaliação de Projetos responsável por avaliar a qualidade do investimento social, a equipe utiliza ferramentas e metodologia específicas para acompanhar os projetos em que investe, desenvolvendo uma cultura de aprendizagem com o olhar voltado para os resultados e impactos do desenvolvimento social, econômico e ambiental. As instituições que recebemos recursos prestam contas 2 vezes ao ano.

Outras atividades:

Observações:

Fonte de informações: site da organização; por e-mail.

Região de atuação:

Brasil

28. Instituto IBI

Endereço:

Al. Rio Negro, 585 – 5º andar – Ed. Padauri
Barueri – São Paulo – SP
CEP: 06454-000
www.institutoibi.org.br

Ano de fundação: 2003

Missão:

Contribuir para o desenvolvimento de jovens adultos em sua inserção no mundo do trabalho

Área de atuação:

Geração de trabalho e renda

Público beneficiado:

Jovens maiores de 18 anos, que estejam fora do mercado de trabalho

Principais fontes de recursos:

Mantido por investimentos de recursos financeiros do banco e de seus acionistas

Programas de financiamento:

Juventude e Trabalho

Critérios para apoio:

- O Instituto ibi apóia projetos que estejam dentro dos seguintes critérios:
- Foco: Juventude e Trabalho
- Público: jovens maiores de 18 anos, que estejam fora do mercado de trabalho.
- Localização: regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife.
- O projeto deve expressar claramente onde se espera que o jovem esteja ao seu término. Assim, a organização deve estar articulada com potenciais empregadores, para os projetos de capacitação profissional, ou ter definido o plano estratégico que garanta geração de renda do jovem, em projetos de microempreendimentos.

Avaliação do financiamento:

A avaliação é feita através de parcerias estratégicas, atuando de forma efetiva como parceiro técnico na realização.

Outras atividades:

Programas de voluntariados: Caminhos e Trilhas e Banco na Escola.

Além dos recursos financeiros, possibilita que seus funcionários se engajem em atividades voluntárias, durante o expediente de trabalho.

Observações:

Os projetos podem ser enviados ao Instituto ibi em qualquer época, porém a análise e seleção dos projetos acontecem no final do ano.

Fonte de informações: site da organização; por e-mail; relatórios anuais.

Região de atuação:

Regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife

29. Instituto OiFuturoEndereço:

Rua Dois de Dezembro, 63 – Flamengo

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22220-040

Telefone: (21) 3131-3060

Fax: (21) 3131-3099

www.oifuturo.org.br

Ano de fundação: 2001

Missão:

Desenvolver, apoiar e reconhecer ações educacionais e culturais que promovam o desenvolvimento humano, utilizando tecnologia de comunicação e informação.

Áreas de atuação:

Educação; Cultura, arte e recreação.

Público beneficiado:

População em geral.

Principais fontes de recursos:

Recursos da empresa mantenedora (Oi Telecomunicações)

Programas de financiamento:

Programa Novos Brasis

Critérios para apoio:

A seleção é feita por meio de um edital anual, com os seguintes critérios: - Inovação e criatividade; - Objetivos e diretrizes bem definidos; - Base tecnológica da informação e comunicação; - Geração de novas metodologias, com possibilidade de replicação em escala; - Apresentação de diagnóstico da comunidade; - Sistema de avaliação e monitoramento; - Perspectiva de sustentabilidade.

Avaliação do financiamento:

Cada projeto tem um grupo específico de indicadores.

Outras atividades:

Estabelece parcerias e desenvolve programas próprios, nas áreas de difusão do Conhecimento, como: Tonomundo, espaço cultural, Oi Futuro, Kabum!, Geração Oi, Conecta e Patrocínios Culturais Incentivados.

Observações:

Começou a financiar projetos em 2004.

Fonte de informações: site da organização; por e-mail.

Região de atuação:

Brasil

30. Instituto Ronald McDonald's de Apoio à Criança

Endereço:

Rua Pedro Guedes, 29, 3º andar – Maracanã
Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20271-040
Telefone: (21) 2176-3800
Fax: (21)2176.3802
www.instituto-ronald.org.br

Ano de fundação: 1999

Missão:

Propiciar, com dignidade e conforto, tratamento às crianças e adolescentes portadores de câncer no Brasil.

Área de atuação:

Saúde

Público beneficiado:

Crianças e jovens.

Principais fontes de recursos:

Os recursos para manutenção do Instituto são obtidos por meio de contribuições regulares de empresas, além de diferentes ações, parcerias e campanhas.

Programas de financiamento:

Através do cadastramento (convênio) das organizações.

Critérios para apoio:

O primeiro pré-requisito ao encaminhamento de projetos é a realização do Cadastro da Instituição. Somente instituições previamente cadastradas no Instituto Ronald McDonald podem remeter projetos para sua análise.

Critérios para Hospitais e Ambulatórios:

Estar inscrito no CNPJ; Ter como um dos objetivos o tratamento de crianças e adolescentes com câncer e/ou pesquisa e disseminação do conhecimento sobre câncer infanto-juvenil; Manter demonstrativos contábeis em conformidade com a legislação brasileira; Comprovar regularidade fiscal; Em caso de oferecer tratamento, deverá: ter credenciamento no SUS para procedimentos oncológicos; ter oncologista pediátrico titulado; ser atendida por uma entidade de apoio que esteja de acordo com os critérios de apoio que esteja de acordo com os critérios estabelecidos pelo Instituto.

Critérios para Instituições de Apoio:

Estar inscrito no CNPJ; Manter demonstrativos contábeis em conformidade com a legislação brasileira; Comprovar regularidade fiscal; Possuir parceria com um hospital que atenda aos requisitos aqui estabelecidos; Não oferecer tratamento oncológico; Ter como objetivo principal o atendimento de suporte a crianças e adolescentes com câncer; Se caso de apoio, oferecer no mínimo serviços gratuitos de hospedagem e alimentação aos pacientes e acompanhamentos; Possuir certificados de Utilidade Pública ou OSCIP e Registro Municipal ou Estadual do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou estar em processo para obtê-los.

Crêterios para Institutos e Sociedade:

Estar inscrito no CNPJ; Manter demonstrativos contábeis em conformidade com a legisla o brasileira; Comprovar regularidade fiscal; Ter como objetivo principal o câncer infante-juvenil. Os processos para ter um projeto apoio pelo IRM – Instituto McDonald são os seguintes: 1. Forma o de Cadastros de Institui es: envio de cadastro e análise do IRM; 2. Forma o de carteira de projetos: envio de sumário e análise do IRM; 3. Defini o do apoio do IRM: análise de alternativas e prioridades. 4. Start-up de projeto: assinatura de convênio; 5. Acompanhamento de projeto: análise técnica e financeira; Encerramento; Avalia o dos resultados.

Avalia o do financiamento:

A avalia o   feita através do acompanhamento dos projetos, por meio de: análise técnica e financeira; avalia o dos resultados.

Outras atividades:

Programa Diagnóstico Precoce
Programa Casa Ronald McDonald
Programa Tsuru

Observa es:

Fonte de informa es: site da organiza o; relatórios anuais.

Região de atua o:

Brasil

31. Instituto Sadia de Sustentabilidade

Endereço:

Rua Fortunato Ferraz, 365
São Paulo – SP
CEP: 05093-900
Telefone: 0800 7028800
www.sadia.com.br/br/instituto

Ano de funda o: 2004

Missão:

Desenvolver e apoiar projetos voltados   preserva o dos recursos naturais, ao fomento   pesquisa técnica e científica,   educa o alimentar, ambiental, cultural e esportiva.

 reas de atua o:

Educa o; Cultura, arte e recrea o; Desenvolvimento social; Saúde; Gera o de trabalho e renda; Meio ambiente; Inclusão digital

Público beneficiado:

População em geral

Principais fontes de recursos:

Recursos da empresa mantenedora

Programas de financiamento:

Chamada Pública

Critérios para apoio:

Cada proposta inscrita é analisada a partir dos critérios da Chamada Pública e de forma comparativa de acordo com as propostas que chegaram para cada município. As selecionadas são aquelas em que os colaboradores da Sadia voluntários, em conjunto com o Instituto, definiram como as mais próximas dos critérios frente às propostas inscritas naquele mesmo município.

Avaliação do financiamento:Outras atividades:

Programa 3S – Suinocultura Sustentável Sadia

Observações:

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e São Paulo.

32. Instituto UnibancoEndereço:

Av. Paulista, 1337
Cerqueira César – São Paulo – SP
Telefone: (11) 2134-5369 / 5313
www.institutounibanco.org.br

Ano de fundação: 1982

Missão:

Promover o desenvolvimento humano de jovens em situação de vulnerabilidade.

Áreas de atuação:

Educação; Geração de trabalho e renda; Meio ambiente

Público beneficiado:

Jovens de baixa renda e professores da rede pública

Principais fontes de recursos:

Recursos da empresa mantenedora

Programas de financiamento:Critérios para apoio:

Foco: Educação

Áreas de Atuação: Defasagem escolar, educação complementar, qualificação e/ou capacitação profissional e educação ambiental.

Avaliação do financiamento:

A avaliação de projetos é feita durante o ano todo.

Outras atividades:

Programa de voluntariado

Observações:

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

Brasil

33. Instituto VotorantimEndereço:

Rua Amauri, 286 – 1º andar
São Paulo – SP
CEP: 01448-000
Telefone: (11) 3167-6677
www.institutovotorantim.org.br

Ano de fundação: 2002

Missão:

Fazer da vida comunitária um ambiente propício para o desenvolvimento social.

Áreas de atuação:

Educação; Assistência social; Cultura, arte e recreação; Geração de trabalho e renda.

Público beneficiado:

Jovens de 15 a 24 anos

Principais fontes de recursos:

Recursos da empresa mantenedora

Programas de financiamento:

Programa de Democratização Cultural

Critérios para apoio:

O Instituto Votorantim não recebe propostas de financiamentos a projetos sociais.

Quando necessário, a prospecção de novas iniciativas é feita diretamente nas comunidades onde a empresa está inserida, sempre dentro do foco de atuação do Grupo Votorantim que aponta para o público jovem (de 15 a 24 anos).

O Grupo Votorantim mantém, desde 2006, o Programa de Democratização Cultural, o qual são beneficiados projetos de todas as áreas culturais, desde que comprometidos em ampliar e melhorar as opções, as experiências e o acesso da população, especialmente dos jovens, às mais diversas manifestações artísticas.

Para escolher os projetos apoiados, são realizados processos públicos de seleção, com divulgação de regulamento e critérios de análise.

Avaliação do financiamento:Outras atividades:Observações:

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

Brasil

34. Instituto Wal-mart

Endereço:

Av. Tucumará, 125 – Alphaville
Barueri – SP
CEP: 06460-020
Telefone: (11) 2103-5800
www.iwm.org.br

Ano de fundação: 2005Missão:

Promover o desenvolvimento social, econômico e cultural de comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Áreas de atuação:

Geração de trabalho e renda; Cultura, arte e recreação; Desenvolvimento social.

Público beneficiado:

Comunidades em situação de vulnerabilidade

Principais fontes de recursos:

Os recursos necessários para a manutenção do Instituto Wal-Mart são obtidos por meio de: a) doações ou dotações orçamentárias; b) constituição de renda, comodato e direito de uso; c) convênios, parcerias e patrocínios estabelecidos com órgãos e entidades públicas ou privadas, para custeio, desenvolvimento ou execução de projetos na sua área específica de atuação; d) produto da alienação da produção intelectual, técnica, tecnológica e científica, resguardando o direito de não-alienação para fins de privilégio, dominação ou exploração; e) alienação de produtos adquiridos das populações auxiliadas por programas sociais do Instituto; f) rendimentos das aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração; g) excedentes financeiros apurados no final do seu exercício fiscal; e h) outros recursos ou bens que lhe forem destinados ou instituídos, inclusive mediante contribuição de seus associados.

Programas de financiamento:

Seleção através de editais.

Critérios para apoio:

Aspectos considerados para apoiar um projeto: diretriz estratégica, foco em resultados, potencial de retorno para a comunidade, indicadores de desempenho social, ambiental e financeiro.

A idéia é garantir a aplicação de recursos em programas sustentáveis a médio e longo prazos, capazes de oferecer mais melhorias às condições de vida da população-alvo.

As ações devem contribuir com um dos eixos de desenvolvimento prioritários - social, econômico e cultural - e passar por uma rigorosa avaliação.

Outra exigência é a definição clara dos objetivos e das metas do projeto, suas estratégias de execução e os instrumentos de monitoramento e avaliação de resultados.

Avaliação do financiamento:

Os repasses de recursos são trimestrais, e a liberação está sujeita ao cumprimento da programação e à prestação de contas.

Outras atividades:Observações:

Começou a financiar em 2006.

Fonte de informações: site da organização; por e-mail; relatórios anuais.

Região de atuação:

Nordeste, Sudeste e Sul

35. Instituto WCF-Brasil

Endereço:

Rua Funchal, 160 – 13º andar
Vila Olímpia
São Paulo – SP
CEP: 04551-903
Telefone: (11) 3841-4955
Fax: (11) 3841-4830
www.wcf.org.br

Ano de fundação: 1999

Missão:

Promover e defender os direitos das crianças e adolescentes, apoiando projetos e desenvolvendo programas que visem proteger sua integridade física, psicológica e moral, e que tenham foco na questão da violência sexual.

Áreas de atuação:

Assistência social

Público beneficiado:

Crianças e adolescentes

Principais fontes de recursos:

30% Dos recursos vêm da Childhood Internacional, e 70% é captado localmente junto a pessoas físicas e jurídicas. Também realizam eventos beneficentes.

Programas de financiamento:

Critérios para apoio:

Aspectos Institucionais: Estrutura e organização: Infra-estrutura adequada para a realizar as ações propostas; Registros institucionais. Recursos Financeiros: Diversificação de fontes de recursos; Existência de um plano/setor de captação; Capacidade de manutenção do custo institucional; Protagonismo com os financiadores. Capacidade Organizacional: Experiência no desenvolvimento de ações similares; Atividades internas integradas e convergentes; Utilização de processos de avaliação; Desenvolvimento de programas e monitoramento dos resultados obtidos. Constituição da equipe: Equipe formada por profissionais com experiência na área foco; Integração entre a equipe e disponibilidade para apreensão de novos conteúdos. Interação com outras organizações: Desenvolvimento de atividades conjuntas com outros parceiros ou instituições presentes na comunidade; Uso compartilhado de recursos; Intercâmbio de tecnologias e público-alvo; Iniciativas de mobilização local. Proposta de Projeto Conhecimento do contexto: Capacidade de apresentar um diagnóstico da situação na comunidade que pretende atuar; Compreensão das fragilidades e potencialidades da comunidade; Ações propostas condizentes com as necessidades da comunidade.

Coerência entre contexto ,objetivos e resultados esperados: Resultados expressos demonstram clareza na transformação social pretendida; Clareza quanto às necessidades do público alvo. Consistência das ações descritas: Capacitação de profissionais que trabalham com o público alvo e suas famílias (principalmente técnicos da rede de atendimento); Compromisso com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes; Proposta inovadora e capacidade de produção de conhecimento para intervenções exemplares; Pertinência, consistência e coerência do projeto no âmbito de ações de enfrentamento da VSCCA; Adoção de um referencial teórico; Inovações metodológicas. Avaliação e Monitoramento Plano de avaliação e indicadores claros, que prevejam readequações das ações frente aos resultados obtidos ao longo do processo. Multiplicação e Disseminação Disposição para produção e compartilhamento dos conhecimentos produzidos; Potencial para se tornar referência e influenciar políticas públicas; Contribuição no mapeamento das iniciativas existentes e na disseminação de metodologias de intervenção. Relação Custo/Benefício Investimento que consiga contemplar melhorias nas ações e qualificação da equipe e consegue abranger um número considerável de beneficiários diretos e indiretos; Proposta orçamentária compatível com as ações e resultados esperados. Articulação Articulação e envolvimento com outros projetos, políticas públicas e iniciativas na comunidade; Promoção de formação de redes entre instituições/experiências em andamento; Perspectivas de continuidade e ampliação do projeto após o término do apoio; Inserção na comunidade.

Avaliação do financiamento:

Fazem monitoramento do andamento dos projetos por meio de relatórios financeiros e de atividades. Além disso, realizam avaliações pontuais de tempos em tempos. E estas seguem lógicas distintas umas das outras.

Outras atividades:

Tendo como foco a questão da violência sexual, apóia e desenvolve programas que: Capacitam profissionais que têm um papel importante no desenvolvimento e na proteção de crianças e adolescentes; Mobilizam a sociedade para que um número crescente de pessoas e gestores dos diversos setores se unam pela proteção de crianças e adolescentes; Fortalecem a auto-estima de jovens em situação de risco.

Observações:

Fonte de informações: site da organização; por e-mail.

Região de atuação:

Brasil

36. Natura Cosméticos

Endereço:

Caixa Postal nº 31296
São Paulo – SP

CEP: 01309-970

Telefone: (11) 2818-5031

<http://www2.natura.net/Web/Br/Inst/SupSponsor/src/default.asp>

Ano de fundação: 1969

Missão:

Contribuir, de forma inovadora e exemplar, para o aperfeiçoamento da sociedade, provocando mudanças de atitudes e de valores que materializem o ideal de uma sociedade mais justa.

Áreas de atuação:

Desenvolvimento social; Meio ambiente; Cultura, arte e recreação.

Público beneficiado

Adolescentes e jovens, crianças, organização da sociedade Civil.

Principais fontes de recursos:

Recursos da própria empresa

Programas de financiamento:

Diretrizes de Apoios & Patrocínios Corporativos

Critérios para apoio:

Para apoiar iniciativas que beneficiam os indivíduos, a sociedade e o planeta, trabalham orientados pelas Diretrizes de Apoios & Patrocínios Corporativos. Com elas, determinaram para os próximos anos o incentivo a projetos de comunidades e instituições que promovam as melhores práticas em três áreas prioritárias: Desenvolvimento Sustentável, Moda e Música.

Avaliação do financiamento:

Outras atividades:

Observações:

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

Brasil

37. Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A.

Endereço:

Sede – Av. República do Chile – Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-912
Telefone: (21) 3224-4477
[http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?
pagina=/ResponsabilidadeSocial/portugues/index.asp&lang=pt&area=rsa](http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/ResponsabilidadeSocial/portugues/index.asp&lang=pt&area=rsa)

Ano de fundação: 1953

Missão:

Atuar de forma segura e rentável nas atividades da indústria de óleo, gás e energia, nos mercados nacional e internacional, fornecendo produtos e serviços de qualidade, respeitando o meio ambiente, considerando os interesses dos seus acionistas e contribuindo para o desenvolvimento do País.

Áreas de atuação:

Educação; cultura, arte e recreação; saúde; geração de trabalho e renda; meio ambiente; outros

Público beneficiado:

Outras organizações

Principais fontes de recursos:

Recursos da própria empresa.

Programas de financiamento:

Programa Fome Zero
Programa Petrobras Ambiental

Critérios para apoio:

PROGRAMA FOME ZERO: Serão aceitos projetos sob responsabilidade de organismos governamentais, não-governamentais e comunitários, legalmente constituídos no País, sem finalidades lucrativas, e que atuem no Terceiro Setor brasileiro. É vedada a inscrição de projetos em que façam parte membros da Comissão de Seleção e/ou do Conselho Deliberativo do Programa, e/ou de proponentes que tenham com eles vínculos familiares diretos, assim como projetos oriundos da força de trabalho da Petrobras e de suas subsidiárias, podendo a inscrição ser impugnada a partir do conhecimento dos fatos acima e em qualquer época.

PROGRAMA PETROBRAS AMBIENTAL:

Projetos sob a responsabilidade de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, tais como organizações não-governamentais ou consórcios legalmente constituídos no País até a data da inscrição, e que atuem no Terceiro Setor. Em caso de consórcios -

agrupamentos de entidades - deverá estar previamente definida a entidade-líder, a quem caberá a coordenação do projeto, o relacionamento com a Petrobras e o recebimento dos recursos.

Poderão se candidatar projetos novos ou em andamento que tenham como objetivo desenvolver ou apoiar iniciativas que compreendam a promoção do uso racional da água; capacitação para a gestão de recursos hídricos; ações de recuperação e conservação de nascentes, de corpos hídricos e de matas ciliares; e a gestão e conservação da biodiversidade marinha. Os projetos patrocinados pela Petrobras não poderão se candidatar.

Poderão ser inscritos projetos de pequeno, médio e grande porte que solicitem valor de patrocínio de até R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e que sejam executados num período de tempo compreendido entre o mínimo de 12 e o máximo de 24 meses, sendo o valor de desembolso máximo por ano de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

Avaliação do financiamento:

Outras atividades:

Patrocínios Culturais

Observações:

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

Brasil

38. Politec Solidária

Endereço:

SIG Quadra 4 lote 173

Brasília – DF

CEP: 70610-440

Telefone: (61) 3435-0430

Fax: (61) 3344-0276

Ano de fundação: 2001

Missão:

Promover e incentivar ações no campo da educação criando oportunidades para a inclusão social de pessoas menos favorecidas e possibilitando seu acesso ao mercado de trabalho de Tecnologia da Informação (TI).

Áreas de atuação:

Inclusão digital; Educação.

Público beneficiado:

Jovens e crianças carentes e portadores de necessidades especiais.

Principais fontes de recursos:

Recursos da empresa mantenedora, a POLITEC Inteligência em TI.

Programas de financiamento:

Campanhas estruturadas, que cuidam dos projetos voltados, prioritariamente para a inclusão digital de jovens e crianças carentes e portadores de necessidades especiais;

Critérios para apoio:

Projetos que atuam na área de inclusão digital.

Avaliação do financiamento:

A avaliação é a contra-partida que recebem dos parceiros quando da atuação do projeto. Ex: Formação os alunos do CDI (Comitê da Democratização da Informática) nos estados aonde têm filiais em cursos de informática.

Outras atividades:

Campanhas emergências, realizadas a partir da sugestão de colaboradores da empresa.

Observações:

Fonte de informações: site da organização; contato telefônico; por e-mail.

Região de atuação:

Brasil

39. Programa Criança Esperança – Unesco

Endereço:

Espaço Criança Esperança Rio de Janeiro
Estrada do Cantagalo, S/N – Cantagalo
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 3201-1391
<http://criancaesperanca.globo.com/>

Ano de fundação: 1986

Missão:

A Campanha Criança Esperança, em parceria com a UNESCO, foi lançada por um programa especial dos Trapalhões em 1986, com 9 horas de duração, e chamou a atenção da opinião pública para a situação da infância no Brasil.

Áreas de atuação:

Educação; Desenvolvimento social; Cultura, arte e recreação.

Público beneficiado:

Crianças e adolescentes.

Principais fontes de recursos:

Campanha anual de captação de recursos

Programas de financiamento:

Campanha Criança Esperança

Critérios para apoio:

No processo seletivo são considerados um conjunto de princípios, referências conceituais, diretrizes e critérios utilizados na análise dos projetos que serão apoiados pelo Criança Esperança. Entre eles têm destaque os aspectos da inovação, replicabilidade, sustentabilidade, legitimidade, impacto e eficácia, a capacidade instalada da ONG e a proposta metodológica do projeto. Além disso, são considerados os projetos que promovam ou estimulem a relação com a escola formal; o fortalecimento do vínculo familiar; o protagonismo juvenil; a integração e a participação comunitária; o desenvolvimento humano e/ou social; que apresentem metodologia de trabalho registrada ou sistematizada; trabalho em articulação ou em rede com outras instituições do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente e com a escola formal; e capacidade de articulação e/ou estabelecimento de parcerias. Recebem especial atenção projetos desenvolvidos com os mais baixos indicadores de desenvolvimento humano, tendo como principais referências o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além desses projetos, o Criança Esperança apóia também a Pastoral da Criança, de âmbito nacional, e os Espaços Criança Esperança do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Belo Horizonte e de Olinda.

Avaliação do financiamento:Outras atividades:

Espaço Criança Esperança Rio de Janeiro

Espaço Criança Esperança Olinda

Espaço Criança Esperança São Paulo

Espaço Criança Esperança Belo Horizonte

Observações:

Fonte de informações: site da organização.

Região de atuação:

Brasil

40. Santander Banespa

Endereço:

Rua Amador Bueno, 474, Bloco E – Estação 129
Santo Amaro – São Paulo – SP
CEP: 04752-005
Telefone: (11) 5538-6207
Fax: (11) 5538-7847
www.santander.com.br

Ano de fundação: 1982

Missão:

Missão de Responsabilidade Social do Santander: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e investir no futuro das sociedades nas quais o Banco está presente.

Área de atuação:

Educação

Público beneficiado:

Crianças, adolescentes e universitários.

Principais fontes de recursos:

Recursos da própria empresa.

Programas de financiamento:

Programa Parceiros em Ação

Critérios para apoio:

Por meio do Programa Parceiros em Ação seleciona semestralmente iniciativas para apoio, concentradas nas regiões Sul e Sudeste do País, no valor de até R\$ 60.000,00.

Para participar, as entidades precisam fazer sua inscrição nos períodos determinados e conforme critérios disponíveis no site www.santander.com.br/social
ELEGIBILIDADE PARA PARTICIPAR DO PROCESSO SELETIVO

Critérios de análise e seleção de projetos: Poderão participar do Programa Parceiros em Ação Organizações não governamentais, Associações, Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIP), todas sem fins lucrativos e que atendam aos seguintes critérios: a) Existência legal de pelo menos um ano; b) Documentação que comprove a sua existência; c) Situação administrativa e financeira regular; d) Localização na região sul e sudeste do Brasil com o desenvolvimento do projeto em uma cidade na qual o Santander Banespa possua atividade; e) Envio da proposta de acordo com o formulário padrão, acompanhado de orçamento e documentação da instituição; g) Envio da projeto dentro do prazo limite de recebimento, conforme descrito no item Etapas e Prazos; f) Iniciativas de até R\$ 60 mil (sessenta mil reais) que sejam desenvolvidas pelo período de 1 (um) ano. NÃO poderão se inscrever no Programa:

a) Organizações Governamentais; b) Organizações Privadas com fins lucrativos; c) Organizações que ofereçam ensino regular infantil, fundamental e médio (escolas públicas e privadas); d) Universidades, Faculdades e Instituições de Ensino Superior; e) Pessoas Físicas.

FOCO DOS PROJETOS APOIADOS Os projetos apresentados deverão estar alinhados a um ou mais temas descritos abaixo: Aprimoramento da gestão escolar e de projetos educacionais; Acompanhamento da permanência e do rendimento escolar; Capacitação de educadores e profissionais que atuam diretamente com projetos educacionais; Diminuição da defasagem escolar em relação à idade-série; Iniciativas contra a evasão escolar; Incentivo à escrita e a leitura; Melhoria no desempenho escolar; Programas de acesso a ensino de qualidade ou universidades.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE PARA SELEÇÃO DOS PROJETOS: As propostas serão avaliadas por técnicos especialistas da área de Responsabilidade Social do Santander Banespa de acordo com os seguintes critérios de seleção: Consistência do projeto: alinhamento da proposta apresentada com a missão da instituição solicitante; Clareza na proposta: descrição do projeto e das informações solicitadas de forma objetiva; Transformação Social: implantação de um modelo de atuação eficaz em termos de impacto social para a comunidade ou público-alvo; Inovação do Projeto: apresentação de um projeto inovador na sua maneira de abordá-lo, nas soluções e atividades propostas; Efeito Multiplicador: possibilidade de desenvolver o projeto para outros públicos e localidades que possam ter seu conhecimento replicado; Sustentabilidade: identificação de uma estratégia clara de continuidade do trabalho; Eficácia: análise dos resultados propostos com o projeto para a entidade e para a comunidade local; Abrangência e custos: análise do público que será beneficiado com o projeto e os custos envolvidos para a realização da proposta. Atenção: Somente serão analisados e selecionados projetos que tenham foco de atuação na área de educação, conforme descrito no item 3 e que estejam dentro dos critérios de elegibilidade, conforme item

Avaliação do financiamento:

Acompanha e avalia os projetos apoiados por meio de: visitas in loco; reuniões periódicas; relatórios formais; e contatos telefônicos.

Outras atividades:

Ações culturais, ambientais, voltadas à promoção da saúde, da geração de renda, entre outras iniciativas, pela construção de um país mais justo e com melhores oportunidades para todos.

Projetos desenvolvidos nas áreas de Desenvolvimento social, Cultura, arte e recreação, Saúde, Direitos da criança e do adolescente, Voluntariado e Terceira idade.

Observações:

A estratégia de atuação da área de Responsabilidade Social do Santander apóia-se em dois pilares: Sustentabilidade e Investimento Social.

Fonte de informações: site da organização; por e-mail.

Região de atuação:
Regiões Sul e Sudeste.

41. Shell S.A - Brasil

Endereço:

Av. das Américas, 4200 – Bl. 05, 5º andar (salas 101 a 701) e Bl. 6 (salas 101 a 601)

Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3984-7140

Fax: (21) 3984-7888

www.shell.com

Ano de fundação: 1913

Missão:

Atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações suprirem suas próprias necessidades. Buscar o equilíbrio nas questões econômicas, ambientais, sociais e nas decisões de negócio.

Áreas de atuação:

Educação; Cultura, arte e recreação; Geração de trabalho e renda; Meio ambiente.

Público beneficiado:

Jovens entre 18 e 25 anos, Comunidade

Principais fontes de recursos:

A empresa investe recursos próprios, mas também utiliza Leis de Incentivo como a Rouanet e o Fundo da Infância e Adolescência (FIA).

Programas de financiamento:

Critérios para apoio:

Ser sem fins lucrativos; Ser reconhecida de utilidade pública em qualquer dos níveis: municipal, estadual e federal (para FIA e programas comunitários); Exercer atividade na área, no mínimo, por três anos; Ter idoneidade comprovada (sua regularidade fiscal, suas dívidas na praça e se seus representantes têm problemas de ordem tributária); Demonstrar para a Shell como os recursos repassados foram aplicados - semestralmente e ao final do ano, no caso do FIA; Demonstrar solidez financeira através de convênios e apoio de outras empresas; Apresentar CNPJ com documentos registrados em cartório, devidamente autenticados e carimbados.

Avaliação do financiamento:

Visitas regulares aos projetos; Avaliações em intervalos semestrais ou anuais em que avaliam onde os recursos estão sendo investidos e os resultados dos projetos.

Outras atividades:

Iniciativa Jovem

Prêmio Shell para Música Brasileira

Prêmio Sheel de Teatro

Cinema (conteúdo histórico)

Voluntariado – Saber Dividir

Além de projetos voltados para a preservação do meio ambiente

Observações:

Também realiza financiamentos por meio da Lei de Incentivo Rouanet.

Fonte de informações: site da organização; por e-mail.

Região de atuação:

Brasil

42. WWF-BrasilEndereço:

Sede – SHIS EQ QL 6/8 – Conjunto E

Brailia – DF

CEP: 71620-430

Telefone: (61)

Fax: (61)

www.wwf.org.br

Ano de fundação: 1996

Missão:

Contribuir para que a sociedade brasileira conserve a natureza, harmonizando a atividade humana com a conservação da biodiversidade e com o uso racional dos recursos naturais, para o benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações.

Área de atuação:

Meio ambiente

Público beneficiado:

Outras organizações

Principais fontes de recursos:

Doações de pessoas físicas e jurídicas, além de recursos advindos de sedes internacionais.

Programas de financiamento:

Editais de seleção de projetos.

Critérios para apoio:

Existiam editais de financiamento, com temas específicos.

Avaliação do financiamento:Outras atividades:

O WWF-Brasil executa dezenas de projetos em parceria com ONGs regionais, universidades e órgãos governamentais. Desenvolve atividades de apoio à pesquisa, legislação e políticas públicas, educação ambiental e comunicação. Além disso, há também projetos de viabilização de unidades de conservação, por meio do estímulo a alternativas econômicas sustentáveis envolvendo e beneficiando comunidades locais.

Observações:

Devido a falta de parceiros e orçamento, o programa do WWF-Brasil de apoio a ações e iniciativas de cunho ambiental foi suspenso – (Informação de 05/07/2007).

Fonte de informações: site da organização; por e-mail; relatórios anuais.

Região de atuação:

Brasil

ANEXOS

ANEXO A – Relação de organizações financiadoras do terceiro setor disponível no site da Prefeitura de Porto Alegre – Portoweb

1. **Petrobrás** - Área de Financiamento: meio ambiente, educação, cultura, saúde, geração de empregos, segurança alimentar.
2. **Fundação Banco do Brasil** – Área de financiamento: educação, cultura, inclusão digital, geração de trabalho e renda, desenvolvimento local e tecnologias sociais.
3. **Banrisul** - Área de financiamento: meio ambiente, esporte e cultura.
4. **Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho** – Área de Financiamento: projetos de ONGs nas áreas de educação e treinamento, desenvolvimento comunitário, arte, cultura e recreação.
5. **Banco de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES** – Área de Financiamento: expansão e melhoria da qualidade da infra-estrutura urbana e dos serviços sociais básicos; manutenção e criação de oportunidades de trabalho e geração de renda; modernização da gestão pública e fomento do investimento social das empresas.”
6. **Banco JP Morgan** – Área educacional, com prioridade para atuação na formação para a cidadania.
7. **Embaixada do Canadá** – Área de Financiamento: projetos de ONGs voltados para as áreas de saúde, nutrição, educação e direitos humanos.
8. **Embaixada do Reino Unido** – Área de Financiamento: projetos de ONGs nas áreas de direitos humanos - crianças de ruas, saúde comunitária, planejamento familiar, desenvolvimento sustentável; questões indígenas.
9. **Embaixada da Suíça** – Área de Financiamento: projetos de ONGs que sejam destinadas a ações comunitárias que beneficiem pessoas indigentes. Tel: (61) 443 5500 Fax: (61) 443 5711
10. **Fonds Mondial de Solidarité Contra la Faim** - FMSCF – Área de Financiamento: Projetos de ONGs que estejam direcionados para as seguintes prioridades : agricultura, pesca e artesanato. Tel: (92) 938-3762
11. **Fundação Acesita para o Desenvolvimento Social** – Área de Financiamento: projetos de ONGs direcionados para as áreas de educação, cultura, meio ambiente e ação comunitária. Tel: (31) 848-4785 Fax: (31) 848-4785 - ramal 64
12. **Fundação Educar Depaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e do meio Ambiente** – Área de Financiamento: projetos de ONGs direcionados para projetos educacionais, estimulando mudanças de comportamento para o desenvolvimento do protagonismo e da co-responsabilidade social da sociedade civil.
13. **Fundação José Silveira** – Área de Financiamento: projetos de ONGs voltados para promover saúde e qualidade de vida do ser humano e sua perfeita

integralização com o meio ambiente, tendo as seguintes áreas temáticas : saúde, assistência social, tecnologia e produção de conhecimentos. Tel: (71) 339-5000 Fax: (71) 339-5148

14. Fundação Orsa – Área de Financiamento: projetos de ONGs direcionados para a Educação, Saúde e Promoção Social. Tel: (11) 429-4664 Fax: (11) 429-2232

15. Fundação Otacílio Coser – Área de Financiamento: projetos de ONGs nas áreas de educação e treinamento, meio ambiente e fortalecimento da filantropia e do voluntariado.

16. Fundação Telefônica – Área de Financiamento: projetos de ONGs nas áreas de educação, saúde e direitos da pessoa, voltados para os segmentos mais carentes ou em situação de risco do seguinte público-alvo : crianças e jovens, pessoas portadoras de deficiências, idosos. Tel: (11) 3177-3700 Fax: (11) 253-3416

17. Fundação Vitae – Área de Financiamento: projetos de cultura, educação e promoção social.

18. Fundo Canadá de Apoio a Pequenos Projetos Comunitários – Área de Financiamento: projetos de ONGs que estejam voltados para o desenvolvimento de comunidades, com prioridades para ações de auto-ajuda e participação popular. Tel: (61) 321-3061 - Fax: (61) 321-3061

19. Fundo Cristão para Crianças - Área de Financiamento: Projetos de ONGs voltados para o bem estar das crianças, suas famílias e comunidades, direcionados para as áreas de educação e treinamento, saúde pública e desenvolvimento comunitário.

20. HSBC Banco Múltiplo – Área de Financiamento: projetos de ONGs que sejam dirigidos para a valorização da cidadania por meio do efetivo comprometimento com as comunidades em que atua, não apenas através do cumprimento das leis e regulamentos, mas também pela distribuição ativa para a preservação dos seus valores - através da educação - e do meio ambiente.

21. Instituto C&A de Desenvolvimento Social – Área de Financiamento: projetos de ONGs direcionados para o setor da Educação. Tel: (11) 7266-9105 - Fax: (11) 7266-9747

22. Instituto Credicard – Área de Financiamento: projetos de ONGs destinados à construção da cidadania da infância e da adolescência através de projetos nas áreas de educação e saúde, fortalecendo os serviços sociais, a filantropia e o voluntariado.

23. Instituto Cultural e Filantropico Alcoa – Área de Financiamento: projetos de ONGs voltados para melhorar a qualidade de vida das comunidades onde a Alcoa Alumínio e suas subsidiárias operam através da aplicação de seus recursos na realização de atividades de caráter filantrópico, predominantemente nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e bem estar social.

24. Instituto Ronald MacDonald de Apoio à Criança – Área de Financiamento: projetos de ONGs que visem proporcionar o treinamento, com dignidade e conforto,

às crianças portadoras de câncer no Brasil. Tel: (21) 2544-3299 - Fax: (21) 2544-3299

25. Instituto WCF, Brasil – Área de Financiamento: projetos de ONGs voltados para fortalecer o desenvolvimento de crianças e jovens privados de seus direitos fundamentais, prestar serviços para atender às necessidades básicas de tais crianças e jovens, bem como oferecer oportunidades para o desenvolvimento integral das respectivas potencialidades no processo de construção da cidadania.

26. Rockwell Automation do Brasil – Área de Financiamento: programas culturais e de arte, educação, organizações de saúde, desenvolvimento econômico internacional, minorias/imigrantes, engenharia e tecnologia.

27. Volkswagen do Brasil Ltda. – Área de Financiamento: projetos de ONGs voltados para desenvolver e participar de programas sociais de interesse comunitário, principalmente nas áreas de educação, saúde e assistência social.

28. Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE - Área de Financiamento: pequenos projetos de caráter popular, cujo financiamento, pontual, é concebido como apoio semente, nas áreas de: direitos humanos, organização popular, desenvolvimento econômico, saúde popular, educação, cultura, renovação eclesial, meio ambiente, emergências.

29. Fundação Iochpe – Área de Financiamento: cultura, educação e bem estar social.

30. Fundação Odebrecht – Área de Financiamento: educação de adolescentes para a vida.

31. Fundação W. K. Kellogg. – Área de Financiamento: várias, dentre as quais: saúde, alimentação, desenvolvimento rural, educação básica, juventude, filantropia, voluntariado, liderança, desenvolvimento de programas.

32. Governo do Japão Assistência para Projetos Comunitários – Área de Financiamento: apoio a implementação de projetos comunitários de desenvolvimento.

33. Instituto Itaú Cultural – Área de Financiamento: cultura.

34. Kindernorthilfe e V. – Área de Financiamento: crianças, jovens e suas famílias.

35. Ministério da Agricultura e Abastecimento - EMBRAPA – Área de Financiamento: apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia agropecuária, florestal e agro industrial para o aumento da eficiência, melhora da distribuição de renda, uso sustentável dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas.

36. Ministério da Ciência e Tecnologia - Programa de tecnologia de Habitação (HABITARE) – Área de Financiamento: apoio a pesquisas científicas e tecnológicas para solução do problema habitacional brasileiro e a modernização do setor da construção, com ênfase no atendimento das necessidades da população de baixa renda.

38. Ministério da Cultura - (MinC) - Bolsa Virtuose – Área de Financiamento: bolsas em instituições do país ou no exterior para o aperfeiçoamento, especialização e reciclagem de autores, artistas e técnicos, ligados diretamente à produção artística cultural.

39. Ministério do Trabalho e Emprego – PLANFOR – Área de Financiamento: educação profissional (qualificação e requalificação da população economicamente ativa), voltada para o seguinte público alvo: desempregados e pessoas sob risco de desemprego, candidatos a primeiro emprego, pequenos e microprodutores, autônomos em atividades sujeitas a sazonalidade.

40. Prêmio Itaú Unicef Educação e Participação – Área de Financiamento: prêmio bienal que visa apoiar e fortalecer iniciativas de organizações da sociedade civil que favoreçam o desenvolvimento integral de crianças e jovens de famílias de baixa renda, numa atuação complementar à escola pública.

41. Shell Brasil S.A. – Área de Financiamento: projetos culturais, comunitários e preservação/educacional ambiental.

42. Visão Mundial – Área de Financiamento: projetos de apoio a comunidades que trabalham a questão da criança de forma coletiva e integral, projetos como: atividades agropecuárias, testemunho cristão e micro crédito.

43. WWF - Brasil – Área de Financiamento: programa natureza e sociedade, de treinamento para profissionais na área de conservação através de bolsas de aperfeiçoamento técnico acadêmico.

44. Dupont Corporate Contributions Program – Área de Financiamento: arte/cultura, hospitais, organizações de saúde, mulher, minorias e política pública.

45. FUNBIO – Área de Financiamento: conservação e uso sustentável da diversidade biológica do Brasil.

46. Fundação Abrinq – Área de Financiamento: direitos elementares da cidadania da criança.

47. Fundação Ford – Área de Financiamento: paz, justiça social, desenvolvimento humano, educação, arte, cultura e desenvolvimento econômico.

48. Fundação Interamericana – Área de Financiamento: desenvolvimento econômico e social.

49. Fundação O Boticário de proteção à Natureza – Área de Financiamento: áreas verdes, pesquisa, proteção da vida silvestre e unidades de conservação.

50. General Motors Corporate Giving Program – Área de Financiamento: arte/cultura, educação, saúde, engenharia/tecnologia, minorias e políticas públicas/pesquisas.

51. IBM Corporate Community Relations – Área de Financiamento: educação pública, meio ambiente/pesquisa e política pública.

52. Rockwell International Corporation – Área de Financiamento: programas

culturais e de arte, educação, organizações de saúde, desenvolvimento econômico internacional, minorias/imigrantes, engenharia/tecnologia.

53. The British Council – Área de Financiamento: educação, meio ambiente, desenvolvimento humano, social e econômico, capacidade produtiva, saúde pública, arte, ciência, tecnologia e desenvolvimento da mulher.

54. Rede Globo - Criança Esperança– Os projetos são voltados para crianças, adolescentes e jovens de até 24 anos, e atuam em diversas áreas, como educação complementar, inclusão digital, acessibilidade, combate à exploração sexual e ao trabalho infantil. A seleção de projetos considera critérios como benefícios pretendidos, as prioridades do Brasil, a proposta pedagógica, a população beneficiada, o IDH regional e vários outros fatores. A UNESCO acompanha as ações desenvolvidas para garantir que as atividades tenham qualidade e que seus objetivos sejam sempre alcançados.

55. Unesco – Área de Financiamento: educação, cultura, meio ambiente, ciências sociais, direitos humanos e comunicação/informação e informática.

http://www1.prefpoa.com.br/pwcidadao/default.php?reg=4&p_secao=29

ANEXO B – Relação de financiadores disponível nos sites do Senac Setor 3 – O terceiro setor em rede e no site da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

1. Ação Comunitária do Espírito Santo – ACES: Assistência social, cidadania, direitos humanos e justiça social, cultura e artes, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento da economia popular, educação, fortalecimento de organizações da sociedade civil, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e saúde. Tel: (27) 222 1388 - Fax: (27) 222 4205

2. Basf S.A : Cidadania, desenvolvimento social,cultura e meio ambiente. www.basf.com.br

3. Banco de Desenvolvimento Econômico Social- BNDES: Expansão e melhoria da qualidade da infra-estrutura urbana e dos serviços sociais básicos; manutenção e criação de oportunidades de trabalho e geração de renda; modernização da gestão pública e fomento do investimento social das empresas. www.bndes.gov.br

4. Banco JP Morgan: Área educacional, com prioridade para atuação na formação para a cidadania. www.jpmorgan.com

5. Cáritas do Brasil:Promoção humana e solidária, crianças e adolescentes, situações emergenciais.caritasn@zaz.com.br

6. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – CERIS: Pequenos projetos comunitários em todo o Brasil. Tel: (21) 2558-2196 Fax: (21) 2285-7276

7. Comissão Fulbright, casa Thomas Jefferson: Bolsas de estudos para pós-graduação nos Estados Unidos nas seguintes áreas: administração, antropologia, artes, informação, ciência política, comunicação, direito, economia, educação, meio ambiente, filosofia, geografia, história, letras e sociologia.Tel: (61) 443-6588 - ramal 26 Fax: (61) 443-8857

8. Embaixada da Alemanha, Divisão de Cooperação e Técnicas Financeiras: Apoio financeiro a projetos de pequeno porte, nas áreas social, de saúde, educação e agropecuária que beneficiam a população mais carente. Tel: (61) 443 7330 Fax: (61) 443 7508

9. Embaixada da Austrália, Departamento Assistente de Pesquisa- DAP: Projetos de cunho eminentemente social, administrado por entidades não-governamentais e objetivando o desenvolvimento direto da comunidade. www.embaixada- australia.org.br

10. Embaixada da Áustria: Projetos de ONGs direcionados para compra de materiais ou equipamentos para o desenvolvimento de pequenas comunidades. Tel: (61) 443 3111 Fax: (61) 443 5233

11. Embaixada do Canadá: Projetos de ONGs voltados para as áreas de saúde, nutrição, educação e direitos humanos, com prioridades para as regiões Norte/Nordeste e periferias das grandes cidades brasileiras. www.canada.org.br

12. Embaixada do Reino Unido: Projetos de ONGs nas áreas de direitos humanos - crianças de ruas, saúde comunitária, planejamento familiar, desenvolvimento sustentável; questões indígenas. www.reinounido.org.br

13. Embaixada da Suíça: Projetos de ONGs que sejam destinadas a ações comunitárias que beneficiem pessoas indigentes. Tel: (61) 443 5500 Fax: (61) 443 5711

14. Fertile - Group Fert Projetos de ONGs: voltados para o desenvolvimento da agricultura. Terão preferência as propostas de organizações de produtores rurais. Tel: (11) 4724-9772 Fax: (11) 4724-9772

15. Fonds Mondial de Solidarité Contra la Faim – FMSCF: Projetos de ONGs que estejam direcionados para as seguintes prioridades : agricultura, pesca e artesanato. Tel: (92) 938-3762

16. Fundação Acesita para o Desenvolvimento Social: Projetos de ONGs direcionados para as áreas de educação, cultura, meio ambiente e ação comunitária direcionados para as áreas de educação, cultura, meio ambiente e ação comunitária. Tel: (31) 848-4785 - Fax: (31) 848-4785 - ramal 64

17. Fundação Educar Depaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e do Meio Ambiente: Projetos de ONGs direcionados para projetos educacionais, estimulando mudanças de comportamento para o desenvolvimento do protagonismo e da co-responsabilidade social da sociedade civil. www.educar.com.br

18. Fundação FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas: Projetos de ONGs voltados para a promoção humana, a assistência e o bem estar social, com prioridade à criança e ao adolescente da cidade de Campinas, congregando entidades que tenham o mesmo objetivo da Fundação e executando projetos próprios. www.feac.org.br

19. Fundação José Silveira: Projetos de ONGs voltados para promover saúde e qualidade de vida do ser humano e sua perfeita integralização com o meio ambiente, tendo as seguintes áreas temáticas : saúde, assistência social, tecnologia e produção de conhecimentos. Tel: (71) 339-5000 - Fax: (71) 339-5148

20. Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho: Projetos de ONGs nas áreas de educação e treinamento, desenvolvimento comunitário, arte, cultura e recreação. www.fmss.org.br

21. Fundação Orsa: Projetos de ONGs direcionados para a Educação, Saúde e Promoção Social. Tel: (11) 429-4664 - Fax: (11) 429-2232

22. Fundação Otacilio Coser: Projetos de ONGs nas áreas de educação e treinamento, meio ambiente e fortalecimento da filantropia e do voluntariado. áreas de educação e treinamento, meio ambiente e fortalecimento da filantropia e do voluntariado. www.grupocoimex.com.br

23. Fundação Telefônica: Telefônica Projetos de ONGs nas áreas de educação, saúde e direitos da pessoa, voltados para os segmentos mais carentes ou em

situação de risco do seguinte público-alvo : crianças e jovens, pessoas portadoras de deficiências, idosos. Tel: (11) 3177-3700 - Fax: (11) 253-3416

24. Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e desenvolvimento Social: Projetos de ONGs nos Estados em que a Companhia Vale do Rio Doce atua, em áreas de educação e treinamento, desenvolvimento comunitário, arte, cultura e recreação. Tel: (21) 3814-4572 - Fax: (21) 2262-0255

25. Fundação Vitae: Projetos de cultura, educação e promoção social. www.vitae.org.br

26. Fundo Canadá de Apoio a Pequenos Projetos Comunitários: Projetos de ONGs que estejam voltados para o desenvolvimento de comunidades, com prioridades para ações de auto-ajuda e participação popular. Tel: (61) 321-3061 - Fax: (61) 321-3061

27. Fundo Cristão para Crianças: Projetos de ONGs voltados para o bem estar das crianças, suas famílias e comunidades, direcionados para as áreas de educação e treinamento, saúde pública e desenvolvimento comunitário. www.apadrinhamento.org.br

28. HSBC Banco Múltiplo: Projetos de ONGs que sejam dirigidos para a valorização da cidadania por meio do efetivo comprometimento com as comunidades em que atua, não apenas através do cumprimento das leis e regulamentos, mas também pela distribuição ativa para a preservação dos seus valores - através da educação - e do meio ambiente. www.hsbc.com.br

29. Instituto C&A de Desenvolvimento Social: Projetos de ONGs direcionados para o setor da Educação. Tel: (11) 7266-9105 - Fax: (11) 7266-9747

30. Instituto Credicard: Projetos de ONGs destinados à construção da cidadania da infância e da adolescência através de projetos nas áreas de educação e saúde, fortalecendo os serviços sociais, a filantropia e o voluntariado. www.credicard.com.br

31. Instituto Cultural e Filantrópico Alcoa: Projetos de ONGs voltados para melhorar a qualidade de vida das comunidades onde a Alcoa Alumínio e suas subsidiárias operam através da aplicação de seus recursos na realização de atividades de caráter filantrópico, predominantemente nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e bem estar social. www.alcoa.com.br

32. Instituto Ronald MacDonald de Apoio à Criança. Projetos de ONGs que visem proporcionar o treinamento, com dignidade e conforto, às crianças portadoras de câncer no Brasil. Tel: (21) 2544-3299 Fax: (21) 2544-3299

33. IBAMA/CNPT- Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais. Meio ambiente/pesquisa. Tel: (61) 321 7538 - Fax: (61) 321 7538

34. Instituto WCF, Brasil. Projetos de ONGs voltados para fortalecer o desenvolvimento de crianças e jovens privados de seus direitos fundamentais, prestar serviços para atender às necessidades básicas de tais crianças e jovens,

bem como oferecer oportunidades para o desenvolvimento integral das respectivas potencialidades no processo de construção da cidadania. www.wcf.org.br

35. Levi Strauss do Brasil. Projetos de ONGs direcionados para as áreas de saúde, desenvolvimento econômico e justiça social, com as seguintes prioridades temáticas : AIDS , capacitação e racismo. Tel: (11) 3066-3700 - Fax: (11) 3066-3656

36. Ministério da Educação. Projetos de ONGs em diversos programas: realização de cursos de formação de professores indígenas; produção e publicação de materiais didáticos para uso nas escolas indígenas; merenda e material escolar. www.mec.gov.br

37. Ministério da Justiça. Projetos de ONGs em diversos programas, com ações específicas. programa de defesa dos direitos das crianças e do adolescente; Programa de reinserção do adolescente em conflito com a lei; Programa de combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes; Programa paz nas escolas; Programa de combate à violência contra a mulher; Programa de atenção à pessoa portadora de deficiência; Programa de assistência à vítimas e testemunhas ameaçadas e Programa de direitos humanos direitos de todos. www.mj.gov.br

38. Ministério das Minas e Energias. Projetos de ONGs no programa de instalação de sistemas energéticos que aproveitam as fontes locais de energia renováveis, de modo a energizar escolas rurais, postos de saúde, residências e pequenas unidades produtivas. www.mme.gov.br

39. Ministério da Saúde. Projetos de ONGs no Programa de Promoção da Rede de Direitos Humanos em HIV/AIDS. www.saude.gov.br

40. Ministério da Previdência e Assistência Social. Projetos de ONGs em diversos programas: Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano; Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Atenção à Pessoa Idosa; Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência. www.mpas.gov.br

41. PathFinder International. Projetos de ONGs voltados para diversos programas : planejamento familiar, prevenção da AIDS e assistência materno - infantil no Nordeste. Tel: (71) 341 3022

42. Rockwell Automation do Brasil. Programas culturais e de arte, educação, organizações de saúde, desenvolvimento econômico internacional, minorias/imigrantes, engenharia e tecnologia. www.rockwell.com

43. The Trust Funding Support of Actions to Eliminate Violence Against Woman. Projetos que procurem eliminar ou prevenir a violência contra as mulheres e direitos humanos. www.undp.org/unifem

44. Volkswagen do Brasil Ltda. Projetos de ONGs voltados para desenvolver e participar de programas sociais de interesse comunitário, principalmente nas áreas de educação, saúde e assistência social. www.volkswagen.com.br

45. Agência Brasileira de Cooperação – ABC. Cooperação técnica internacional.

O financiamento se dá por meio da prestação de serviços, traduzida pela presença de profissionais, treinamento no exterior de RH e eventual doação de equipamentos. Como contrapartida, exige-se infra-estrutura e pessoal. www.abc.mre.gov.br

46. Catholic Relief Services. Recursos hídricos (projetos de tecnologias apropriadas para captação de água no semi-árido), reforma agrária, violência, impunidade, discriminação, emergência. www.crs-brasil.org.br

47. Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE. Pequenos projetos de caráter popular, cujo financiamento, pontual, é concebido como apoio semente, nas áreas de: direitos humanos, organização popular, desenvolvimento econômico, saúde popular, educação, cultura, renovação eclesial, meio ambiente, emergências. www.cese.org.br

48. FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo - Programas Especiais. Fomento da pesquisa científica e tecnológica em todas as áreas do conhecimento: ciências biológicas, ciências da saúde, ciências exatas e da terra, engenharias, ciências agrárias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, lingüística, letras e arte. www.fapesp.br

49. FENAPE- Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos/ Rede CEAPE- Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos. Crédito para pequenos empreendedores nacionais e internacionais. www.ceapes.org.br

50. Fundação Clemente Mariani. Projetos sistêmicos ligados ao aperfeiçoamento da rede mundial de educação. www.fcmariani.org.br

51. Fundação Iochpe. Cultura, educação e bem estar social. www.fiochpe.org.br/

52. Fundação Odebrecht. Educação de adolescentes para a vida. www.odebrecht.com.br

53. Fundação W. K. Kellogg. Várias, dentre as quais: saúde, alimentação, desenvolvimento rural, educação básica, juventude, filantropia, voluntariado, liderança, desenvolvimento de programas. www.wkkf.org

54. Governo do Japão Assistência para Projetos Comunitários. Apoio a implementação de projetos comunitários de desenvolvimento. www.japao.org.br

55. Instituto Itaú Cultural. Cultura. www.itaucultural.org.br

56. Kindernorthilfe e V. Crianças, jovens e suas famílias. www.amencar.org.br
www.kinderorthilfe.de

57. Ministério da Agricultura e Abastecimento – EMBRAPA. Apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia agropecuária, florestal e agro industrial para o aumento da eficiência, melhora da distribuição de renda, uso sustentável dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas. www.sede.embrapa.br

58. Ministério da Ciência e Tecnologia - Programa de tecnologia de Habitação (HABITARE). Apoio a pesquisas científicas e tecnológicas para solução do problema

habitacional brasileiro e a modernização do setor da construção, com ênfase no atendimento das necessidades da população de baixa renda. www.finep.gov.br

59. Ministério da Cultura (MinC) - Bolsa Virtuose. Bolsas em instituições do país ou no exterior para o aperfeiçoamento, especialização e reciclagem de autores, artistas e técnicos, ligados diretamente à produção artística cultural. www.minc.gov.br

60. Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal - Fundo Nacional do Meio Ambiente. Uso racional dos recursos naturais, incluindo manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental nos diversos ecossistemas brasileiros. www.mma.gov.br

61. Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal - Política Nacional para Amazônia Legal. Projetos de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e a sociedade organizada, visando a implantação da política integrada da Amazônia legal, tendo como público alvo: extrativistas, comunidades indígenas, sociedade. www.mma.gov.br

62. Ministério do Meio Ambiente Recursos Hídricos e Amazônia Legal - Subprograma Projetos Demonstrativos – (PD/A). Novos referenciais de desenvolvimento sustentável na Amazônia e na Mata Atlântica. www.mma.gov.br

63. Ministério do Trabalho e Emprego – PLANFOR. Educação profissional (qualificação e requalificação da população economicamente ativa), voltada para o seguinte público alvo: desempregados e pessoas sob risco de desemprego, candidatos a primeiro emprego, pequenos e microprodutores, autônomos em atividades sujeitas a sazonalidade. www.mte.gov.br

64. Ministério do Trabalho e Emprego – PROGER. Ações Geradoras de Emprego e Renda Através da Concessão de Linhas Especiais de Crédito (com juros reduzidos e prazos facilitados), Acompanhadas de Capacitação, Assistência Técnica e Acompanhamento. www.mte.gov.br

65. OXFAM - Associação Recife Oxford para a Cooperação ao desenvolvimento. Agricultura familiar, saneamento e moradia urbana no Nordeste e na região da Amazônia. www.oxfam.org

66. Petrobrás - Petroleo Brasileiro S.A. Meio ambiente, educação, cultura, saúde, geração de empregos, segurança alimentar. www.petrobras.com.br

67. Prêmio Henry Ford de Conservação Ambiental - Conservation International do Brasil. 4 categorias de prêmios para projetos de destaque na área de conservação da natureza e do meio ambiente: prêmio conquista individual, prêmio negócios em conservação, prêmio ciência e formação de recursos humanos, prêmio iniciativa do ano em conservação. www.conservation.org.br

68. Prêmio Itaú Unicef Educação e Participação. Prêmio bienal que visa apoiar e fortalecer iniciativas de organizações da sociedade civil que favoreçam o desenvolvimento integral de crianças e jovens de famílias de baixa renda, numa atuação complementar à escola pública. www.cenpec.org.br www.unicef.org.br

- 69. Programa de Aperfeiçoamento em Artes no Exterior – APARTES.** Aperfeiçoamento em conservatórios e instituições de renome no exterior nas áreas de música, dança, teatro, cinema e artes plásticas. www.capes.gov.br
- 70. Shell Brasil S.A.** Projetos culturais, comunitários e preservação/educacional ambiental. www.shell.com.br
- 71. The John D. and Catherine T. Macarthur Foundation - Programa de Bolsas.** Saúde reprodutiva, e direitos reprodutivos. www.macfdn.org
- 72. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.** Criança e adolescente através de 6 Programas: comunicação e mobilização social, direitos da criança e do adolescente, educação, meio ambiente, políticas sociais e saúde. www.unicef.org.br
- 73. Visão Mundial.** Projetos de apoio a comunidades que trabalham a questão da criança de forma coletiva e integral, projetos como: atividades agropecuárias, testemunho cristão e micro crédito. www.visaomundial.org.br
- 74. WWF – Brasil.** Programa natureza e sociedade, de treinamento para profissionais na área de conservação através de bolsas de aperfeiçoamento técnico acadêmico. www.wwf.org.br
- 75. Ashoka.** Indivíduos (empreendedores sociais). www.ashoka.org
- 76. Dupont Corporate Contributions Program.** Arte/cultura, hospitais, organizações de saúde, mulher, minorias e política pública. www.dupont.com
- 77. FUNBIO.** Conservação e uso sustentável da diversidade biológica do Brasil. www.funbio.org.br
- 78. Fundação Abrinq.** Direitos elementares da cidadania da criança. www.fundabrinq.org.br
- 79. Fundação Ford.** Paz, justiça social, desenvolvimento humano, educação, arte, cultura e desenvolvimento econômico. www.fordfound.org
- 80. Fundação Interamericana.** Área de Financiamento: desenvolvimento econômico e social. www.iaf.gov
- 81. Fundação O Boticário de proteção à Natureza.** Áreas verdes, pesquisa, proteção da vida silvestre e unidades de conservação. www.fbpn.org.br/
- 82. General Motors Corporate Giving Program.** Arte/cultura, educação, saúde, engenharia/tecnologia, minorias e políticas públicas/pesquisas. www.gm.com
- 83. IBM Corporate Community Relations.** Educação pública, meio ambiente/pesquisa e política pública. www.ibm.com/ibm/ibmgives
- 84. Rockwell International Corporation.** Programas culturais e de arte, educação, organizações de saúde, desenvolvimento econômico internacional, minorias/imigrantes, engenharia/tecnologia. www.rockwell.com
- 85. The British Council.** Educação, meio ambiente, desenvolvimento humano,

social e econômico, capacidade produtiva, saúde pública, arte, ciência, tecnologia e desenvolvimento da mulher. www.britcoun.org/brazil

86. Unesco. Educação, cultura, meio ambiente, ciências sociais, direitos humanos e comunicação/informação e informática. www.unesco.org.br

<http://www.saudepublica.icict.fiocruz.br/html/pt/bvenspsa/arquivo/20060731.html>

<http://www.setor3.com.br/senac2/calandra.nsf/0/D161E7349E0A5E5E03256C1D00592E9E?OpenDocument&pub=T&proj=Setor3&sec=Financiadores>

ANEXO C – Organizações que promovem investimentos sociais associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE – 05/06/2007

3M do Brasil
Ação Comunitária do Espírito Santo (ACES)
ACJ Brasil – United Way International
Associação Itakyra
Banco ABN AMRO REAL
BASF
BOVESPA
Bridgestone Firestone do Brasil
Carrefour
Citigroup
COMGÁS – Companhia de Gás de São Paulo
Ericsson
Fersol Indústria e Comércio S/A
Fundação Abrinq
Fundação Acesita
Fundação Alphaville
Fundação Ana Lima
Fundação Arcelor Mittal Brasil
Fundação Avina
Fundação Banco do Brasil
Fundação Bradesco
Fundação Bunge
Fundação Cargill
Fundação Clemente Mariani
Fundação CSN
Fundação Demócrito Rocha
Fundação Educar DPaschoal
Fundação Estudar
Filantrópica Safra
Fundação Ford
Fundação Iochpe
Fundação Itaú Social
Fundação José Silveira
Fundação Lemann
Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho
Fundação Nestlé Brasil
Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
Fundação Odebrecht
Fundação Orsa
Fundação Otacílio Coser
Fundação Ponto Frio Alfredo João Monteverde
Fundação Projeto Pescar
Fundação Roberto Marinho
Fundação Romi

Fundação Semear
Fundação Telefônica
Fundação Tide Setubal
Fundação Vale
Fundação Victor Civita
Fundação Volkswagen
Fundação W.K. Kellogg
Fundo Cristão para Crianças
Grupo Brasilcred
Grupo YPY
Harald Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.
HSBC Bank Brasil
IBM Brasil
Instituto Algar
Instituto Amazônica Celular
Instituto Arcor Brasil
Instituto Avon
Instituto Ayrton Senna
Instituto C&A
Instituto Camargo Corrêa
Instituto Coca-Cola Brasil
Instituto Consulado da Mulher
Instituto Criança é Vida
Instituto Cultural Oboé
Instituto de Cidadania Empresarial
Instituto Ecofuturo
Instituto Elektro
Instituto Embraer de Educação e Pesquisa
Instituto Estre
Instituto Gerdau
Instituto Hadging-Griffo
Instituto Holcim
Instituto IBI
Instituto Itaú Cultural
Instituto Marquês de Salamanca
Instituto Medial Saúde
Instituto O Boticário
Instituto Pão de Açúcar
Instituto Paulo Montenegro
Instituto Razão Social
Instituto Rogerio Steinberg
Instituto Ronald McDonald
Instituto Sadia de Sustentabilidade
Instituto Sangari
Instituto Social Maria Telles (ISMART)
Instituto Social Sotreq
Instituto Sol

Instituto Telemig Celular
Instituto Unibanco
Instituto Vivo
Instituto Votorantim
Instituto Wal-mart
JP Morgan
Microsoft
Natura Cosméticos
Oi Futuro
Philips do Brasil
Politec
Santander
Sociedade Beneficente Israelita Brasileira
Hospital Albert Einstein
Xerox do Brasil

www.gife.org.br

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)